

# A PESQUISA NO CONTEXTO SECRETARIAL

ENSAIOS ACADÊMICOS EM PERSPECTIVA

*Organização*  
*Kátia Denise Moreira*  
*Eduardo César Pereira Souza*  
*Enio Snoeijer*  
*Luci Mari Aparecida Rodrigues*



**Organizadores**

Kátia Denise Moreira  
Eduardo César Pereira Souza  
Enio Snoeijer  
Luci Mari Aparecida Rodrigues

**A PESQUISA NO CONTEXTO SECRETARIAL:  
ENSAIOS ACADÊMICOS EM PERSPECTIVA**

Aline Cantarotti  
Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia  
Carla Maria Schmidt  
Cibele Barsalini Martins  
Cibelle da Silva Santiago  
Doris Mariani Junges  
Douglas Ribeiro de Moura  
Elaine Rossi  
Elaine Thais da Silva Lima  
Enio Snoeijer  
Fernanda Cristina Sanches-Canevesi  
Fernanda Landolfi Maia  
Ivanete Daga Cielo  
Jefferson Sampaio de Moura  
Juliana Cidrack Freire do Vale  
Juliana Hortelã  
Karine Freitas Souza  
Katia Denise Moreira  
Ligya de Souza Moraes  
Luci Mari Aparecida Rodrigues  
Marcelo de Souza Correia  
Marcos José Valle  
Priscila Eny Souza Oliveira  
Raul Vitor Oliveira Paes  
Rúbia Wanessa dos Reis Cruz  
Stefani de Souza  
Tathiana Eliziário Cavalcante  
Tawan Nascimento Santos Conceição

**Comitê Científico**

Kátia Denise Moreira, Profa. Dra. - Presidente  
Eduardo César Pereira Souza, Prof. Me. - Membro  
Enio Snoeijer, Me. Secretário Executivo - Membro  
Luci Mari Aparecida Rodrigues, Me. Secretária Executiva – Membro

**Diagramação**

Jefferson Sampaio de Moura

**Ficha Catalográfica**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

A Pesquisa no contexto secretarial [livro eletrônico] : ensaios acadêmicos em perspectiva / organização Kátia Denise Moreira...[et al.]. -- São Paulo : Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado - ABPSEC, 2020.

PDF

Vários autores.

Outros organizadores: Eduardo César Pereira Souza, Enio Snoeijer, Luci Mari Aparecida Rodrigues  
ISBN 978-65-993328-0-7

1. Ensaio 2. Secretariado 3. Secretariado - Formação profissional 4. Secretariado como profissão  
I. Moreira, Kátia Denise. II. Souza, Eduardo César Pereira. III. Snoeijer, Enio. IV. Rodrigues, Luci Mari Aparecida.

20-52577

CDD-651.3741

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Secretariado : Serviços de escritório 651.3741

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

## **Apresentação**

Este primeiro *e-book* da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC) tem origem no ideal da Gestão 2019-2021 de possibilitar aos nossos associados benefícios naquilo que se refere à publicação de suas pesquisas. Além disso, também está de acordo com o inciso III, artigo 3º de nosso Estatuto, que dispõe sobre “Difundir a produção de trabalhos científicos e acadêmicos na área secretarial”.

É importante destacar que se hoje apresentamos ao campo secretarial este trabalho é porque tivemos gestões anteriores que se preocuparam com a estruturação da Instituição, o que justifica nossas ações atuais mais voltadas aos associados. Também não podemos deixar de lembrar das parcerias, sem as quais me atrevo a dizer: “não é possível fazer pesquisa” ou de modo mais brando “é muito difícil fazer pesquisa sem parcerias”.

Assim, da parceria entre associados, que se disponibilizaram a compor o Comitê Científico, a realizarem as avaliações e a escreverem os manuscritos, nasceu uma coletânea de ensaios acadêmicos, os quais foram redigidos a partir da temática “A Pesquisa no Contexto Secretarial”. Importante destacar que a pesquisa não era objeto específico, mas, sim, o elemento que promove a busca pelo conhecimento em inúmeras dimensões, dentro de um contexto específico. Parece até um paradoxo dizer dessa forma – inúmeras dimensões e contexto específico –, porém o campo secretarial, por sua posição interdisciplinar, permite a aproximação com diversas áreas do conhecimento e esta variável é apresentada nos ensaios deste e-book.

Acreditamos que esta obra, e é seu objetivo, sirva como base para reflexões futuras sobre o campo. Ou seja, não busca nos ensaios a comprovação empírica daquilo que se discute, mas instiga nos pesquisadores questionamentos e possibilidades de ampliação daquilo que ora se inicia. Sim, porque os ensaios exploram determinadas temáticas, mas sem esgotá-las, pelo contrário, são como provocações para o desenvolvimento de novas investigações.

Sobre a sua estrutura, temos a abertura com esta apresentação, seguida pelo sumário. Na sequência, o prefácio escrito pelo Prof. Dr. Eivaldo Pereira do Nascimento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Vale lembrar que ele muito apoiou a causa secretarial e considerando a sua experiência como pesquisador, assumiu, em 2010, a Comissão que iniciou os trabalhos de constituição da ABPSEC. Depois, em 2011, Prof. Eivaldo assumiu a Diretoria Provisória, sendo assim, o primeiro Presidente da Associação e que nos honra com a redação do prefácio desta obra. Após, temos os ensaios, os quais foram disponibilizados na ordem alfabética do título e, por fim, uma breve apresentação dos autores.

Nesta apresentação quero expressar meus agradecimentos a todos os associados que apoiam nossa gestão, em especial, aos membros do Comitê Científico deste e-book, aos avaliadores e aos autores, por compartilharem seus conhecimentos com a comunidade secretarial. Esperamos que as reflexões aqui apresentadas inspirem de alguma forma todos os profissionais de secretariado e a jornada daqueles que escolheram o caminho da pesquisa, que é árduo, mas repleto de infinitas possibilidades.

Dra. Katia Denise Moreira  
Presidente do Comitê Científico  
Presidente da ABPSEC (Gestão 2019-2021)

## Prefácio

O Secretariado, enquanto ramo de atividade humana, está devidamente regulamentado no Brasil, embora ainda não possua um Conselho de Classe. Nesse sentido, convém destacar que os sindicatos e a Federação Nacional têm exercido um papel importante, ao longo dos anos, na luta e na defesa dos profissionais da área, não só conquistando direitos, mas defendendo a atuação dos trabalhadores e do próprio meio acadêmico secretarial.

No que se refere ao aspecto profissional, é perceptível que o secretariado vem passando por transformações, não somente no que diz respeito à incorporação de novas tecnologias, mas principalmente com relação ao desenvolvimento de novas competências e de abertura de novos nichos de mercado (a exemplo da atuação no terceiro setor, da gestão de eventos, entre outros), resultado da ação empreendedora dos profissionais da área. Isso se explica, entre outros aspectos, porque a contemporaneidade, marcada por constantes crises econômicas, políticas e sociais, exige que as atividades humanas repensem seu papel e busquem novas formas de atuação e de sobrevivência.

Nesse sentido, é possível afirmar que o secretariado é um ramo de atividade profissional relativamente estável, no país, e que busca se adaptar às mudanças sociais e econômicas de forma rápida e dinâmica. No entanto, o meio acadêmico se apresenta como um dos maiores desafios para o secretariado. Isso se dá por diferentes razões, entre as quais, é possível mencionar: o perfil pragmático da profissão, em algumas de suas atuações; o desconhecimento do papel político, social e econômico do secretariado, por parte de alguns gestores e do próprio meio acadêmico; o desconhecimento das diferentes áreas de atuação do profissional, por parte da sociedade civil, de maneira geral; a ausência de cursos de pós-graduação na área; o fato de o secretariado não figurar ainda entre as áreas do conhecimento na CAPES/CNPq.

Assim, os acadêmicos (docentes, discentes e pesquisadores) do secretariado precisam desbravar várias lutas, em razão de buscar não apenas demarcar seu território, no meio acadêmico-científico, mas também dar visibilidade às investigações e ao conhecimento que vêm produzindo. Nessa perspectiva, pelo menos três frentes de atuação ganham fundamental relevância: uma epistemológica, outra de divulgação científica e uma terceira, de natureza política.

No que se refere ao aspecto epistemológico, os acadêmicos precisam não apenas continuar refletindo sobre o objeto de estudo do secretariado, mas também delimitando as várias áreas e linhas de investigação. É mister também refletir sobre os procedimentos de investigação adotados pelos diferentes pesquisadores da área, a relação do secretariado com outras áreas de conhecimento e, por fim, investir na qualidade do fazer científico.

Quanto à divulgação científica, a realização de eventos, a publicação de obras de referência, a criação e manutenção de revistas e periódicos, bem avaliados, são necessários para o reconhecimento da área no meio acadêmico e pela sua estabilidade. Por essa razão, uma obra como esta ganha particular importância, uma vez que divulga para a comunidade científica as diferentes ações de pesquisa, de ensino e de extensão realizadas em diferentes instituições de ensino e pesquisa, pelo país.

A ação de natureza política diz respeito à necessidade de os acadêmicos da área, de forma organizada, atuarem junto aos órgãos reguladores e de pesquisa, a exemplo do CNPq e da Capes, pela demarcação do secretariado enquanto área do conhecimento. Paralelamente, de forma sistêmica, atuarem junto às universidades, faculdades e institutos de ensino e pesquisa, no sentido de provocar a criação de programas e cursos de pós-graduação, bem como de incentivo à pesquisa científica e a extensão universitária. Nesse sentido, é de extrema importância a atuação da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC) e dos órgãos de classe (Sindicatos e Federação Nacional de Secretárias e Secretários).

A APBSEC teve sua semente lançada há 10 anos, em 06 de novembro de 2010, por ocasião do encerramento do I Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado Executivo (ENASEC), promovido pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), em Toledo-PR. Enfrentadas as lutas e dificuldades de sua fundação, que se deu nos anos seguintes (2011 a 2014), a referida associação assumiu o protagonismo de congregar professores, pesquisadores e discentes em torno de uma finalidade comum, qual seja o desenvolvimento da pesquisa científica na área de Secretariado, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social, como prega o seu estatuto.

A atuação da entidade junto às universidades, faculdades e institutos, dando assessoria acadêmica, seja na organização de eventos, seja através de pareceres técnicos e científicos, ou ainda na reflexão sobre questões relacionadas ao currículo e a formação de profissional, é de fundamental importância não apenas para a divulgação da área, mas principalmente para a produção do conhecimento secretarial de forma sistemática e com qualidade. A publicação dessa obra é, portanto, resultado de uma dessas ações da Associação.

A obra passeia por diferentes temáticas caras ao secretariado atualmente. Os ensaios tratam tanto da atuação profissional como do fazer científico, refletindo sobre as competências profissionais, o mercado de trabalho, as diferentes áreas de atuação, a formação dos novos profissionais e de pesquisadores na área, o objeto de estudo do secretariado, a iniciação científica, a divulgação científica, entre outros temas.

O leitor irá se debruçar sobre textos produzidos por docentes, discentes e pesquisadores que vivem a realidade do secretariado, ora como profissão, ora como objeto de estudo, e que retratam o atual momento da área no país.

Tomará conhecimento, assim, da luta pela estabilidade e pelo reconhecimento, que vem sendo travada, diariamente, pelos acadêmicos do campo.

O desafio, agora, fica por conta de você, leitor, que é convidado a mergulhar em cada um dos ensaios e dialogar com seus autores sobre o fazer profissional e acadêmico do secretariado. Que você se sinta motivado a conhecer o que é o secretariado hoje no Brasil, e junto com os professores, pesquisadores, estudantes e profissionais da área secretarial lutar pelo seu reconhecimento acadêmico.

Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento  
1º Presidente da ABPSEC

## SUMÁRIO

A PROXIMIDADE ENTRE AS COMPETÊNCIAS SECRETARIAIS CONTEMPORÂNEAS E A GESTÃO DE CONFLITOS - Katia Denise Moreira, Luci Mari Aparecida Rodrigues, Enio Snoeijer, Elaine Rossi .....	10
AS DIFERENTES PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS NAS INTERFACES DA PESQUISA SECRETARIAL – GRUPO DE PESQUISA GESET E SUA FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR - Ligya de Souza Moraes, Juliana Hortelã, Aline Cantarotti .....	23
ATUAÇÃO SECRETARIAL NA GESTÃO DE EVENTOS: REFLEXÕES ACERCA DO DESENHO UNIVERSAL - Luci Mari Aparecida Rodrigues, Elaine Thais da Silva Lima, Katia Denise Moreira, Cibele Barsalini Martins .....	33
CIÊNCIA OU ARTE? PERSPECTIVAS SOBRE O CAMPO DE PESQUISA DO SECRETARIADO - Fernanda Landolfi Maia, Marcos José Valle .....	45
CONTRIBUIÇÕES DOS GRUPOS DE PESQUISA PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO DA ÁREA SECRETARIAL NO BRASIL - Carla Maria Schmidt, Fernanda Cristina Sanches-Canevesi, Ivanete Daga Cielo, Doris Mariani Junges.....	53
EXTENSÃO E ARTE NA GERAÇÃO DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIADO EXECUTIVO E GESTÃO SOCIAL - Karine Freitas Souza, Tawan Nascimento Santos Conceição.....	64
FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SECRETARIADO EXECUTIVO: INTER OU MULTIDISCIPLINAR? - Cibelle da Silva Santiago, Tathiana Eliziário Cavalcante .....	75
INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS E CIENTIFICIDADE NA ÁREA DE SECRETARIADO - Ivanete Daga Cielo, Fernanda Cristina Sanches-Canevesi, Raul Vitor Oliveira Paes, Cibelle da Silva Santiago .....	88
INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SECRETARIADO EXECUTIVO NO BRASIL SOB A ÉGIDE ESTRUTURAL DA CIÊNCIA - Rúbia Wanessa dos Reis Cruz, Anna	

Elizabeth Galvão Coutinho Correia .....	99
PRODUTIVIDADE NA PESQUISA SECRETARIAL EM TEMPOS DE CRISE: REFLEXÕES E POSSÍVEIS CAMINHOS FRENTE À PANDEMIA DE COVID- 19 - Priscila Eny Souza Oliveira, Douglas Ribeiro de Moura, Raul Vitor Oliveira Paes, Marcelo de Souza Correia.....	112
O PROFISSIONAL DE SECRETARIADO EM MEIO AO AVANÇO DA TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL - Elaine Thais da Silva Lima, Enio Snoeijer, Juliana Cidrack Freire do Vale, Elaine Rossi ...	123
REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NO CAMPO SECRETARIAL - Cibele Barsalini Martins, Juliana Cidrack Freire do Vale, Stefani de Souza .....	135
UM NOVO TRATADO SOBRE A FORMAÇÃO SECRETARIAL: PARA UM DESENVOLVIMENTO INTERDISCIPLINAR E POLITÉCNICO – Jefferson Sampaio de Moura .....	146
SOBRE OS AUTORES .....	156

**A PROXIMIDADE ENTRE AS  
COMPETÊNCIAS SECRETARIAIS  
CONTEMPORÂNEAS E A GESTÃO DE  
CONFLITOS**

Katia Denise Moreira  
Luci Mari Aparecida Rodrigues  
Enio Snoeijer  
Elaine Rossi

## A PROXIMIDADE ENTRE AS COMPETÊNCIAS SECRETARIAIS CONTEMPORÂNEAS E A GESTÃO DE CONFLITOS

Katia Denise Moreira  
Luci Mari Aparecida Rodrigues  
Enio Snoeijer  
Elaine Rossi

### 1 INTRODUÇÃO

Para início das reflexões é preciso dizer que as organizações estão associadas a uma estrutura formal que é conscientemente criada, possui um propósito explícito e é constituída por atores ou jogadores (EDQUIST, 2005). Essa concepção alinha-se à teoria estruturalista, que traduz a organização como um sistema “deliberadamente construído e em constante relação de intercâmbio com seu ambiente (MOTTA, 1970).

E, sob essa ótica, tem-se que as organizações são compostas por pessoas, que formam equipes de trabalhos heterogêneas, ou seja, com competências para atividades em diferentes setores, fato que as tornam mais competitivas (MCINTYRE, 2007). Para o autor, essa composição diversificada da equipe pode oferecer soluções criativas e inovadoras aos problemas organizacionais.

Contudo, considera-se que as relações no ambiente organizacional estão propensas a ocorrência de divergências, uma vez que esse tipo de situação é inerente à vida humana (MOREIRA, 2012). Reforça o exposto, Gallo (2013), ao dizer que o conflito não surge repentinamente, ou seja, trata-se de um fenômeno, associado a um contexto que possivelmente passa por mudanças, as quais, muitas vezes, têm efeitos imprevistos e diversos em relação às partes incluídas a ele.

Em termos de concepção do conflito, que se adequa ao contexto organizacional, tem-se a partir de Wisinski (1995) três linhas teóricas principais para o conflito: a) negacionista b) naturalista; c) positivista, sendo, essa última, o foco desta reflexão. Contudo, é importante ressaltar que, seja qual for o alinhamento teórico “Se ninguém tiver noção da existência do conflito, há um acordo geral de que ele não existe” (ROBBINS, 2005, p. 236).

A esse contexto, o organizacional, insere-se o sujeito secretário, o qual vem ao longo do tempo transformando um perfil puramente técnico, em outro, alicerçado nas ações de gestão (PORTELA; SCHUMACHER, 2013; LEAL, 2014; LESSA; SCHELL, 2015; SILVA; BARROS; CRUZ, 2016; MOREIRA; RODRIGUES, VALE; ROSA, 2016). E, dentre as competências secretarias voltadas para a gestão, tem-se o gerenciamento de conflitos, fenômeno já discutido teórica-empiricamente pela literatura do campo secretarial (KLAUS; BÍSCOLI, 2009; MOREIRA; OLIVO, 2012; DURANTE; SANTOS; DALPAZ, 2010; NASCIMENTO, 2015; SCHEFFER; MOREIRA; MARTINS; BALDIN, 2018).

Assim, considerado o conflito como um elemento essencial no ambiente organizacional, naquilo que se refere a não estagnação; que para alcançar tal *status* é preciso gerenciá-lo de forma apropriada e que o secretário

está inserido nesse contexto e atua como gestor, este estudo traz para reflexão o questionamento: quão próximas estão as competências secretariais contemporâneas da gestão de conflitos, no contexto organizacional?

Para responder a indagação proposta, este estudo tem como objetivo refletir sobre as competências secretariais contemporâneas e a relação entre elas e a gestão de conflitos, no contexto das organizações. Acredita-se que as ponderações apresentadas neste estudo contribuem para com as discussões sobre o papel do secretário, inclusive, ancoram a posição de gestor alcançada por esse profissional, após um processo de transformação, principalmente, em termos de reconhecimento, compromisso e pertencimento. Para sustentar a proposição ora introduzida, na sequência, são apresentadas as teorias que a sustentam, seguidas da reflexão cerne. Ao final as considerações buscam a ampliação da discussão iniciada neste ensaio.

## 2 GESTÃO DE CONFLITOS NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL

O antagonismo é elemento próprio das relações humanas, visto que os seres humanos, mesmo pertencendo a mesma sociedade e até a mesma família possuem desejos e necessidades singulares. Essa realidade encontra sustentação nas palavras de Moore (1998), quando explica que desde o início da história há evidências de disputas, não só entre pessoas, mas também, entre organizações, sociedades e nações.

Para fins de entendimento sobre a natureza do conflito, associada às questões organizacionais, Wisinski (1995, p. 1) disserta sobre as três vertentes do fenômeno, quais sejam: a negativa, que o alinha a algo indesejável, que precisa ser evitado; a natural, cuja concepção é a de que as divergências fazem parte da natureza humana e, sendo assim, são inevitáveis e a positiva, que compreende o conflito como um elemento necessário para a evolução humana. Sob essa última visão, tem-se que “[...] previne a estagnação decorrente do equilíbrio constante da concordância, estimula o interesse e a curiosidade pelo desafio da oposição, descobre os problemas e demanda sua resolução” (MOSCOVICI, 1997, p. 146).

Consideradas as vertentes apresentadas, observa-se em Etzioni (1967) que nas organizações modernas as tensões são inevitáveis e podem ser reduzidas, porém, não eliminadas. O autor destaca, ainda, que essas situações são decorrentes das necessidades organizacionais *versus* individuais, as quais abrangem dicotomias como: disciplina e liberdade; relações formais e informais, níveis hierárquicos e unidades setoriais.

Nesse sentido, confirma-se que o conflito é inevitável entre os seres humanos, visto que se trata do resultado natural das interações humanas, as quais começam quando duas ou mais entidades sociais entram em contato umas com as outras para atingir seus objetivos (RAHIM, 2011). Ou seja, as divergências são uma constante nas relações humanas e, assim sendo, é preciso que tais ações sejam gerenciadas de forma adequada, a fim de que se possa, por exemplo, oportunizar às partes envolvidas alguma forma de aprendizado (MOREIRA, 2012).

E, é a partir dessa concepção, que encontra sustentação à gestão do conflito, cujo objetivo é “[...] identificá-lo, compreendê-lo, interpretá-lo e utilizá-lo

para benefício de cada indivíduo, das famílias, dos grupos sociais, das organizações e, enfim, da sociedade” (FIORELLI; FIORELLI; MALHADAS JÚNIOR, 2008, p. 6). Do mesmo modo, Martinelli (2015) indica que o conflito deve ser analisado adequadamente, para fins de compreensão sobre o quão benéfico ele pode se tornar.

Logicamente, na direção escolhida para esta reflexão, não cabem os valores absolutistas do conflito como certo ou errado ou ganhar e perder ou, ainda, o que é do bem ou do mal (NASCIMENTO; SAYED 2002), mas sim considerar o futuro das relações. Ou seja, tais dicotomias não são construtivas para o contexto organizacional, local em que, evidentemente, medidas que amenizem ou estudem o fenômeno seriam as ideais (FARIAS, 2011), já que podem evitar desde o desperdício de tempo, até graves consequências, como, por exemplo, falência da organização (SANTOS; ABELLA 2017).

Assim, para fins de distanciar os resultados improdutivos, cabe ao gestor administrar as situações antagônicas e intervir de forma adequada, inclusive e, na medida do possível, fazer uso da conjuntura divergente, no intuito de explorar criatividade, cooperação e propensão para a evolução organizacional (SANTOS; ABELLA, 2017).

Em termos teóricos, para a gestão de conflitos Fiorelli, Fiorelli e Malhadas Júnior (2008) apresentam duas formas, a judicial e a extrajudicial. A primeira está associada à justiça tradicional, cujos resultados estão associados a situações “ganha/perde”; já a segunda está relacionada a busca por resultados “ganha/ganha” como, por exemplo, a arbitragem, a conciliação, a negociação e a mediação (FIORELLI; FIORELLI; MALHADAS JÚNIOR, 2008).

É importante lembrar que em termos de escolas da administração, o conflito foi por muito tempo compreendido como algo a ser evitado. As escolas clássicas e aquelas que exaltavam a ordem definiam o conflito como elemento nocivo para o ambiente organizacional, uma vez que “[...] a ordem - coexistência pacífica em condições de escassez - é um dos primeiríssimos imperativos funcionais, dos sistemas sociais” (PARSONS; SHILS, 1957, p. 180). Logicamente, é necessária certa ordem para convivência em sociedade, todavia, não aquela que “engessa” e, nesse sentido, teorias mais construtivistas entendem o fenômeno como fundamental às transformações sociais, já que as relações humanas são processos evolutivos que surgem, sustentam-se, dissolvem-se e alteram graus variáveis de estruturação (BUCKLEY, 1967). Ou seja, o conflito, quando administrado de forma efetiva, promove alteração do *status quo*, o que não significa “dissolução”, mas sim a evolução, a partir de divergências que podem, inclusive, operar como motivadores para mudança.

Reconhece-se que esta colocação teórica está muito próxima do ditado popular “Quando um não quer, dois não brigam”. Observa-se que esta colocação provinda do senso comum aproxima o gestor de conflitos de sua equipe. Em outras palavras, aquele que se propõe a gerir conflito precisa aproximar-se das partes e não assumir uma postura *top down* de chefe-subordinado visto que a intenção é a de intervir nas diferenças individuais existentes em um grupo para fins de que sejam compreendidos os interesses comuns (ROBBINS, 2005). Ou seja, nessas condições, o conflito interpessoal seria transformado em benefício organizacional.

### 3 COMPETÊNCIAS SECRETARIAIS CONTEMPORÂNEAS

Considerada a história secretarial, é possível verificar que, inicialmente, tratava-se de uma profissão que exercia as atividades exclusivamente técnicas (MOREIRA, 2018). Todavia, o avanço tecnológico e a conseqüente necessidade de se adequar a um novo contexto organizacional exigiram a inserção de novos processos na rotina secretarial associados a renovação e ampliação de sua gama de competências (NEIVA; D'ELIA, 2009).

Vale lembrar que por competência entende-se um acumulado resultante do fluxo contínuo de aprendizagem, conseqüência da fusão de três elementos: o conhecimento, as habilidades e a atitude (Zarafian, 2001). Cuja, segundo o autor, correlação entre essas três dimensões, associadas a diferentes formas de aprendizagem, transformam a capacidade de um sujeito em uma competência.

Desse modo, a capacidade que o profissional secretário tinha de realizar atividades técnicas (habilidade), associada à busca pelo conhecimento (cursos de formação superior) e à vontade (atitude) de alcançar outros patamares na estrutura organizacional, permitiu ao secretário a “[...] transformação de uma realidade passiva para outra proativa, na qual a execução de atividades ainda é presente, porém [...] acompanhada da possibilidade da atuação consultiva, empreendedora, gerencial e estratégica” (MOREIRA; SOUZA; VALE; RODRIGUES, 2020, p. 114).

Acredita-se que as transformações no campo de atuação secretarial demandaram o desenvolvimento das competências secretarias, as quais evoluíram, acompanhando esse processo (MOREIRA, 2018). Importante destacar que Faria e Pacheco (2013, p.3) já haviam apontado que “[...] O profissional busca contínua atualização e desenvolvimento pessoal, acompanhando as mudanças e expectativas do mercado profissional [...]”. Assim, naquilo que se refere a competências secretarias, é possível dizer (em um primeiro momento) que a formação superior é, teoricamente, a responsável por desenvolvê-las, uma vez que, nas DCNs, em seu artigo 4º, estão dispostas, uma série de competências a serem desenvolvidas:

- I - capacidade de articulação de acordo com os níveis de competências fixadas pelas organizações;
- II - visão generalista da organização e das peculiares relações hierárquicas e intersetoriais;
- III - exercício de funções gerenciais, com sólido domínio sobre planejamento, organização, controle e direção;
- IV - utilização do raciocínio lógico, crítico e analítico, operando com valores e estabelecendo relações formais e causais entre fenômenos e situações organizacionais;
- V - habilidade de lidar com modelos inovadores de gestão;
- VI - domínio dos recursos de expressão e de comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
- VII - receptividade e liderança para o trabalho em equipe, na busca da sinergia;
- VIII - adoção de meios alternativos relacionados com a melhoria da qualidade e da produtividade dos serviços, identificando necessidades e equacionando soluções;
- IX - gerenciamento de informações, assegurando uniformidade e referencial para diferentes usuários;
- X - gestão e assessoria administrativa com base em objetivos e metas

departamentais e empresariais;  
 XI - capacidade de maximização e otimização dos recursos tecnológicos;  
 XII - eficaz utilização de técnicas secretariais, com renovadas tecnologias, imprimindo segurança, credibilidade e fidelidade no fluxo de informações;  
 XIII - iniciativa, criatividade, determinação, vontade de aprender, abertura às mudanças, consciência das implicações e responsabilidades éticas do seu exercício profissional (BRASIL, 2005, s.p.).

Ressalta-se a complexidade que envolve as competências secretariais dispostas no marco legal e, também, o alinhamento com a gestão das organizações. Nessa direção, Portela e Schumacker (2013), considerada a formação secretarial, apontam que o profissional é capacitado para o papel de gestor. Lessa e Schell (2015) também observam que os cursos de formação superior em secretariado possibilitam a inclusão do “secretário gestor” no contexto organizacional. E, ainda, Silva, Barros e Cruz (2016) sinalizam o empoderamento do profissional de secretariado que, por meio de sua formação, adquiriu condições para passar de uma posição de assessor à de gestor.

Ponderado o papel de gestor como uma possibilidade de atuação do secretário e as várias dimensões da gestão em um ambiente organizacional, tem-se a de pessoas alinhada a essa profissão que intermedia as ações entre a cúpula diretiva e os demais colaboradores (MOREIRA; OLIVO, 2012). Mais especificamente no grande arcabouço da gestão de pessoas está a gestão de conflitos, para a qual o secretário está apto (KLAUS; BÍSCOLI, 2009; MOREIRA; OLIVO, 2012; DURANTE; SANTOS; DALPAZ, 2010; NASCIMENTO, 2015; SCHEFFER; MOREIRA; MARTINS; BALDIN, 2018). No Quadro 1 estão ilustrados os principais resultados de manuscritos que identificaram a competência secretarial para gerir divergências.

Quadro 1: Manuscritos científicos associados à gestão de conflitos.

<b>Título do Trabalho e autoria</b>	<b>Resultados Alcançados</b>
<b>Comunicação e gerenciamento de conflitos na profissão de secretariado executivo</b> Klaus e Bíscoli (2009)	Ao final do estudo, a partir do exposto pelos participantes da pesquisa, concluiu-se que esses profissionais estão aptos a mediação de conflitos, visto que procuram manter a postura profissional para, racionalmente, encontrar a solução para o conflito, com foco no benefício mútuo, revelando, assim, o lado positivo do conflito.
<b>Gerenciamento de conflitos no cotidiano Secretarial</b> Durante, Santos e Dalpaz (2010)	Os dados evidenciam que os secretários assumem o papel de facilitador nas relações interpessoais e são elementos-chave no gerenciamento dos conflitos. Além disso, se utilizam de estratégias apropriadas para mediar as relações, com o uso do diálogo.
<b>O Profissional de Secretariado Executivo como Mediador de Conflitos</b> Moreira e Olivo (2012)	O resultado do estudo evidencia que o profissional de secretariado executivo está apto a exercer a mediação de conflitos.
<b>O Secretário executivo como mediador de conflitos</b> Nascimento (2015)	Conclui-se que, no atual panorama em que as organizações competem, é necessário que os profissionais atendam às expectativas do mercado global, buscando sempre manter a excelência profissional. Desse modo, o SE está habilitado para atuar nas diversas circunstâncias laborais, atendendo os pré-requisitos exigidos pelas organizações, planejando e gerenciando estrategicamente os objetivos a serem alcançados.
<b>O secretário executivo e a gestão de conflitos: evidências empíricas</b>	Concluem sobre a importância de o secretário ter competências interpessoais e comunicativas bem desenvolvidas para mediar assertivamente as relações e reduzir os efeitos negativos dos

Costa e Durante (2016)	conflitos.
<b>Desenvolvimento da competência para a gestão de conflitos: análise a partir dos currículos dos cursos em instituições de ensino superior público federal</b> Scheffer, Moreira, Martins e Baldin (2018)	Depois de confirmada a necessidade do desenvolvimento de competências para a gestão de conflitos com base nos marcos legais da profissão secretarial, identificou-se que os cursos de graduação, avaliados durante a pesquisa, apresentam elementos em seus currículos que oferecem a possibilidade de desenvolvimento da gestão de conflitos aos graduandos.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Klaus e Bíscoli (2009), Durante, Santos e Dalpaz (2010), Moreira e Olivo (2012), Nascimento (2015), Costa e Durante (2016), Scheffer, Moreira, Martins e Baldin (2018).

Observa-se que os manuscritos dispostos no Quadro 1, têm como temática principal as competências secretariais para a gestão de conflitos, todavia, não esgotam a discussão acerca do assunto, visto que outros, levantam a questão, porém, não de forma protagonista. Sob essa perspectiva destacam-se as reflexões sobre o secretário no papel de *middle manager* (MOREIRA et al, 2016), como gestor de informações no processo de formação da estratégia (RODRIGUES; LAVARDA; MARTINS 2017) e, ainda, os trabalhos sobre competências secretariais de Leal (2014), Sousa (2014), Souza (2017), Paes (2017) e Moreira (2018), nos quais é possível identificar que a competência secretarial para a gestão de conflitos é uma realidade do cotidiano.

Relembra-se que a mediação de conflitos, bem como as demais formas de gestão de divergências buscam uma solução de forma dialogada, na qual ambas as partes sejam privilegiadas por uma relação ganha/ganha (FIORELLI; FIORELLI; MALHADAS JÚNIOR, 2008). Ainda, observa-se, a partir do ora teorizado, que essa é uma possibilidade de condução de divergências para o profissional secretário, quando exercido esse papel.

#### 4 REFLEXÕES ACERCA DA COMPETÊNCIA SECRETARIAL PARA A GESTÃO DE CONFLITOS NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL

Estudos científicos dissertam sobre a gestão de conflitos como uma competência secretarial, que é sustentada não só pelos manuscritos, mas também pela própria formação secretarial. Nesse sentido, acredita-se que adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes para gerir divergências é um indicativo de que essa é uma realidade na rotina secretarial.

No entanto, no estudo de Scheffer; Moreira; Martins; Baldin (2018) verifica-se que a gestão de conflitos não é uma disciplina da matriz curricular em secretariado (nas instituições verificadas), mas sim um tópico daquelas que se aproximam da temática. Acredita-se que esse fato não compromete o desenvolvimento da competência, pelo contrário, já que é associada a outras. Ou seja, não é estudada apenas uma vez durante o curso, mas sim durante toda a formação, alinhada ao contexto secretarial. Essa aproximação é fomentada, justamente, pelo que dispõem as DCNs (BRASIL, 2005), conforme análise apresentada no Quadro 2:

Quadro 2 – Associação entre as competências (DCNs) e a gestão de conflitos

Competências/ DCNs Secretariado	Gestão de	Alinhamento - Gestão de Conflitos e Secretário Gestor	Reflexões a partir da associação proposta
---------------------------------	-----------	---	---

	<b>Conflitos</b>		
I - capacidade de articulação de acordo com os níveis de competências fixadas pelas organizações;	Indireta	[...] cabe ao gestor administrar as situações antagônicas e intervir de forma adequada [...] (SANTOS; ABELLA, 2017).	Cabe ao gestor as articulações necessárias para a gestão de conflitos.
II - visão generalista da organização e das peculiares relações hierárquicas e intersetoriais;	Indireta	O conflito não surge repentinamente, ou seja, trata-se de um fenômeno, associado a um contexto, que possivelmente passa por mudanças, as quais, muitas vezes, tem efeitos imprevistos e diversos em relação às partes incluídas a ele (GALLO, 2013).	Conhecer as relações organizacionais também ajudam na gestão de conflitos, visto que as divergências ocorrem entre as pessoas.
III - exercício de funções gerenciais, com sólido domínio sobre planejamento, organização, controle e direção;	Indireta	No campo secretarial, houve a transformação de uma realidade passiva para outra proativa, na qual a execução de atividades ainda é presente, porém “[...] acompanhada da possibilidade da atuação consultiva, empreendedora, gerencial e estratégica” (MOREIRA et al, 2020).	Acredita-se que se o secretariado transformou sua atuação, adquiriu competências para a ação gerencial e, mais especificamente, para a gestão de conflitos.
IV - utilização do raciocínio lógico, crítico e analítico, operando com valores e estabelecendo relações formais e causais entre fenômenos e situações organizacionais;	Indireta	A gestão do conflito pretende “[...] identificá-lo, compreendê-lo, interpretá-lo e utilizá-lo para benefício de cada indivíduo, das famílias, dos grupos sociais, das organizações e, enfim, da sociedade” (FIORELLI; FIORELLI; MALHADAS JÚNIOR, 2008, p. 6).	A gestão de conflitos envolve a necessidade de raciocínio lógico e analítico, para fins de utilizar o fenômeno como benefício para os sujeitos/organização.
V - habilidade de lidar com modelos inovadores de gestão;	Indireta	Os cursos de formação superior em secretariado possibilitam a inclusão do “secretário gestor” no contexto organizacional (LESSA; SCHELL 2015).	Os novos modelos de gestão envolvem a de conflitos e o secretário gestor desenvolve competências para tanto.
VI - domínio dos recursos de expressão e de comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive, nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;	Direta	A mediação de conflitos, bem como as demais formas de gestão de divergências buscam uma solução de forma dialogada, na qual ambas as partes sejam privilegiadas por uma relação ganha/ganha (FIORELLI; FIORELLI; MALHADAS JÚNIOR, 2008).	A gestão de conflitos está manifesta de forma direta nesta competência.
VII - receptividade e liderança para o trabalho em equipe, na busca da sinergia;	Indireta	Cabe ao gestor administrar as situações antagônicas e intervir de forma adequada, inclusive, e, na medida do possível, fazer uso da conjuntura, no intuito de explorar criatividade, cooperação e propensão para a evolução organizacional (SANTOS; ABELLA, 2017).	Certamente para a gestão de conflitos é necessário conhecer a equipe e trabalhar em sinergia. O gestor de conflitos pode utilizar-se disso para buscar a cooperação entre os pares.
IX - gerenciamento de informações, assegurando uniformidade e referencial para diferentes usuários;	Indireta	Ressalta-se que o bom-senso é elemento indispensável para casos de divergências (MOREIRA, 2012).	O gerenciamento de informações é essencial na condução do conflito, principalmente, quando

			se pretende a cooperação. O bom-senso na utilização das informações, supõe-se, facilita o processo de gestão de divergências.
XIII - iniciativa, criatividade, determinação, vontade de aprender, abertura às mudanças, consciência das implicações e responsabilidades éticas do seu exercício profissional.	Indireta	Gestão do conflito, que pretende “[...] identificá-lo, compreendê-lo, interpretá-lo e utilizá-lo para benefício de cada indivíduo, das famílias, dos grupos sociais, das organizações e, enfim, da sociedade” (FIORELLI; FIORELLI; MALHADAS JÚNIOR, 2008, p. 6).	A gestão de conflitos, a partir de uma perspectiva positiva, promove a criatividade e motiva a mudança do <i>status quo</i> . Para extrair benefício de situações adversas, esses elementos também são necessários.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em: Etzioni (1967), Brasil (2005), Fiorelli; Fiorelli e Malhadas Júnior (2008), Moreira (2012), Gallo (2013), Lessa e Schell (2015), Santos e Abella (2017), Moreira et al (2020).

As relações propostas pelo Quadro 2 têm o intuito de demonstrar que muitas das competências secretariais exigidas na formação profissional alinham-se à gestão de conflitos e, conforme já posto, mesmo que não seja uma disciplina formalizada na matriz curricular dos cursos superiores, essa competência está subjetivamente inserida nas demais. Inclusive, supõe-se que a competência para a gestão de conflitos é praticada durante a formação, seja de forma intrapessoal, quando o estudante sofre com os dilemas da formação, seja interpessoalmente, nas relações entre colegas.

É nesse campo, o empírico, que se retoma o ditado popular “Quando um não quer, dois não brigam”, inclusive, porque segundo Robbins (2005), o conflito só existe se ambas as partes o reconhecerem, caso contrário não há divergência. Nesse sentido, considerada a concepção de gestão de conflitos por uma perspectiva positiva, quando é possível “[...] identificá-lo, compreendê-lo, interpretá-lo e utilizá-lo para benefício de cada indivíduo, das famílias, dos grupos sociais, das organizações e, enfim, da sociedade” (FIORELLI; FIORELLI; MALHADAS JÚNIOR, 2008, p. 6)”, associada a trajetória profissional do secretariado em termos de evolução – operacional – gestor – tem-se que “Quando todos querem, todos brigam juntos”. Isto é, por meio da cooperação, alcança-se resultados de transformação para uma carreira, que da ameaça à “extinção” (quando da chegada da tecnologia), chegou a patamares estratégicos no contexto organizacional.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões neste ensaio buscaram refletir sobre as competências secretariais contemporâneas e a proximidade entre elas e a gestão de conflitos, no contexto das organizações. Etzioni (1967) aponta que, nas organizações modernas, as tensões são inevitáveis e podem ser reduzidas, porém, não eliminadas e, é essa, justamente, a relação ora apresentada, visto que as tensões cotidianas são uma realidade. Assim, acredita-se que aproveitar-se delas para fins de evolução organizacional é o cenário ideal. Logicamente, neste ensaio, discutem-se questões teóricas e suposições, contudo, há o consenso de que a prática é um dos fatores determinantes para

comprovação da teoria.

Assim, diante do refletido, associado ao objetivo proposto, considera-se a evidente proatividade do sujeito secretário, em termos de construção de sua carreira, cuja consequência foi a ascendência nos patamares de atuação. Assumir um papel de gestor, logicamente, requer o desenvolvimento de competências que, pressupõe-se, ocorrem por meio da formação secretarial, associada às experiências cotidianas, as quais possibilitaram a esse profissional tal posicionamento. Todavia, gerir conflitos, pelas características do fenômeno, torna-se uma tarefa desafiadora, ponderada a complexidade em se lidar com pessoas. Contudo, ancorado nesta discussão, julga-se que o profissional secretário tem essa competência.

Para reflexões futuras, sugere-se a expansão da temática, naquilo que corresponde a aplicação empírica e, ainda, entende-se interessante conhecer, na prática, o papel do secretário nos conflitos que envolveram a profissão. Nessa direção, ao invés de encerrar este ensaio, apresenta-se a proposição: já que as divergências são recorrentes nas relações humanas e são necessárias para a evolução do indivíduo, como o sujeito secretário atuou/a no sentido de gerenciar da melhor forma a transformação de sua carreira?

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 3, de 23 de junho de 2005**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Secretariado Executivo e dá outras providências. 2005.

BUCKLEY, W. **A sociologia e a moderna teoria dos sistemas**. Cultrix/USP, 1967.

COSTA, J. F. S.; DURANTE, D. O secretário executivo e a gestão de conflitos: evidências empíricas. **Secretariado Executivo em Revist@**, v. 11, p. 21-27, 2016.

DURANTE, D. G.; SANTOS, M.; DALPAZ, R. Gerenciamento de conflitos no cotidiano secretarial. **Anais I ENASEC...** Toledo/PR. 2010.

EDQUIST, C. Systems of innovation: perspectives and challenges. In FAGERBERG, J.; MOWERY, D.; NELSON, R., **Oxford Handbook of Innovation**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2005.

ETZIONI, A. **Organizações complexas: um estudo das organizações em face dos problemas sociais**. São Paulo: Atlas. 1967.

FARIA, D. A. A.; PACHECO, F. L. O secretário executivo e a tomada de decisão em uma instituição de ensino superior do estado de Sergipe. **Revista Gestão e Secretariado**. São Paulo, v. 4, n. 1, p 104-125, jan./jun. 2013.

FARIAS, L. Conflitos no cotidiano secretarial. **Secretariado Executivo em**

**Revista**, Passo Fundo - RS, v. 5, n. 1, p.99-106, 2011.

FIORELLI, J. O.; FIORELLI, M. R.; MALHADAS JÚNIOR, M. J. O. **Mediação e solução de conflitos: teoria e prática**. São Paulo: Atlas. 2008.

GALLO, G. Conflict theory, complexity and systems approach. **Systems Research and Behavioral Science**, v. 30, n. 2, p. 156-175, 2013.

KLAUS, V. O. F.; BÍSCOLI, F. R. V. Comunicação e gerenciamento de conflitos na profissão de secretariado executivo. **Revista Expectativa**, v. 8, n. 1.

LEAL, F. G. **Competências secretarias requeridas pela Universidade Federal de Santa Catarina**. 209 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2014.

LESSA, J. K.; SCHELL, M. M. As competências do profissional de secretariado e a utilização de ferramentas de gestão em organizações. In: Martins, C. B., e D'Elia, B. **Modelos de Gestão no Contexto do Profissional de Secretariado**. Florianópolis: CAD. 2015.

MARTINELLI, D. P. **Negociação estratégica: enfoque sistêmico e visão estratégica**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2015.

MCINTYRE, S. E. Como as pessoas gerem o conflito nas organizações: estratégias individuais negociais. **Análise psicológica**, v. 25, n. 2, p. 295-305, 2007.

MOORE, C. W. **O Processo de mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos**; trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MOREIRA, K. D. **A mediação como método de resolução de conflitos interpessoais na Universidade Federal de Santa Catarina**. 2012. 274 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MOREIRA, K. D. **Proposição metodológica para o desenvolvimento de competências secretarias no contexto da gestão universitária**. 301 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2018.

MOREIRA, K. D.; DE OLIVO, L. C. C. O profissional de secretariado executivo como mediador de conflitos. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 3, n. 1, p.

30, 2012.

MOREIRA, K. D.; RODRIGUES, L. M. A.; VALE, J. C. F.; DA ROSA, M. H. As competências contemporâneas do Secretário Executivo e a relação com as competências do middle manager. **Revista de Gestão e Secretariado**, 7(1), 45-66. 2016.

MOREIRA, K. D., SOUZA, S., VALE, J. C. F., RODRIGUES, L. M. Releitura da História Secretarial Brasileira sob a Ótica do Compromisso, do Pertencimento e da Identidade. **Revista Expectativa**, v. 19, n. 1, p. 98-117, 2020.

MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

MOTTA, F. C. P. O estruturalismo na teoria das organizações. **Revista de administração de empresas**, v. 10, n. 4, p. 23-41, 1970.

NASCIMENTO, H. F. O Secretário executivo como mediador de conflitos. **Revista Expectativa**, v. 14, n. 1. 2015.

NASCIMENTO, E. M.; SAYED, K. M. E. **Administração de conflitos. Gestão do Capital Humano**, v. 5, p. 47-56, 2002.

NEIVA, E. G.; D'ELIA, M. E. S. **As novas competências do profissional de Secretariado**. 2. ed. São Paulo: IOB, 2009.

PAES, R. V. O. **Mapeamento e análise dos processos secretariais das Unidades Acadêmicas da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Belém**. 2017. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

PARSONS, T.; SHILS, E. A. **The basic structure of the interactive relationship. Sociological Theory, A Book of Readings**. LA, Coser, B. Rosenberg,, eds. The MacMillan Company, N Y, 1957.

PORTELA, K.; SCHUMACKER, A. Correlações entre atividades fim e meio diante da dinâmica organizacional. In: D'ELIA, B. et al. **Excelência no Secretariado**. São Paulo: Ser Mais. 2013.

RAHIM, M. A. **Managing conflict in organizations**. Transaction Publishers, 2011.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**. 11a ed Rio de Janeiro: Pearson Prentice Hall. 2005.

RODRIGUES, L. M. A.; LAVARDA, R. A. B.; MARTINS, C. B. O profissional de

secretariado executivo: gestor de informações no processo de formação da estratégia. **Revista Capital Científico**, v. 15, n. 3, p. 126-142, 2017.

SANTOS, L. C.; ABELLA, N. T. T. Gestão de conflitos organizacional. **Multi Debate**, p. 1-14, 22 nov. 2017.

SCHEFFER, C., MOREIRA, K., MARTINS, C., BALDIN, D. J. Desenvolvimento da competência para a gestão de conflitos: análise a partir dos currículos dos cursos em instituições de ensino superior público federal. **Secretariado Executivo em Revist@**, 2018. V. 13, p. 195-214.

SILVA, J. S.; BARROS, C. M. P.; CRUZ, R. S. O que se compreende por gestão secretarial: percepção de uma amostra de discentes de secretariado executivo. **Revista Gestão em Análise**. 5(1), 65-77. 2016.

SOUSA, E. R. **Perfil e realidade laboral do secretário executivo no contexto das universidades públicas federais brasileiras**. 2014. 200 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Florianópolis, 2014.

SOUZA, S. **O quadro de pessoal do cargo de secretário-executivo da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2017. 256 p. Dissertação (Mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Florianópolis, 2017.

WISINSKI, J. **Como resolver conflitos no trabalho**. Tradução Renata Silva Cardoso. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

ZARIFIAN, P. **Objetivo competência: por uma nova lógica**. São Paulo: Atlas, 2001.

**AS DIFERENTES PERSPECTIVAS  
METODOLÓGICAS NAS INTERFACES DA  
PESQUISA SECRETARIAL È GRUPO DE  
PESQUISA GESET E SUA FORMAÇÃO  
INTERDISCIPLINAR**

Ligya de Souza Moraes  
Juliana Hortelã  
Aline Cantarotti

## AS DIFERENTES PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS NAS INTERFACES DA PESQUISA SECRETARIAL E GRUPO DE PESQUISA GESET E SUA FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Ligya de Souza Moraes  
Juliana Hortelã  
Aline Cantarotti

### 1 INTRODUÇÃO

O Secretariado é um campo que se constitui por saberes de áreas diversas, como: línguas, economia, administração, psicologia, direito, além das disciplinas específicas. Disso decorre que sua formação seja composta por docentes desses campos e/ou áreas correlatas, fato que o caracteriza com um perfil interdisciplinar. Essa constituição heterogênea também se dá pelo fato de não termos pós-graduação em nível *Stricto Sensu*, especificamente em Secretariado, o que leva os professores a desenvolverem pesquisas em áreas correlatas e trazer suas experiências teóricas e metodológicas de forma a contribuir com a pesquisa secretarial.

Dessa forma, temos uma diversidade metodológica de diferentes áreas acadêmico-científicas, uma vez que as ciências sociais aplicadas, por exemplo, possuem características metodológicas diferentes das ciências humanas. E é nesse meio interdisciplinar e de diversidade metodológica das e nas pesquisas no Secretariado que a identidade dos grupos de pesquisa, em âmbito nacional, congrega um caráter interdisciplinar. Esse fato também ocorre no Grupo de Pesquisa em Secretariado Executivo Trilíngue (GESET), objeto tomado para esse estudo para refletirmos como as produções acadêmicas deste grupo, entre os anos de 2015 e 2019, contribuem para o crescimento e desenvolvimento do pensamento científico crítico/reflexivo, sobretudo com a pesquisa em Secretariado. Vale ressaltar que esse estudo também poderá contribuir para oficializar a identidade do GESET perante o CNPQ.

Corroboramos Nascimento (2012) quando afirma que a interação com outras áreas do conhecimento é salutar, não apenas para o fortalecimento da pesquisa no Secretariado, mas, também, de modo a contribuir para o crescimento de outras áreas com as quais se entrelaça na interdisciplinaridade.

Assim, para refletirmos sobre o caráter interdisciplinar da pesquisa no Secretariado, observamos estudos realizados pelo GESET, de modo mais específico no quesito construção metodológica, a fim de apresentarmos as metodologias que congregam este grupo de pesquisa, para buscar traços da identidade metodológica interdisciplinar deste grupo.

Para tanto, observamos outros estudos que tratam, de modo mais específico, a interdisciplinaridade na Pesquisa Secretarial e como ela se aplica em termos metodológicos. Em seguida, entrelaçamos os estudos realizados no grupo GESET para mostrar as metodologias aplicadas nas pesquisas empreendidas por esse grupo e como elas constituem de forma heterogênea as pesquisas Secretariais. Por fim, apresentamos as considerações finais.

## 2 A INTERDISCIPLINARIDADE METODOLÓGICA NAS PESQUISAS SECRETARIAIS

A pesquisa e o conhecimento científico se fazem presentes e necessários na universidade, juntamente com o ensino e a extensão. Têm-se essas três áreas de atuação como formadoras de um tripé, de acordo com o estabelecido no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, que dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, no qual as instituições de ensino superior tem sua base para um retorno à sociedade dos investimentos ali envidados, não só de recursos humanos, financeiros, mas, em especial, de conhecimento intelectual. Assim, o investimento em ciência desenvolve o pensamento científico, que é co-formador dos profissionais que atuarão na sociedade. Além disso, é por meio da pesquisa que há questionamentos, reflexões, construção e mutação da realidade, pois, ao se investigar, indaga-se sobre como a realidade se mostra e, assim, como pesquisadores, passamos a modificá-la, sempre de forma a aprimorá-la.

A dual relação entre ensino e pesquisa encontram-se um no corpo do outro. De acordo com Freire (1996), o ato de ensinar e pesquisar advém de ações como buscar, indagar, refletir, constatar e, portanto, educar. Na pesquisa, o indivíduo conhece o desconhecido e estende a novidade pesquisada para a sociedade.

Para tanto, o que se espera do ensino superior são atitudes interdisciplinares caracterizadas “pelo respeito ao ensino organizado por disciplinas e por uma revisão das relações existentes entre os problemas da sociedade (FAZENDA, 2016, p. 21-22). Diante disso, a pesquisa, bem como o pensamento acadêmico científico no/do Secretariado têm como principal característica a interdisciplinaridade e, da mesma forma que transforma sua realidade, ao se inter-relacionar com outras disciplinas, também as transforma e desenvolve. Nessa perspectiva interdisciplinar, Fazenda, Tavares e Godoy (2017, p. 23) dizem que, dessa forma “criamos a possibilidade de reconstituir a totalidade pela relação entre os diversos conceitos, a partir de distintos recortes de realidade, dos diversos campos da ciência, possibilitando a compreensão das razões dos seus significados”.

De acordo com Gerardin, Monteiro e Gianini (2011), a formação pluralista e complexa do secretário executivo se reflete, também, nas concepções de currículo, ou seja, no ensino, dada a complexidade de disciplinas e das áreas do conhecimento.

Hoje, a maioria dos cursos estão alocados nos Centros de Ciências Sociais Aplicadas, contemplando a área de gestão, em departamentos próprios do curso ou nos departamentos de Administração, e alguns poucos estão alocados nos Centro de Ciências Humanas ou Comunicação, nos departamentos de Letras ou de Comunicação, indo ao encontro do que fora analisado por Freitas e Silva (2013) em seu estudo sobre a análise de matrizes curriculares. Porém, mesmo estando a formação dividida nesses dois departamentos ou áreas do conhecimento, a interdisciplinaridade continua sendo latente e relevante para a formação em Secretariado, o que significa, também, verificar as demandas de mercado para a orientação da composição

curricular. Nesse sentido, voltamos novamente para as três áreas basilares da construção do indivíduo profissional na universidade: ensino, pesquisa e extensão, as quais estão, nesse raciocínio, indissociáveis e funcionam como agente catalizador do conhecimento “pluriversitário” permitindo a integração da universidade com a sociedade e vice-versa (MOITA; ANDRADE, 2009).

Para complementar a formação secretarial no nível da graduação, a inserção da pesquisa e de um olhar mais científico para os estudos sobre a atuação secretarial teve seu advento recentemente, na década de 2000. Maçaneiro (2011) afirma que, apesar da formação em Secretariado voltar-se para as demandas práticas das organizações, não deve desconsiderar conteúdos teóricos necessários tanto à realização dessas práticas quanto às suas reflexões. Nesse sentido, Maçaneiro e Kuhl (2013) descrevem, em seu estudo, que a criação de um corpo de conhecimento científico está em processamento na área secretarial e cresce substancialmente, conforme percebemos nos estudos mais recentes. Um espaço científico está sendo construído por meio de múltiplas frentes, tais como a criação de periódicos científicos de qualidade ranqueados pela CAPES, eventos científicos para a disseminação de resultados de pesquisa, além da criação de uma associação brasileira de pesquisa em Secretariado (hoje já constituída e denominada ABPsec – Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado). Ainda de acordo com os autores, é necessário

[...] primar pelo fortalecimento de linhas específicas, com sinergia entre os pesquisadores, discutindo os problemas relacionados à atuação do profissional, questões teóricas e também realizando pesquisas relacionadas com as outras áreas em que o Secretariado dialoga (MAÇANEIRO; KUHL, 2013, p. 165).

O que Maçaneiro e Kuhl (2013) afirmam corrobora as reflexões que propomos neste ensaio quando procuramos mostrar a existência da interdisciplinaridade metodológica nas pesquisas desenvolvidas no Secretariado, em especial dos pesquisadores vinculados ao grupo de estudos GESET.

O grupo de estudos-pesquisa GESET foi criado em 2011, para o curso de Secretariado Executivo da Universidade Estadual de Maringá. Participam do mesmo alunos e professores deste curso, tendo como objetivo comum reflexões, discussões e aprendizado sobre a construção e formação de novos secretários, bem como assuntos que se relacionam com o objeto de estudo secretarial. Considerando o grupo em tela, neste estudo observamos, analisamos e refletimos sobre a produção científica de seus membros, tendo como foco não apenas a interdisciplinaridade de áreas do saber, mas também a interdisciplinaridade metodológica intrínseca nesses resultados científicos.

Para demonstrar este contexto, apresentamos no Quadro 1 as pesquisas realizadas entre os anos de 2015 a 2019.

Quadro 1. Trabalhos desenvolvidos no período de 2015 a 2019

	<b>Título</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Campos do saber</b>	<b>Metodologia</b>
1	A pesquisa em Secretariado Executivo da UEM: um campo a ser explorado (PIC)	Identificar e analisar a(s) razão(ões) do baixo interesse dos acadêmicos por pesquisa.	Secretariado/ Engajamento em pesquisa	Qualitativa-quantitativa; Análise estatística-descritiva, pesquisa de campo, questionário.
2	Uma análise das Matrizes Curriculares do curso de Secretariado Executivo no Brasil. (PIC)	Identificar uma possível espinha dorsal do SE para contribuir com a demarcação da identidade secretarial.	Secretariado/ Formação Secretarial	Qualitativa analítica-descritiva, pesquisa documental
3	Atuação do secretário executivo em assessorias complexas: um estudo de caso (PIC)	Investigar a atuação das assessorias, em seus diferentes níveis, na prática em uma organização.	Secretariado/ Assessoria Secretarial	Estudo de caso, observação participante, entrevistas, análise de conteúdo
4	As transformações do Secretariado Executivo na Modernidade Líquida: Impactos no mercado de trabalho decorrentes da fluidez nas relações sociais. (PIC)	Investigar de que forma a Modernidade Líquida influencia na profissão de Secretariado e quais os possíveis impactos no mercado de trabalho.	Estudos Linguísticos	Pesquisa bibliográfica, com caráter qualitativo, análise de conteúdo,
5	Línguas estrangeiras para o Secretariado e o contexto específico de aprendizagem (PIC)	Discutir sobre o contexto específico de aprendizagem de línguas estrangeiras para Secretariado, sua atuação na gestão da internacionalização e na comunicação internacional,	Estudos Linguísticos : Ensino de Língua Estrangeira para fins específicos	Abordagem qualitativa; aplicação de questionários para coleta de dados. Análise descritiva
6	Um estudo do desenvolvimento de capacitação para cargos secretariais em uma universidade estadual (Relatório de estágio obrigatório)	Identificação das dificuldades dos servidores no desenvolvimento do trabalho e elaboração de cursos que desenvolvam as habilidades secretariais	Secretariado/ Administração: pública, gestão de Recursos Humanos	Abordagem qualitativa, questionário, pesquisa participante; análise descritiva dos dados
7	Gêneros textuais em língua espanhola: um enfoque a partir da teoria de gêneros e da análise crítica do discurso (PIC)	Analisar como os elementos linguísticos-discursivos se organizam no gênero telenovela para observar se essas práticas reforçam e/ou transformam estereótipos do	Estudos Linguísticos	Pesquisa documental (frames), Análise crítica do discurso

		profissional de Secretariado.		
8	Tradução para Secretariado Executivo no Brasil: uma proposta de abordagem de ensino para a graduação (Tese)	1) caracterizar um panorama em âmbito nacional do ensino de tradução para Secretariado; 2) delinear uma proposta de abordagem de tradução com finalidades específicas aplicada ao contexto da formação em SE.	Estudos Linguísticos : Estudos da Tradução	Pesquisa bibliográfica, de natureza aplicada, com análise documental e levantamento e análise de dados de modo quantitativo-descritivo e qualitativo, com análise de conteúdo (questionários)
9	Uma Análise Arquegenealógica em Discursos sobre o Saber Secretarial em Formação (Dissertação)	Descrever, arquegenealógica-mente, as práticas discursivas que apontam para a possível constituição de um objeto que especifique o saber secretarial	Estudos Linguísticos : análise de discurso foucaultiana	Pesquisa bibliográfica e Análise de discurso foucaultiano

Fonte: elaborado pelas autoras

O corpus em análise resulta de nove trabalhos desenvolvidos por pesquisadores e alunos vinculados ao grupo de estudos GESET. Nesse universo, identificamos duas grandes áreas do saber que embasam os trabalhos, são elas: Estudos Secretariais e Estudos Linguísticos. Dessas pesquisas, observamos metodologias diversas empreendidas em cada campo do saber. Nessa heterogeneidade metodológica importa mostrar as metodologias de cada área. Dessa forma, exporemos no Quadro 2 as metodologias utilizadas para facilitar a visualização desses engajamentos metodológicos.

Quadro 2. Metodologias utilizadas por campos de saberes

Campos do saber	Metodologias	
Secretariado	Coleta	Pesquisa de campo, documental, bibliográfica; questionário; observação participante; entrevistas.
	Análise	Estatística descritiva, analítica descritiva, estudo de caso.
Estudos Linguísticos	Coleta	Pesquisa bibliográfica, documental; questionários,
	Análise	Análise de conteúdo, descritiva, análise crítica do discurso, análise de discurso foucaultiano

Fonte: Elaborado pelas autoras

Como exposto no Quadro 2, observamos que os métodos de coleta de dados se assemelham nos dois campos, em destaque para as coletas de forma bibliográfica, documental e a aplicação de questionários. Há, também, o método estatístico descritivo, o qual auxilia pesquisas de cunho quantitativo.

No que tange aos tipos de análises, já há maior especificidade de acordo com o campo de estudo em que as pesquisas estão embasadas.

Um dos fatores da presença do campo do saber linguístico, conforme observado no Quadro 1, se dá pela formação acadêmica dos docentes envolvidos com o grupo de pesquisa em tela, em especial em suas pós-

graduações *Strictu Sensu*. Como podemos observar, há pesquisadores com formação em linhas de pesquisa no Ensino e Aprendizagem de Línguas Estrangeiras e Análise do Discurso. Já no campo o qual consideramos mais voltado para área secretarial, as interrelações com outras disciplinas se tornam evidentes, tais como; Administração, Administração Pública e Gestão de RH.

É importante destacar que estudos desenvolvidos como projetos de Iniciação Científica (PIC) e relatórios de estágio produzem publicações de artigos em revistas. As teses e dissertações também têm seus resultados disseminados em revistas científicas, capítulos de livros, entre outros materiais. Além da disseminação dos resultados no meio escrito, há também as apresentações orais em eventos acadêmicos. Esse cenário da disseminação dos resultados encontrados nos estudos também reforça e embasa a apresentação de um delineamento metodológico das pesquisas, construindo uma representação visível deste escopo. Essa materialização-visualização se faz importante para o meio acadêmico-científico da área secretarial e sua construção.

A interdisciplinaridade percebida no entrelaçamento de campos do saber distintos contribui para uma construção identitária interdisciplinar tanto do grupo de estudos GESET como um todo quanto das pesquisas realizadas por seus membros. A interdisciplinaridade presente na pesquisa secretarial é resultado também da construção multidisciplinar da formação para o profissional de Secretariado. Assim, seguimos neste ciclo que se retroalimenta: formação secretarial de caráter inter-multidisciplinar que resulta em pesquisas secretariais com estas características, que retornam seus resultados de modo a fortalecer a formação e assim por diante. Além disso, os estudos interdisciplinares tendo o Secretariado como foco de análise nos quais outras teorias/campos do saber podem colaborar, transformam, desenvolvem e fortalecem todos os campos dos saberes envolvidos nestes estudos.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o Secretariado é um campo do saber que se constitui por uma diversidade de conhecimentos de outras áreas, diferentes metodologias são usadas em seus estudos. Assim, a identidade interdisciplinar de grupos de pesquisa em Secretariado ora analisado se faz evidente.

O entrelaçamento de saberes em diferentes áreas do conhecimento é salutar para todos os participantes. Deste modo, há o desenvolvimento e a transformação do conhecimento para diferentes áreas de maneira que todas possam evoluir.

Como pode-se constatar nas discussões realizadas, o grupo de pesquisa em questão contempla o tripé universitário (ensino-pesquisa-extensão) conforme exalta Freire (1996), sobre a importância da pesquisa no contexto universitário para o desenvolvimento do pensamento crítico do indivíduo, da sociedade. Além disso, a universidade responde à sociedade quando publica os resultados de seus estudos.

Percebemos, então, a heterogeneidade das pesquisas realizadas no Grupo de Estudos GESET, no recorte de análise, entre os anos 2015 e 2019, resultados os quais demonstram que o uso de diferentes metodologias pode

contribuir tanto com a área acadêmico-científica do Secretariado quanto de outros campos do saber. É por meio das diferentes metodologias que os resultados obtidos nestes estudos contribuem também para outras áreas e não somente para o Secretariado em si, como destaca Fazenda (2016) e Fazenda, Tavares e Godoy (2017) ao contemplar a importância da interdisciplinaridade na pesquisa.

Especificamente sobre este estudo de pesquisa, foi possível observar a concentração de estudos no campo do saber linguístico, muito provavelmente devido ao grupo de pesquisa estar oficializado junto ao curso de Secretariado Executivo Trilíngue da Universidade Estadual de Maringá, o qual está vinculado ao Departamento de Letras Modernas, no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, e seus docentes se qualificarem em programas de pós-graduação da área de Letras/Linguística. Apesar de tal característica, é possível perceber que o conhecimento científico Secretarial se destaca.

Como aprofundamento deste estudo, buscaremos levantar as contribuições dos resultados obtidos nas pesquisas do grupo para a área secretarial e as áreas interdisciplinares com as quais dialoga. A intenção é ampliar o Quadro 1 deste estudo, a qual detalharemos e aprofundaremos em momento futuro.

### REFERÊNCIAS

ASSIS, J. E.; PINHEIRO, G. G.; MORAES, L. de S.; VALÉRIO, J. H. P.; CANTAROTTI, A. Uma análise das matrizes curriculares do curso de Secretariado Executivo no Brasil. In: **Encontro Anual de Iniciação Científica, 28º.**, 2019, Maringá. Anais eletrônicos. Maringá-PR. Disponível em: <http://www.eaic.uem.br/eaic2019/anais/artigos/3845.pdf>. Acesso em 20 set. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

CANTAROTTI, A. **Tradução para Secretariado Executivo no Brasil: uma proposta de abordagem de ensino para a graduação.** 2018. 215f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, São José de Rio Preto - 2018.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa** [livro eletrônico]. Campinas, SP. Papyrus: 2016.

FAZENDA, I. C. A.; TAVARES, D. E.; GODOY, H. P. **Interdisciplinaridade na pesquisa científica.** [livro eletrônico]. Campinas – SP. Editora Papyrus, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

FREITAS, L. F. de; SILVA, A. P. da. Análise das matrizes curriculares dos cursos de Secretariado Executivo das Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil e a observância às Diretrizes Curriculares Nacionais. In: ENCONTRO

NACIONAL ACADÊMICO DE SECRETARIADO, 3., 2013, João Pessoa.  
**Anais...** João Pessoa: UFPB, 2013. p. 220-234.

GERARDIN, U. J.; MONTEIRO, A. A.; GIANINI, V. C. Currículos de secretariado executivo: algumas reflexões. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 58-78, jul./dez. 2011.

MAÇANEIRO, M. B. Antecedentes, conseqüências e desafios da cientificidade da área de Secretariado Executivo. **Revista Expectativa**, Toledo, v. 10, n. 1, 2011.

MAÇANEIRO, M. B.; KUHL, M. R. Estado da arte e o rumo do conhecimento científico em secretariado executivo: mapeamento e análise de áreas de pesquisa. **Revista de Gestão e Secretariado - GeSec**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 157-188, dez. 2013.

MOITA, F. M. G. da S.; ANDRADE, F. C. B. de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 269-393. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a06.pdf>. Acesso em 17 nov. 2020.

MORAES, L. de S.; GOMES, E. J. A pesquisa em Secretariado Executivo na UEM: Um campo a ser explorado. In: **Encontro Anual de Iniciação Científica, 27º.**, 2018, Maringá. Anais eletrônicos. Maringá-PR. Disponível em: <http://www.eaic.uem.br/eaic2018/anais/artigos/2937.pdf>. Acesso em 20 set. 2020.

MORAES, L. de S.; VALÉRIO, J. H. P.; CANTAROTTI, A. Um estudo do desenvolvimento de capacitação para cargos secretariais em uma universidade estadual. In: **Revista Expectativa**. v.19, n. 1, jan-jun, 2020. P. 1-22. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/18184/16188>. Acesso em 20 set. 2020.

NASCIMENTO, E. P. Pesquisa aplicada e interdisciplinaridade: da linguística ao secretariado. In: DURANTE, D. G. (org.) **A pesquisa em secretariado: cenários, perspectivas e desafios**. Passo Fundo: Ed. Universidade Passo Fundo, 2012.

OLIVEIRA, L. M. da S. de; CANTAROTTI, A. Línguas estrangeiras para o Secretariado e o contexto específico de aprendizagem. In: **Encontro Anual de Iniciação Científica, 28º.**, 2019, Maringá. Anais eletrônicos. Maringá-PR. Disponível em: <http://www.eaic.uem.br/eaic2019/anais/artigos/3713.pdf>. Acesso em 20 set. 2020.

REIS, K. N. B. dos; LUGLI, V. C. P. Gêneros textuais em Língua Espanhola: Um enfoque a partir da teoria de gêneros e análise crítica do discurso. In: **Encontro Anual de Iniciação Científica, 28º.**, 2019, Maringá. Anais

eletrônicos. Maringá-PR. Disponível em: <http://www.eaic.uem.br/eaic2019/anais/artigos/3338.pdf>. Acesso em 20 set. 2020.

SHAFFER, L. R.; CANTAROTTI, A.; BIRELLO, V. B. As transformações do Secretariado Executivo na Modernidade Líquida: Impactos no mercado de trabalho decorrentes da fluidez nas relações sociais. In: **Encontro Anual de Iniciação Científica, 28º.**, 2019, Maringá. Anais eletrônicos. Maringá-PR. Disponível em: <http://www.eaic.uem.br/eaic2019/anais/artigos/3404.pdf>. Acesso em 20 set. 2020.

SILVA, V. A. R. da; SHU, C. S., MOTT, A. M. B. de Q.; CANTAROTTI, A. Atuação do Secretário Executivo em assessorias complexas: Um estudo de caso. In: **Encontro Anual de Iniciação Científica, 28º.**, 2019, Maringá. Anais eletrônicos. Maringá-PR. Disponível em: <http://www.eaic.uem.br/eaic2019/anais/artigos/3836.pdf>. Acesso em 20 set. 2020.

VALÉRIO, J. H. P. **Uma Análise Arquegenealógica em Discursos sobre o Saber Secretarial em Formação.** 2017. 120f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá - 2018.

# **ATUAÇÃO SECRETARIAL NA GESTÃO DE EVENTOS: REFLEXÕES ACERCA DO DESENHO UNIVERSAL**

Luci Mari Aparecida Rodrigues  
Elaine Thais da Silva Lima  
Katia Denise Moreira  
Cibele Barsalini Martins

## ATUAÇÃO SECRETARIAL NA GESTÃO DE EVENTOS: REFLEXÕES ACERCA DO DESENHO UNIVERSAL

Luci Mari Aparecida Rodrigues  
Elaine Thais da Silva Lima  
Katia Denise Moreira  
Cibele Barsalini Martins

### 1 INTRODUÇÃO

A gestão de eventos é uma das competências associadas ao profissional de Secretariado Executivo em diferentes contextos organizacionais, como demonstram os estudos no campo da gestão universitária pública (LEAL, 2014; SOUSA, 2014; RAVIANI, 2015; LEAL; MORAES, 2017; MOREIRA; RODRIGUES; DALMAU; COSTA, 2020), dos demais tipos de organizações privadas (ALMEIDA, 2016) e das organizações do terceiro setor (PEREIRA; SILVA, 2014).

As práticas adotadas pelos profissionais na gestão de eventos sofreram transformações ao longo dos anos, a partir de novas demandas das organizações como o estabelecimento de elementos de diferenciação na forma e conteúdos de participação da organização no evento (GIACAGLIA, 2003) e a percepção desses espaços como oportunidades para construir relações duradouras com os clientes (FORTES; SILVA, 2011).

Essas demandas das organizações encontram nas pesquisas acadêmicas um campo em ascensão. A temática de experiências em eventos é uma das agendas emergentes de pesquisa em gestão de eventos, busca compreender quais experiências os participantes procuram e como suas expectativas impactam na gestão de eventos (BACKMAN, 2018; GODOVYKH; HAHM, 2020).

Compreendemos que um debate sobre experiências em eventos está diretamente ligado à promoção da participação e o respeito à pluralidade humana. No campo da deficiência, por exemplo, uma participação efetiva pode encontrar barreiras nas questões de acessibilidade.

No tratamento dessa temática, normativas como a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) incentivam a promoção do Desenho Universal, difundido como a “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva” (BRASIL, 2019, p. 9).

A expressão *Universal Design* foi cunhada por Ron Mace para descrever o movimento voltado à construção de edificações acessíveis (HANNA, 2005). Embora iniciado na arquitetura, esse movimento alcançou rapidamente as áreas de recreação, artes, saúde e educação (THOMPSON; JOHNSTONE; THURLOW, 2002). Na gestão de eventos, foram localizados guias de introdução aos princípios de desenho universal em publicações de organizações como o *Human Resources and Skills Development Canada*

(HRSDC, 2009) e o *Syracuse University Disability Cultural Center* (POLLACK; WIENER, 2018).

Por entendermos que o Desenho Universal contribui para a promoção de eventos mais inclusivos, neste ensaio, o intuito é refletir sobre o papel do profissional de secretariado executivo no contexto da gestão de eventos e da abordagem do desenho universal, em uma perspectiva dialógica.

A abordagem do tema justifica-se pelas transformações vivenciadas pelos profissionais que atuam na gestão de eventos, uma vez que a compreensão das expectativas e necessidades dos participantes é um fator chave para o atendimento das novas demandas apresentadas pelas organizações. Ainda, acreditamos que a inclusão desse debate na gestão de eventos, temática abordada em currículos de cursos de graduação em Secretariado Executivo, contribui com a formação transversal na Educação em Direitos Humanos (EDH) (MEC, 2012).

Em relação à estrutura do ensaio, nesta introdução é apresentada a contextualização da problemática de pesquisa. Em seguida, as temáticas gestão de eventos e desenho universal são discutidas sob uma perspectiva integradora. Posteriormente, o papel do profissional de secretariado executivo é trazido para uma discussão relacionada aos arcabouços teóricos ora citados. Por fim, são apresentadas considerações finais sobre a temática e as referências.

## 2 GESTÃO DE EVENTOS

Inicialmente, vamos retomar o conceito de evento, caracterizado como um acontecimento que se faz presente na história das civilizações, relacionado com aspectos econômicos, sociais e políticos das sociedades (MARTIN, 2015; MATIAS, 2001). Ressaltamos que o evento, enquanto fenômeno ligado à interação humana, transcendeu os ambientes sociais e passou a ser adotado também nos ambientes organizacionais, tanto públicos como privados, de modo que ele passou a constituir uma linha específica da gestão, a de eventos (GIACAGLIA, 2003; WATT, 2007).

A partir do prisma das organizações e sob a ótica da prestação de serviços especializados, a gestão de eventos se constitui como objeto de estudos de pesquisadores de diversas áreas, bem como se caracteriza como disciplina acadêmica em instituições de ensino superior, além de fazer parte de cursos de formação complementar (LAMB, 2015; MOSCARDO; NORRIS, 2004; BACKMAN, 2018).

As temáticas que contemplam aspectos teórico empíricos sobre a gestão de eventos abarcam elementos inerentes ao tema de modo a demonstrar como ele se tornou estratégico para o sucesso de metas e objetivos organizacionais, a partir de sua integração com diversas áreas das organizações, de maneira a se tornar relevante para a divulgação de produtos e serviços, formação de parcerias por meio de *networking*, bem como para destacar a própria imagem das organizações (CROWTHER, 2010a; 2010b; MARTIN, 2015).

A partir de elementos relacionados a esse tipo de gestão e que foram encontrados em estudos científicos durante a elaboração deste ensaio,

propomos três dimensões que consideramos essenciais ao objetivo das reflexões apresentadas.

A primeira, volta-se à formação profissional para a atuação nas organizações (MOSCARDO; NORRIS, 2004). A partir da integração entre a teoria e a prática, tais estudos buscaram suprir lacunas relacionadas à complexidade imanente à gestão de eventos, bem como às competências requeridas nesse tipo de atuação, dado que o aprendizado na realização de atividades que contemplam as fases de pré-evento, evento e pós-evento são melhor integradas ao quadro cognitivo dos estudantes por meio da vivência da realização de eventos diversos (LAMB, 2015; MOSCARDO; NORRIS, 2004).

A segunda dimensão tratada, é a dos aspectos técnicos relacionados às etapas da realização de eventos, *cases* de organizações diversas, manuais e modelos conceituais (ANDERSON; GETZ; GRATION; RACITI, 2017; SHONE; PARRY, 2010). Nesses trabalhos, o que ressalta é uma lógica direcionada tanto ao atendimento de clientes como de outros *stakeholders*, para fins de retorno de investimentos e avaliação de desempenho, sob a perspectiva do alcance de resultados e de criação de valor alinhados à estratégia organizacional (BEECH; KAISER; KASPAR, 2014; ELLERT; SCHAFMEISTER; GASSNER, 2015; WAGEN; CARLOS, 2005).

A terceira dimensão de estudos contempla uma visão holística da gestão de eventos, na qual são tratados assuntos em torno da sustentabilidade. São abordadas questões econômicas, sociais e ambientais, em uma gestão que considera a diversidade e a pluralidade humana, além de aspectos cognitivos, emocionais e comportamentais. Ou seja, tal dimensão distancia-se de uma ótica utilitarista da gestão de eventos, pautada em uma visão instrumental, caracterizada pelo controle do comportamento do participante consumidor/cliente (BACKMAN, 2018; GODOVYKH; HAHM, 2020; RAJ; MUSGRAVE, 2009).

Desse modo, a partir do nosso interesse intrínseco em propor reflexões alinhadas a esta última dimensão de pesquisas sobre a gestão de eventos, na próxima seção, trataremos da abordagem do desenho universal, como base para a compreensão acerca das experiências dos participantes, as quais podem tanto repercutir em aspectos estratégicos e técnicos da gestão de eventos, presentes nas duas primeiras dimensões ora citadas, quanto naquilo que se refere a uma visão holística, que abrange a satisfação das pessoas, por meio do respeito às pluralidades e, conforme aponta Backman (2018), em diálogo com conceitos que constituem o futuro da gestão de eventos, no sentido de uma “co-produção” de eventos.

### **3 CONTRIBUIÇÕES DO DESENHO UNIVERSAL PARA A GESTÃO DE EVENTOS**

A importância do desenho universal para a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços mais inclusivos é reconhecido pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009), normativa que, no Brasil, equivale à Emenda Constitucional. Também à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) relacionada acessibilidade ao desenho universal:

Art. 55. A concepção e a implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação, e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade (BRASIL, 2015).

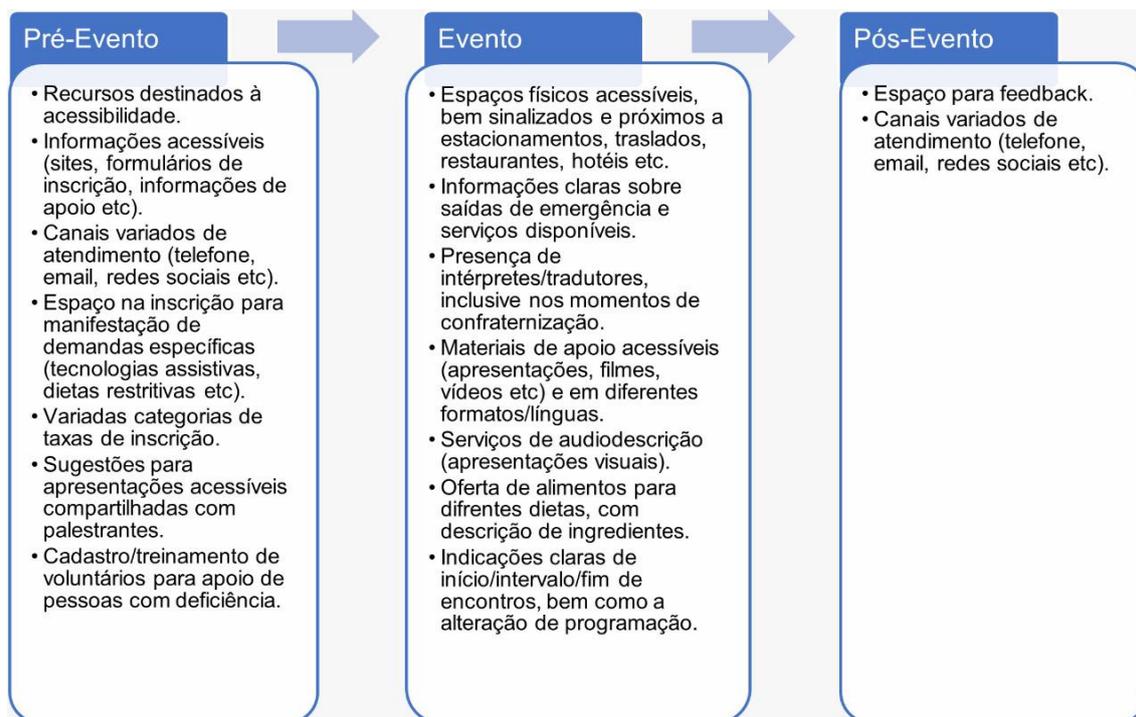
Por sua vez, a literatura relacionada ao desenho universal se desenvolve no sentido de atender às diferentes demandas da pluralidade dos sujeitos. Segundo Steinfeld e Maisel (2012), o propósito do desenho universal é aprimorar a performance, a saúde e a participação social dos usuários de produtos e serviços. Os autores pontuam que, embora um consenso sobre a definição do desenho universal esteja em construção, a ideia essencial das definições existentes é o atendimento das demandas de um público maior que aquele beneficiado pelas práticas convencionais, tendo como objetivo final a inclusão.

Os fundamentos do desenho universal estão associados a um grupo de pesquisadores da Universidade do Estado da Carolina do Norte que, liderados por Ronald Mace, em 1997, debruçou-se sobre a formulação de sete princípios norteadores para o desenvolvimento de ambientes, de produtos e de uma comunicação mais efetiva (CUD, 1997).

Esses princípios são: (1) Uso equitativo - favorece o uso de pessoas com diferentes habilidades; (2) Uso flexível - acomoda a maior variação possível de preferências e habilidades pessoais; (3) Uso simples e intuitivo - proporciona fácil compreensão; (4) Informação de fácil percepção - incorpora diferentes formas de comunicação; (5) Tolerância ao erro - minimiza situações perigosas e acidentes não intencionais; (6) Esforço físico mínimo - proporciona uso eficiente e confortável com a aplicação de pouco esforço; e (7) Tamanho e espaço apropriado para acesso e uso - permite variadas formas de acesso e utilização (CUD, 1997).

Na gestão de eventos, a aplicação dos princípios do desenho universal resultou em iniciativas como os guias inclusivos publicados pelas organizações *Human Resources and Skills Development . Canada* (HRSDC, 2009) e *Syracuse University Disability Cultural Center* (POLLACK; WIENER, 2018), dentre outras. A partir da compreensão de necessidades, preferências e estilos de aprendizagem de um grupo específico, seja ele composto por pessoas com deficiência ou não, é possível alcançar maiores índices de inclusão de todos os indivíduos e grupos (POLLACK; WIENER, 2018). Nesse sentido, apresentamos na Figura 1 fatores relevantes para aprimorar a experiência de participação em eventos de diferentes proporções.

**Figura 1** - Fatores facilitadores de participação.



Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir de HRSDC (2009), Pollack e Wiener (2018).

Ademais, o contato com organizações representativas é indicado para identificar possíveis alternativas para as demandas apresentadas pelos participantes. Pessoas com deficiência dominam recursos que podem levar a soluções criativas para diferentes situações apresentadas (HRSDC, 2009).

Ainda, pontuamos que as questões descritas são abrangentes, no sentido de auxiliar os profissionais que atuam na gestão de diferentes formatos de eventos, desde reuniões restritas às grandes conferências. Compreendemos que, ao considerar os fatores pontuados, é possível agregar à gestão de eventos estratégias com uma perspectiva holística voltada ao respeito à pluralidade humana. A seguir, trazemos a discussão dialógica da gestão de eventos e da abordagem do desenho universal, sob a perspectiva da atuação do profissional de secretariado executivo.

#### **4 O PROFISSIONAL DE SECRETARIADO EXECUTIVO, A GESTÃO DE EVENTOS E O DESENHO UNIVERSAL**

Dentre as competências secretariais contemporâneas está aquela associada ao papel de gestor. Atores do campo secretarial têm refletido mais especificamente acerca dessa questão, como, por exemplo, Santos e Caimi (2009), quando citam que o profissional de secretariado desempenha funções características daquelas denominadas por gestores: assessoria, cogestão, consultoria, empreendedorismo e entre outras.

Na mesma direção, Leal (2014) disserta sobre a incorporação dos eixos de assessoria, consultoria, gestão e empreendedorismo, no perfil profissiográfico do profissional de secretariado executivo e, ainda, Moreira,

Rodrigues, Vale e Rosa (2016) dialogam sobre o profissional de secretariado executivo como *middle manager* nas organizações, o qual atua como mediador entre os níveis de gestão nas organizações. Nessa direção, também ressaltamos a atuação do profissional de secretariado executivo tanto no processo de formação como de implementação de estratégias nas organizações (RODRIGUES; LAVARDA; MARTINS, 2017).

Diante do exposto, lembramos que a gestão está alinhada à concepção de utilização de competências para atingir a efetividade em um determinado ambiente e, dentre as diversas possibilidades de gestão, tem-se a de eventos, a qual está indiretamente relacionada àquelas desenvolvidas pelo profissional de secretariado executivo. Essa afirmativa encontra sustentação nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de graduação em secretariado (BRASIL, 2005), quando em seu artigo 4<sup>a</sup> dispõe sobre as competências a serem desenvolvidas durante a formação superior, mais especificamente nos incisos VIII e XIII:

[...]

VIII - adoção de meios alternativos relacionados com a melhoria da qualidade e da produtividade dos serviços, identificando necessidades e equacionando soluções;

XIII - iniciativa, criatividade, determinação, vontade de aprender, abertura às mudanças, consciência das implicações e responsabilidades éticas do seu exercício profissional (BRASIL, 2005, s.p).

Em tais incisos estão presentes a relação da gestão de eventos com a efetividade nas organizações, conforme a atuação do secretário executivo como gestor de eventos. E, ainda, a abertura para mudanças e a iniciativa, ambas necessárias para a tal gestão e vinculadas a uma visão holística que o desenho universal propõe.

Ademais, Souza (2015) aponta que o profissional de secretariado tem perfil para a organização de eventos, visto, as competências que desenvolve durante sua formação. A autora complementa ao dizer que noções sobre *marketing*, cerimonial e protocolo contribuem com a atuação secretarial na área de eventos. Ou seja, conhecimentos, habilidades e atitudes para gerir eventos fazem parte da realidade secretarial, todavia, como esse sujeito pode utilizar da abordagem do desenho universal para tornar esses espaços mais inclusivos?

Relembramos que o desenho universal tem o propósito de atender às diferentes demandas e a pluralidade dos sujeitos (STEINFELD; MAISEL, 2012) e, nesse sentido, a partir das competências como iniciativa, criatividade e responsabilidade ética, associadas a busca pela adoção de meios alternativos para melhoria das ações, inclusive, equacionando soluções, acredita-se que o profissional de secretariado executivo pode promover ações para a inclusão, por meio de programas e serviços mais inclusivos, conforme, orientam a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

O olhar holístico para a gestão de eventos (BACKMAN, 2018; GODOVYKH; HAHM, 2020; RAJ; MUSGRAVE, 2009), que na reflexão ora

proposta está associado a questão da inclusão, também, está relacionado aquilo que se espera atingir ao final da formação secretarial:

O bacharel em Secretariado Executivo deve apresentar sólida **formação geral e humanística**, com **capacidade de análise, interpretação e articulação de conceitos e realidades inerentes à administração pública e privada**, ser apto para o domínio em outros ramos do saber, **desenvolvendo postura reflexiva e crítica que fomenta a capacidade de gerir e administrar processos e pessoas**, com observância dos níveis graduais de tomada de decisão, bem como capaz para atuar nos níveis de comportamento microorganizacional, mesoorganizacional e macroorganizacional (BRASIL, 2005, s.p, grifo nosso).

Portanto, sobre o papel do profissional de secretariado executivo nesse contexto, acreditamos que ao atuar como gestor esse sujeito pode colaborar em questões estratégicas relacionadas à organização (RODRIGUES; LAVARDA; MARTINS, 2017); técnicas, associadas à execução, de acordo com o que já é discutido no campo secretarial (LEAL, 2014; SOUSA, 2014; RAVIANI, 2015; MOREIRA *et al*, 2020); e, ainda, de maneira holística com foco para a pluralidade das pessoas, principalmente, naquilo que se refere à inclusão. Em outras palavras, as reflexões ora postas fortalecem o papel do profissional de secretariado executivo como gestor de eventos, ou seja, que utiliza de suas competências para o alcance efetivo de resultados, no intuito de atender as pluralidades dos sujeitos e, neste caso, a singularidade da inclusão.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio refletimos sobre o papel do profissional de secretariado executivo no contexto da gestão e eventos e da abordagem do desenho universal, em uma perspectiva dialógica. Observamos que essa é uma atuação que converge com aquilo que dispõem as competências secretariais, inclusive discutidas em manuscritos científicos, todavia, associada às questões estratégicas - organização e técnicas - execução.

Para este ensaio trouxemos outra perspectiva, a da visão holística para a gestão de eventos e, associada a ela, a abordagem do desenho universal, que trata das relações de pluralidades dos sujeitos. A partir dessa leitura, observamos que a normativa para formação secretarial (DCNs) apresenta elementos que sustentam esse tipo atuação.

Consideramos que além da objetividade inerente das ações estratégicas e executivas, o profissional de secretariado executivo adentra a seara subjetiva das questões holísticas, visto que desenvolve competências para isso. Por fim, ressaltamos que estas reflexões têm base teórica e, sendo assim, limitam-se a elas. Acreditamos que a expansão do ora discutido, inclusive, em termos teórico-empíricos, trará amplitude para as reflexões apresentadas.

Para estudos futuros, sugerimos investigações que relacionem as ações adotadas pelos profissionais de secretariado na promoção de eventos inclusivos, pautados em sua formação humanística e papel gestor. Por exemplo, uma pesquisa que envolva averiguar se o profissional de secretariado executivo, a partir de sua formação humanística e capacidade de interpretação

e articulação, alcança a postura holística para a gestão de eventos, que envolve compreender a pluralidade dos sujeitos e efetivamente apresentar ações para atendê-las.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, W. A. G. **Secretarial skills of professionals from national, internationalized domestic and foreign companies in Brazil**. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão Internacional) - Associação Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2016.

ANDERSON, T. D. et al. Event portfolios: asset value, risk and returns. **International Journal of Event and Festival Management**, v. 8, n. 3, p. 226–243, 2017.

BACKMAN, K. F. Event management research: The focus today and in the future. **Tourism Management Perspectives**, v. 25, n. December, p. 169–171, 2018.

BEECH, J. G.; KAISER, S.; KASPAR, R. **The business of events management**. United Kingdom: Pearson Education Limited, 2014.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, 07 jul. 2015, Seção 1, p. 02.

BRASIL. Decreto n. 6.949 de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 ago. 2009, Seção 1, p. 03.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 3, de 23 de junho de 2005**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Secretariado Executivo e dá outras providências. 2005.

GODOVYKH, M.; HAHM, J. J. Does the sequence of presentations matter for academic conferences? An application of the peak-end rule in event management. **Journal of Convention and Event Tourism**, v. 21, n. 3, p. 201–224, 2020.

CROWTHER, P. Strategic application of events. **International Journal of Hospitality Management**, v. 29, n. 2, p. 227–235, 2010a.

CROWTHER, P. Marketing event objectives: from tactical to strategic. **International Journal of Event and Festival Management**, v. 2, n. 1, p. 68–82, 2010b.

ELLERT, G. et al. Expect the unexpected new perspectives on uncertainty management and value logics in event management. **International Journal of Event and Festival Management**, v. 6, n. 1, p. 54–72, 2015.

FORTES, W. G.; SILVA, M. B. R. **Eventos: estratégias de planejamento e execução**. São Paulo: Summus, 2011.

GIACAGLIA, M. C. **Organização de eventos: teoria e prática**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HANNA, E. I. **Inclusive Design for Maximum Accessibility: a practical approach to Universal Design**. San Antonio: Pearson Educational Measurement, 2005.

HUMAN RESOURCES AND SKILLS DEVELOPMENT CANADA (HRSDC). **Guide to Planning Inclusive Meetings**. Canada, 2009. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/employment-social-development/programs/disability/arc/inclusive-meetings.html> . Acesso em: 21 set. 2020.

LAMB, D. Learning about events through involvement and participation: The use of experiential and authentic learning experiences. **International Journal of Event and Festival Management**, v. 6, n. 1, p. 73–91, 2015.

LEAL, F. G. **Competências secretariais requeridas pela Universidade Federal de Santa Catarina**. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

LEAL, F. G; MORAES, M. C. B. Perspectivas de Atuação do Secretário Executivo na Gestão da Internacionalização da Educação Superior. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 8, n. 1, p. 138-167, maio 2017.

MARTIN, V. **Manual prático de eventos: gestão estratégica, patrocínio e sustentabilidade**. 1.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

MATIAS, M. **Organização de eventos: procedimentos e técnicas**. 5.ed. Barueri: Manole, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 mai.2012, Seção 1, p. 48.

MOREIRA, K. D.; RODRIGUES, L.M.A.; VALE, J. C. F.; ROSA, M. H. As competências contemporâneas do Secretário Executivo e a relação com as competências do Middle Manager. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 7, n. 1, p. 45-66, 2016.

MOREIRA, K. D.; RODRIGUES, L. M. A.; DALMAU, M. B. L.; COSTA, A. M. Metodologia para o desenvolvimento de competências secretariais no contexto da gestão universitária. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 11, n.1, p. 151-175, 2020.

MOSCARDO, G.; NORRIS, A. Bridging the academic practitioner gap in conference and events management: running events with students. **Journal of Convention & Event Tourism**, v. 6, n. 3, p. 47–62, 2004.

PEREIRA, K. A.; SILVA, M. R. da. A Atuação do Secretário Executivo no Terceiro Setor na Cidade de Aracaju. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 5, n. 1, p. 104-130, abr. 2014.

POLLACK, K; WIENER, D. **Guide to planning inclusive events, seminars, and activities at syracuse university**. (Rev.). Disability Cultural Center. Syracuse University, dec., 2018. Disponível em: [http://sudcc.syr.edu/\\_documents/InclusiveEventsSeminarsGuide.pdf](http://sudcc.syr.edu/_documents/InclusiveEventsSeminarsGuide.pdf) Acesso em: 21 set. 2020.

RAJ, R.; MUSGRAVE, J. **Event management and sustainability**. United Kingdom: MPG Books Group, 2009.

RAVIANI, C. G. **Competências individuais: secretários executivos das universidades federais do estado de São Paulo**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas e Organizações Públicas) - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2015.

RODRIGUES, L. M. A.; LAVARDA, R. A. B.; MARTINS, C. B. O profissional de secretariado executivo: gestor de informações no processo de formação da estratégia. **Capital Científico**, v. 15, n. 3, p. 112–128, 2017.

SANTOS, C. V.; CAIMI, F. E. Secretário executivo: formação, atribuições e desafios profissionais. In: Durante, D. G., Fávero, A. A. (Org.). **Gestão secretarial: formação e atuação profissional**. Passo Fundo, RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

STEINFELD, E.; MAISEL, J. L. **Universal Design: Creating Inclusive Environments**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2012.

SHONE, A.; PARRY, B. **Successful event management: a practical handbook**. 3. ed. United Kingdom: Cengage Learning, 2010.

SOUSA, E. R. **Perfil e realidade laboral do secretário executivo no contexto das universidades públicas federais brasileiras**. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) - Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SOUZA, E. D. B. **Elaboração de um manual de cerimonial e organização de eventos para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Uniãoeste, Campus de Toledo**. 2015. 50 f. TCC (Graduação em Secretariado Executivo) – Curso de Secretariado Executivo, Uniãoeste, Toledo, 2015.

THOMPSON, S. J., JOHNSTONE, C. J., THURLOW, M. L. **Universal design applied to large scale assessments (Synthesis Report 44)**. Minneapolis, MN: University of Minnesota, National Center on Educational Outcomes, 2002.

CENTER FOR UNIVERSAL DESIGN (CUD). **Principles of Universal Design**, 1997. Disponível em: [https://projects.ncsu.edu/ncsu/design/cud/about\\_ud/udprinciples.htm](https://projects.ncsu.edu/ncsu/design/cud/about_ud/udprinciples.htm) Acesso em: 21 set. 2020.

WAGEN, L. VAN DER; CARLOS, B. R. **Event management for tourism, cultural, business and sporting events**. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2005.

WATT, David C. **Gestão de Eventos em Lazer e Turismo**. Porto Alegre, Bookman, 2007.

# **CIÊNCIA OU ARTE? PERSPECTIVAS SOBRE O CAMPO DE PESQUISA DO SECRETARIADO**

Fernanda Landolfi Maia  
Marcos José Valle

## CIÊNCIA OU ARTE? PERSPECTIVAS SOBRE O CAMPO DE PESQUISA DO SECRETARIADO

Fernanda Landolfi Maia  
Marcos José Valle

### 1 INTRODUÇÃO

O secretariado é uma área de atuação profissional construída socialmente com registros históricos que remetem aos escribas no Antigo Egito (SOUZA, 2005; SABINO; ROCHA 2004; MAIA; OLIVEIRA, 2015) e chegam aos modelos gerenciais recentes como ofício de assessoria nas Organizações. Embora seja uma profissão antiga percebemos que a instrumentalização em termos de formação acadêmica e pesquisa empírica são recentes e com isso, enquanto área do conhecimento nos leva a reflexões sobre sua condição científica. O Secretariado é uma ciência? Se não for, o que o configura? No caso de uma resposta negativa a primeira pergunta, seria então uma arte?

Para Sennett (2009, p. 80) a arte contempla uma realidade que “representa a concessão de um novo e mais amplo privilégio à subjetividade na sociedade moderna, com o artífice voltado para a sua comunidade e o artista voltado para si mesmo”. Podemos então comparar os profissionais de secretariado a verdadeiros artífices, em que as organizações são seus “lares” e as habilidades e competências exigidas para o desenvolvimento de suas atividades, seus conhecimentos e a sutileza com a qual executam seu trabalho, entendidas como fragmentos de sua arte?

Este contraponto entre ciência e arte nos leva ao debate sobre o objeto científico da área do Secretariado Executivo. Nossa motivação para este estudo é a percepção de um cenário atual, dentro da academia, de uma promoção de inúmeras reflexões a respeito da epistemologia da área e que se consubstancia pelas mãos dos atores envolvidos com pesquisa. Este ensaio pretende refletir a respeito desta temática promovendo alguns questionamentos sobre o objeto científico do secretariado, apontando reflexões de pesquisadores da área e possibilidades de futuras pesquisas. Ainda, objetiva-se estabelecer eixos de análise sobre a área secretarial na condição de ciência ou arte, com o intuito de discutimos conjuntamente com as teorias já desenvolvidas, o *lócus* da área enquanto objeto de estudo. Justificamos a abordagem desse tema pelo interesse dos pesquisadores em levantar alguns conceitos que contribuirão para analisar o conhecimento da natureza em Secretariado Executivo.

Está dividido em introdução, o desenvolvimento que trata das continuidades e rupturas a respeito do secretariado como ciência e considerações finais com alguns apontamentos para futuras pesquisas.

### 2 O SECRETARIADO COMO CIÊNCIA: CONTINUIDADES E RUPTURAS

Nossas reflexões partem sobre a ideia de que o secretariado possa ser considerado uma ciência. O status de ciência é almejado para legitimar práticas

voltadas para a construção de conhecimento em uma área, elevando-a para uma condição de ampla aceitação e reconhecimento de áreas distintas. A ciência é, portanto, fundada em método próprio cujas especificidades variam conforme o objeto estabelecido. O objeto influencia os modelos de investigação (pesquisa) visando aproximação da verdade, por exemplo: a vida é o objeto da Biologia, a escassez da Economia, assim como o universo é o objeto central da Física. Mas, qual o objeto científico do Secretariado? Com o que se identifica? Qual sua amplitude e exclusividade em relação a outras áreas do conhecimento? Como o secretariado poderia se estruturar como ciência sem um objeto definido? Sem essas respostas não temos o marco zero para uma investigação, é dele que deriva toda e qualquer teoria formulável e integrada a um sistema.

Divagamos então sobre o ponto de maturidade do secretariado ao abrir esse debate comparando-o como uma criança que está no mundo e para o mundo e apenas vive, mas em algum momento se dá conta da sua existência e então, caminha em busca de respostas sobre si e no caso da área em questão: procura por sua essência, seu objeto científico de estudo.

Tal complexidade das indagações acima formuladas, exige de nós pesquisadores um mergulho epistemológico sobre as áreas do conhecimento e suas especificidades. Precisamos então, refletir sobre a multiplicação das especialidades, áreas, setores e disciplinas ocorridas nos séculos XX e XXI que promoveram

sérios problemas metodológicos, teóricos e epistemológicos, com os quais se debatem todos aqueles que assumem o desafio de refletir sobre as condições e as possibilidades da “explicação”, da “compreensão” e da “revelação”, questões que se colocam para uns e outros, em termos epistemológicos. (IANNI, 2004, p. 3)

Para o autor, esse campo intelectual implica em que os pesquisadores repensem suas questões epistemológicas e ontológicas que envolvem a generalização contínua da multiplicação de disciplinas e subdisciplinas “são inquietações que se traduzem em debates e escritos sobre interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, epistemologias integrais, epistemologias regionais, epistememes, rupturas epistemológicas” (IANNI, 2004, p. 3). Talvez esse seja o nó górdio da área secretarial, ser um subcampo que se constitui a partir de outros campos, como a administração, ciências econômicas, ciências contábeis, letras, turismo, entre outras.

Voltamos nosso olhar para o mundo moderno entendendo-o como uma “ampla, complexa e infundável narrativa” (IANNI, 2004, p. 7) no qual o secretariado está inserido com seu conjunto de conhecimentos executáveis em diversos espaços e envolvendo coletivos diversificados, afinal as áreas de atuação deste profissional são múltiplas. Ao analisarmos as narrativas das representações sociais que envolvem o ser secretarial como “a arte de secretariar” ou “secretariar é servir com maestria”, não estaríamos traduzindo seu trabalho como uma grande obra de arte lapidada sob o crivo dos conhecimentos da ação de assessorar? Para Ianni (2004) a obra

nunca é apenas a tradução do engenho e artístico da época, conforme se expressa em uma coletividade, grupo arte do seu autor, seja ele escritor, filósofo, cientista, pintor, músico, arquiteto, escultor,

cinasta. Em geral, a grande obra é também, ou principalmente, a expressão do clima sociocultural, intelectual, científico, filosófico social, classe social, etnia, gênero ou povo. Há modulações da narrativa que ressoam determinações remotas ou invisíveis, reais ou imaginárias. [...] São muitas as obras nas quais se conjugam diferentes inquietações e ilusões, realizações e frustrações, alimentando a criatividade individual e coletiva, fazendo com que a obra bem realizada expresse a visão de mundo que se esconde no espírito da época. (IANNI, 2004, p. 9)

E no espírito de uma época também se configura o conceito de arte em sua dimensão de técnica, o qual corresponde ao conjunto de procedimentos voltados a um resultado prático, característica do artesão e que se contrapõe à ciência, que independe de aplicação prática (JAPIASSÚ MARCONDES, 2006). A praticidade aqui se refere ao exercício contínuo sob aprimoramento constante pela incorporação de novos instrumentos e recursos, cujo foco se volta para eficiência e eficácia de atividades pré-existentes que podem ter o tempo, dispêndio de energia ou custos reduzidos. A diversidade de ações não contempla um objeto de estudo estabelecido de forma abstrata, mas sim um aprimoramento constante daquilo que se faz, o que nos leva a analisar o trabalho do Secretariado Executivo sob o prisma da ação do artífice, que se pauta em atividades fundamentais, constituída de detalhes, técnica e arte.

Em contraponto a perspectiva da arte enquanto técnica em um esforço por analisar o secretariado sob a ótica da ciência, no Brasil, destacamos a obra de Raimundo Nonato Júnior (NONATO JÚNIOR, 2009), na qual a Assessoria surge como objeto de estudo do Secretariado. Para o autor, após diversas pesquisas teóricas e aplicadas em Secretariado Executivo “traçando debates entre as Assessorias e áreas interdisciplinares [...] percebo como se configura a organização do objeto de estudos das Ciências da Assessoria” (NONATO JÚNIOR, 2009, p. 156). Ainda, o objeto de estudo das ciências da Assessoria dividiu-se em quatro eixos principais (1) assessoramento: assessoria técnico-tática, (2) assessorexe: assessoria executiva, (3) assessorística: assessoria intelectual e (4) assessorab: assessoria aberta.

Teríamos um objeto científico para o secretariado? Ou esta teoria desenha um caminho a ser percorrido e experimentado pelos pesquisadores da área? Ainda, em busca por respostas ou possibilidades podemos incluir neste debate a ideia de *self* e identidade pois, seria a assessoria o objeto com o qual a área secretarial se identifica e destaca-se das demais áreas?

Para Scott (2010, p. 178) as análises sociológicas do *self* tiveram influência na composição da teoria social clássica e contemporânea, para o autor

Embora possa parecer contraintuitivo teorizar sobre algo privado e interno como o *self* em termos de forças e processos sociais, essa abordagem revela muito sobre a relação entre os indivíduos e as sociedades que vivem. Em contraste com as teorias psicológicas do *self* como núcleo essencial da personalidade, a sociologia enfatiza a maneira pela qual os *selfes* são socialmente conformados e administrados mediante o processo de socialização, interação e produção da identidade biográfica. (SCOTT, 2010, p. 178)

O processo de socialização do secretariado, bem como a produção de sua identidade biográfica ao longo da história, sempre esteve relacionado ao seu *modus operandi* e ao *locus* ou seja, àquilo que se faz e onde faz, bem como suas atividades e espaços nos quais seu trabalho pode ser desenvolvido. E a medida que o mundo do trabalho se transforma e abre novas possibilidades de atuação, percebemos que a área secretarial se reconfigura e contempla não só as atividades de base técnicas contidas em lei (que instrumentaliza e legitima a profissão) mas também novas atividades complementares (MAIA; OLIVEIRA, 2015) exigindo múltiplos conhecimentos deste profissional. Seria então o mercado de trabalho nosso objeto central para pesquisas nesta área?

Os pesquisadores da área secretarial, conforme citado nas linhas que seguem, se debruçam sobre essa temática analisando o objeto científico do secretariado em busca de respostas para consolidação epistemológica deste campo. Para Sabino e Marchelli (2009)

A complexidade dos conhecimentos necessários ao secretário executivo caracteriza o desempenho profissional no qual a aplicação de várias teorias simultâneas, reunidas em um único sistema, aproxima-se muito mais de uma composição interdisciplinar do que de uma única ciência independente. (SABINO; MARCHELLI, 2009, p. 608)

Para Hoeller (2006, p. 7), o curso de Secretariado Executivo não é uma ciência, mas um campo de teoria aplicada pois “Nem só de prática subsiste um curso e o conhecimento humano, há de se compor e complementar o valor dos conhecimentos, como componentes intelectuais necessários à construção do mundo”. A partir das análises da autora podemos identificar o secretariado como uma arte aplicável que produz ciência?

Em Maçaneiro e Kuhl (2013 p. 159) observamos que os autores apresentam a hipótese de que “falta de uma identidade científica, as quais se justificam na trajetória da formação profissional dessa área”. Estaríamos a partir dos autores, estabelecendo uma narrativa a respeito do campo acadêmico secretarial e as tensões que o rodeia? Aqui nos referimos aos inúmeros papéis assumidos dentro da academia, seja como professor-docente, professor-pesquisador, professor-extensionista ou professor-gestor e que muitas vezes a sobreposição destes papéis institui um desequilíbrio em alguma das partes necessárias para o fortalecimento das produções e sua intensidade.

Podemos refletir também que ao analisarmos as disciplinas que compõem os cursos de secretariado executivo teremos muitas disciplinas de formação específica de base técnica (técnicas secretariais, gestão secretarial, eventos, arquivologia), mas poucas disciplinas teóricas tomando como referência teorias do secretariado.

Para Silva, Ferraz e Camargo (2013) a ciência para o Secretariado Executivo

tem que se mostrar necessariamente como uma atividade teórica, como um conhecimento teórico. No entanto, como ciência prática inclui o conhecimento teórico desenvolvendo-o de modo prático. Quer dizer não aplicando a ele um objeto exterior, mas assumindo nele mesmo e em seu objeto uma dimensão prática. Neste sentido, o papel do secretariado tem que ser entendido nele mesmo como um

procedimento científico, esse de caráter prático, que como tal ao ser considerado pelo pesquisador ou cientista do Secretariado Executivo, assume um caráter distinto em relação às outras ciências justamente porque não se mostra exclusivamente teórico, nem se apresenta como simples aplicação de uma teoria, mas antes se estabelece como um conhecimento prático que como tal é consistente na medida em que não tem (SILVA; FERRAZ; CAMARGO, 2013, p. 211)

Mais uma vez observamos, com base nos autores acima, a perspectiva de que o campo científico do secretariado permeia características teórico-práticas em sua essência. Estaríamos diante de uma área em que a ciência e a arte são indissociáveis? As fronteiras entre teoria e prática tornam-se borradas no campo secretarial?

Estas reflexões nos levam a acreditar que a identidade pessoal da área está pautada em uma luta por reconhecimento seja daquilo que se faz ou da sua própria essência. Para Honneth (2003, p. 290) o nexos existente entre a experiência de reconhecimento e a relação consigo próprio

Resulta da estrutura intersubjetiva da identidade pessoal: os indivíduos se constituem como pessoas unicamente porque, da perspectiva dos outros que assentem ou encorajam, aprendem a se referir a si mesmos como seres a que cabem determinadas propriedades e capacidades. A extensão dessas propriedades e, por conseguinte, o grau da autorrealização positiva crescem com cada nova forma de reconhecimento, a qual o indivíduo pode referir a si mesmo como sujeito: desse modo, está inscrita na experiência do amor a possibilidade da autoconfiança, na experiência do reconhecimento jurídico, a do autorrespeito e, por fim, na experiência da solidariedade, a da autoestima. (HONNETH, 2003, p. 290)

Somos sujeitos que constroem a história em busca da autorrealização e do autorreconhecimento, como secretários executivos que se dedicam arduamente para o desenvolvimento da área, seja no âmbito acadêmico, por meio da cientificidade, seja pelas categorias de base e força sindical ou por meio dos inúmeros sujeitos que optaram por esta profissão.

### **3 Á GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste ensaio buscamos lançar olhares para o campo científico do secretariado sobretudo para a própria identidade da área. As reflexões aqui apresentadas não visam determinar ou estabelecer um objeto, mas indagar se a identidade formulada sobre esta área permite o reconhecimento de um objeto próprio.

Estabelecemos algumas provocações a respeito do secretariado não ser uma ciência, mas sim, uma arte em função de seu caráter prático de aplicação e por sua base fundamental ser pautada em técnicas secretariais aplicáveis dentro das organizações.

Ao nos questionarmos sobre as disciplinas, dentro da formação de secretariado, apresentamos uma hipótese sobre a área fazendo um voo panorâmico ilustrativo sobre as técnicas secretariais, observando que temos dificuldades em apontar as teorias que descrevem essa área, entretanto, não havendo dúvidas sobre as técnicas que são aplicadas no cotidiano de

execução das atividades laborais deste profissional e que exigem sutilezas e perfeições em sua aplicabilidade tais como de um artista ao executar uma obra.

Também destacamos que neste momento da história do secretariado, talvez se inicie com os inúmeros debates sobre a temática e o amadurecimento das discussões, tanto dos pesquisadores quanto das produções científicas, um caminho que nos leve a um objeto científico que represente e diferencie o secretariado das demais áreas.

A ampliação dos grupos de pesquisa, dos profissionais com formação *stricto sensu*, dos eventos e debates científicos, das produções científicas, relatórios técnicos de pesquisa e o estabelecimento de redes de pesquisadores interinstitucionais compõem um cenário otimista para o desenvolvimento da área como campo.

As possibilidades de pesquisa a respeito desta temática não se esgotam e apresentam solo fértil a medida em que a própria área cresce e fortalece o seu *corpus* e que os sujeitos participantes têm como objetivo o desenvolvimento amplo e sólido do secretariado.

Sugerimos como agenda para pesquisas futuras, no que tange a compreensão tanto do objeto científico do secretariado quanto ao seu *locus*, análises do campo do trabalho, da organização das atividades laborais secretariais e da representação social da área para a funcionalidade das instituições.

## REFERÊNCIAS

- HOELLER, P. A. F. **A natureza do conhecimento em Secretariado Executivo**. Expectativa, 5(5). 139-145, 2006.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Trad. de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- IANNI, Octavo. Variações sobre arte e ciência. **Tempo social**, v.16, n.1, p. 7-23, 2004. ISSN 0103-2070.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 4ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- MAÇANEIRO, M.; KUHL, M. Estado da arte e rumo do conhecimento científico em Secretariado Executivo: Mapeamento e análise das áreas de pesquisa. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 4, n. 3, p. 157-188, 2013.
- MAIA, F. L.; OLIVEIRA, V. S. **Secretariado em pauta: Técnicas de assessoria e métodos de organização**. Curitiba: Intersaberes, 2015.
- NONATO JÚNIOR, R. **Epistemologia e teoria do conhecimento em Secretariado Executivo: a fundação das ciências da Assessoria**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.
- SABINO, R. F.; ROCHA, F. G. **Secretariado Executivo do escriba ao web writer**. Rio de Janeiro: Editora Brasport, 2004.

SABINO, R. F.; MARCHELLI, P. S. O debate teórico-metodológico no campo do secretariado: pluralismos e singularidades. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, n. 4, p. 607-621, 2009.

SCOTT, John. **Sociologia: conceitos-chave**. Tradução Carlos Alberto Medeiros; consultoria técnica de Luiz Fernando Dias Duarte. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SENNETT, R. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, Manoel Moreira; FERRAZ, Jocimara Rosa; CAMARGO, Mália. A natureza do Secretariado Executivo como ciência prática. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR**, v. 13, n. 25, p. 209-221, 2013. ISSN 1679-348X.

SOUZA, Karine Freitas. **Secretariado executivo: Uma perspectiva histórica da Profissão**. Dissertação (206 p.) Salvador: Universidade Salvador, 2005.

**CONTRIBUIÇÕES DOS GRUPOS DE  
PESQUISA PARA O DESENVOLVIMENTO  
CIENTÍFICO DA ÁREA SECRETARIAL NO  
BRASIL**

Carla Maria Schmidt  
Fernanda Cristina Sanches-Canevesi  
Ivanete Daga Cielo  
Doris Mariani Junges

## CONTRIBUIÇÕES DOS GRUPOS DE PESQUISA PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO DA ÁREA SECRETARIAL NO BRASIL

Carla Maria Schmidt  
Fernanda Cristina Sanches-Canevesi  
Ivanete Daga Cielo  
Doris Mariani Junges

### 1 INTRODUÇÃO

Ao discutir a temática de grupos de pesquisa, é possível, inicialmente, refletir sobre o convívio com o outro e com as diferentes maneiras de pensar e agir do espaço grupal, compreendendo os ganhos e dificuldades presentes nessa forma de interação. Para Samea (2008), um grupo pode ser um veículo de produção de subjetividades, com condições de captar e revelar as marcas subjetivas de cada integrante e, em contraponto, ocultar outras.

As dificuldades são inerentes ao trabalho coletivo. Contudo, acredita-se que os indivíduos que se mantêm atuando coletivamente, o fazem porque os ganhos superam os desafios e dificuldades. Conforme Rossit *et al.* (2018), o trabalho em grupo deriva da união, em um mesmo espaço físico ou virtual, de diferentes pessoas com interesses em comum. Para os autores, a oportunidade da convivência, de aprendizagem compartilhada, das interações entre os integrantes, possui potencial de se transformar em um espaço de desenvolvimento pessoal e profissional.

Assim, esse conceito de trabalho coletivo vem sendo adotado em distintos contextos e organizações, incluindo o ambiente acadêmico. Os grupos, compreendidos como um espaço de contatos, questionamentos, de elaboração e trocas, tornam-se um convite ao exercício da prática colaborativa, sendo, portanto, um ambiente oportuno encontrado por pesquisadores de diferentes áreas, que se utilizam de grupos de pesquisa para a construção de espaço científico (SAMEA, 2008).

Conforme Maximino e Liberman (2015), o grupo é um espaço privilegiado de aprendizagem, que possibilita o desenvolvimento da leitura crítica da realidade, a partir da construção coletiva e da interdependência existente entre os membros. Além disso, a formação e consolidação de grupos de pesquisa têm sido uma das políticas das instituições de ensino superior (IES), pois eles formam um espaço de construção de conhecimento, transformando-se em núcleos de excelência tanto para a IES quanto para a própria sociedade (ROSSIT *et al.*, 2018).

Nesse sentido, o Secretariado Executivo que, há alguns anos, busca se legitimar enquanto área do conhecimento, também vem se utilizando de formas de cooperação para tal. Especificamente em relação aos grupos de pesquisa, cerca de 14 foram criados na última década e discussões científicas vêm sendo formalizadas a partir deles. Contudo, apesar de, na prática, serem percebidos os frutos desses grupos (publicações, participação em discussões e eventos), poucas reflexões se voltam para a lógica deles enquanto espaços de

cooperação e contribuição coletiva. Logo, há lugar para debates teóricos sobre esses elementos na área de Secretariado Executivo.

Nesse contexto, o presente estudo possui o objetivo de discutir a contribuição dos Grupos de Pesquisa para o fortalecimento científico do Campo do Secretariado Executivo no Brasil. Esse estudo foi realizado por meio de um ensaio teórico, construído à luz da teoria de cooperação e aliado a elementos basilares dos próprios grupos. O ensaio foi desenvolvido num momento em que a área secretarial no Brasil busca se legitimar enquanto ciência.

O desenvolvimento desse estudo justifica-se, pois, investigações voltadas para os grupos de pesquisa são fundamentais, uma vez que estes são propulsores no desenvolvimento de estudos científicos e, conseqüentemente, apresentam estreita relação com a cientificidade da área. De acordo com Maçaneiro e Kuhl (2013), os grupos são condutores das demandas das áreas científicas. Para além disso, a intenção, aqui, é que as contribuições deles sejam conhecidas e disseminadas, servindo, assim, de motivação para membros atuantes, e ainda, fomentando novos pesquisadores e grupos de pesquisa na área secretarial.

Para atingir os objetivos propostos, o presente ensaio está ancorado em abordagem qualitativa e estruturado em quatro seções. Além desta introdução, na segunda, são apresentadas considerações acerca da cooperação científica. Na terceira, tece-se uma revisão teórica sobre as contribuições dos grupos de pesquisa no fortalecimento científico de uma área. As considerações finais e as sugestões para pesquisas futuras compõem a quarta seção.

## 2 A COOPERAÇÃO CIENTÍFICA

O conhecimento, como elemento de construção da história, tem sido evidenciado gradativamente na sociedade. Cerro e Bervian (2002) definem o ato de conhecer como uma relação estabelecida entre sujeito e objeto, no qual o homem investiga uma realidade para compreendê-la. Richardson (2015) complementa, afirmando que o processo do conhecimento é composto por três etapas, quais sejam: os reflexos primordiais – que ocorrem com ausência de consciência; o saber – conhecimento reflexivo, no qual o sujeito sabe mas não entende como nem por que sabe; e a ciência – necessidade de explicar os porquês.

Dentro dessa perspectiva, é importante mencionar que o conhecimento científico, de acordo com Condé (2005), pode ser compreendido pela formação de saberes construídos na coletividade. Para o autor, o pensamento coletivo que gera o conhecimento é formado por meio de um processo complexo de interações sociais, que ocorrem com o passar do tempo dentro da comunidade científica (CONDÉ, 2005).

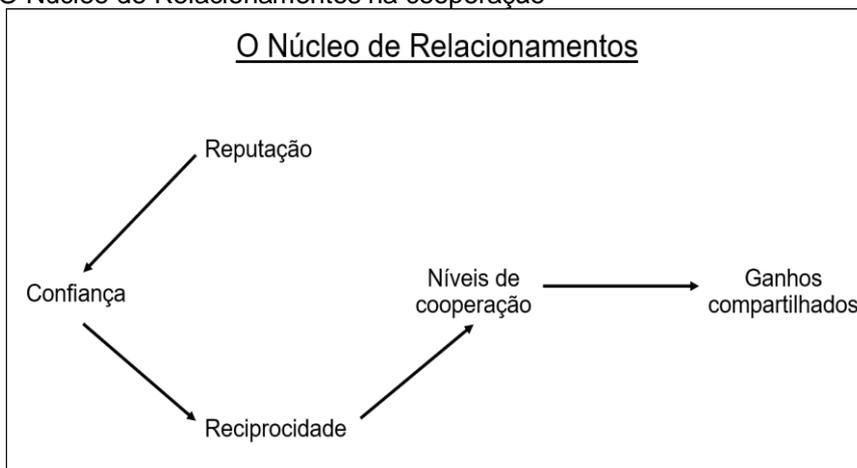
Nesse contexto é que os grupos de pesquisa são formados, pois “(...) a produção do conhecimento não é um empreendimento isolado.” Trata-se de “(...) uma construção coletiva da comunidade científica, um processo continuado de busca, em qual cada nova investigação se insere, complementando ou contestando contribuições anteriormente dadas ao estudo do tema” (ALVES-MAZZOTTI, 2006, p. 27).

De modo geral, os grupos são orientados pela lógica da cooperação, pois, muitas vezes, cooperar é a melhor ou até a única forma de se alcançar objetivos comuns (SILVA, 2007). Por isso, as colaborações científicas são cada vez mais presentes nos mais diversos meios e setores (MÉNARD, 2004), permitindo o alcance de objetivos comuns, sendo eles de ordem econômica, social, ambiental e científica, dentre outros.

Nesse estudo, o olhar será dado para o ganho científico que ocorre a partir da cooperação realizada entre os membros de um grupo de pesquisa. Para tanto, é importante discutir, inicialmente, aspectos relativos à cooperação.

Essa temática é discutida por diferentes autores e vertentes, sendo inclusive abordada por conceitos distintos, como: ações coletivas; colaboração; redes; entre outros. Trata-se de uma teoria ampla, que apresenta inúmeras possibilidades de discussão e reflexões. Nesse ensaio, busca-se discorrer sobre alguns elementos considerados importantes para a construção e manutenção de grupos, com base no núcleo do Modelo de Ostrom (2007). Esse modelo apresenta, em seu núcleo, três variáveis fundamentais para o desenvolvimento e atingimento da cooperação e de bens coletivos: a **reputação** dos membros, de terem sido recíprocos em situações passadas; a **confiança** dos membros serem recíprocos novamente e a probabilidade de usarem de **reciprocidade** novamente (Figura 1).

Figura 1 – O Núcleo de Relacionamentos na cooperação



Fonte: Ostrom (2007, tradução nossa).

A explicação teórica do modelo de Ostrom (2007), demonstra que o sucesso, de uma ação coletiva é influenciado, principalmente, pelos elos de confiança que um participante mantém com os demais envolvidos, bem como, pelo investimento que os membros fazem para manter sua reputação confiável e pela probabilidade de todos os participantes usarem normas de reciprocidade. Assim, tem-se que a diminuição de um desses elementos pode levar a pouca ou nenhuma cooperação, com destaque para a importância da reciprocidade, uma vez que ela atua diretamente com os outros elementos do modelo.

No contexto da cooperação científica, depreende-se que quando indivíduos cooperam durante algum tempo, a exemplo de grupos de pesquisa estabelecidos há vários anos, ou de pesquisadores que atuam em parcerias e

coautorias, a cooperação tende a ser mais exitosa e atingir o objetivo proposto, se os membros observarem a lógica da reputação, da confiança e da reciprocidade. A discussão sobre a cooperação, aqui, se dá na perspectiva de que, mesmo havendo dificuldades, os ganhos e contribuições dela advindos são significativos para a coletividade, pois por vezes, determinado objetivo só pode ser atingido dessa forma. Dentre os ganhos advindos da cooperação, pode-se citar o fortalecimento científico de uma área.

### **3 CONTRIBUIÇÕES DOS GRUPOS DE PESQUISA PARA O FORTALECIMENTO CIENTÍFICO DE UMA ÁREA**

Antes de discutir a contribuição da cooperação, analisada neste ensaio a partir de um olhar para os grupos, é importante compreender o conceito de grupos de pesquisa. De acordo com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 2020), trata-se de um conjunto de indivíduos organizados, cujo fundamento está na experiência, liderança e destaque no campo científico; em que há envolvimento constante com atividades de pesquisa; no qual o trabalho se constitui em torno de linhas comuns de pesquisa e que permite o compartilhamento de instalações e equipamentos. A partir desse conceito, entende-se que a cooperação científica permeia a lógica das estruturas dos grupos de pesquisa, pois termos como: conjunto, organizados, científico, pesquisa, liderança, linhas comuns e compartilhamento formam o composto conceitual.

Também cabe destacar que cada um deve organizar-se em torno de uma liderança e estar abrigado em uma instituição autorizada pelo CNPq. O grupo admite um composto de apenas um pesquisador e seus estudantes (CNPq, 2020). Esse formato permite que aqueles com poucos membros possam formalizar sua constituição junto ao CNPq, o que é bem importante para áreas como o Secretariado Executivo, uma vez que existem instituições que dispõem de poucos pesquisadores.

No Brasil, o número de grupos de pesquisa cresce gradativamente. O quantitativo, em um espaço temporal de 20 anos, aumentou passando de 7.271 grupos e 26.779 pesquisadores para 37.640 e 199.566, em 20 anos (CNPq, 2020). Esse índice de crescimento reflete o empenho de pesquisadores de diversas áreas e regiões do país, que percebendo a importância da pesquisa para o meio científico, acadêmico e profissional, não medem esforços para desenvolver trabalhos que tragam reconhecimento para o grupo e para a área a qual pertencem. Esses 37.640 grupos estão distribuídos entre nove grandes áreas do conhecimento<sup>2</sup>. Em Ciências Humanas encontra-se o maior percentual, representando 21,5%.

Já a grande área de Sociais Aplicadas - na qual estão alocados os grupos de pesquisa em Secretariado - representa 14,3% do total de grupos certificados pelo CNPq. Nessa grande área, a quase totalidade dos grupos de Secretariado está alocada na área de Administração (CNPq, 2020). No momento em que o Secretariado Executivo for legitimado pelo CNPq como Área do Conhecimento, possivelmente os líderes e membros dos grupos poderão rever esse enquadramento.

Ademais, a partir dos dados do CNPq (2020), observa-se que 58,2% dos grupos de pesquisa do Brasil possuem no máximo nove anos de existência. Ainda, os dados demonstram que a média de existência desses é de oito anos e especificamente na área de Secretariado Executivo, sete anos. Isso aponta que uma quantidade expressiva de grupos foi formada na última década e ainda, que os grupos de Secretariado Executivo estão em consonância com os demais em relação ao quesito tempo de permanência.

Outra informação relevante em relação aos grupos de pesquisa em Secretariado Executivo, foi identificada em um estudo desenvolvido por Cruz (2018). De acordo com a autora, naquele ano existiam 15 grupos certificados na área secretarial e esses estavam localizados nas distintas regiões geográficas do Brasil, o que demonstra que o Secretariado possui atuação e representação científica por todo o país, mesmo que ainda em pequeno número. Ainda, vale salientar que o referido estudo aponta que todos os grupos estavam vinculados a IES, em sua maioria públicas.

Para além disso, é importante mencionar, ainda, que há outros grupos de pesquisa formalmente cadastrados nas suas IES de origem, mas ainda não estão certificados no CNPq. Esses também contribuem com as discussões e pesquisas na área e com a formação de novos pesquisadores. Contudo, seria importante que dentro das possibilidades de cada realidade particular, os pesquisadores buscassem certificar o grupo no CNPq, dada a representação científica formal que é conferida por esse órgão de fomento e que contribui para a legitimação científica do Secretariado Executivo. Miorin (2006) apresentou essa perspectiva também quando demonstrou que a institucionalização dos grupos de pesquisa no Brasil, através do CNPq é uma prática que tem consolidado a pesquisa no país.

Dando sequência às discussões, são apresentadas reflexões específicas sobre o objetivo do estudo, qual seja, de discutir a contribuição dos Grupos de Pesquisa para o fortalecimento científico do Campo do Secretariado Executivo no Brasil. Serão apresentadas contribuições advindas de outras áreas do conhecimento, nas quais estudos dessa natureza já foram realizados, além de investigações que versam sobre os grupos em Secretariado Executivo. É salutar que a área secretarial dialogue com outras áreas, buscando elementos interdisciplinares que possam orientar e motivar os caminhos da cooperação realizada pelos grupos de pesquisa.

Nesse sentido, conforme apresentado anteriormente, a intenção aqui posta é que as contribuições dos grupos sejam conhecidas e disseminadas, servindo de motivação para membros atuantes e ainda, de inspiração e fomento para novos pesquisadores da área secretarial. As reflexões são apresentadas em duas categorias, conforme segue.

### **Categoria 1 - Fortalecimento científico da área**

Trata-se da categoria central deste ensaio, na qual são apresentadas reflexões de pesquisadores sobre os ganhos para a cientificidade da área como um todo.

Conforme já citado, Miorin (2006) afirma que a institucionalização dos grupos no CNPq é uma prática que tem firmado a pesquisa no Brasil. Dentro

dessa mesma perspectiva, destacam Fonseca e Sá (2018), que a existência do banco de currículos e grupos de pesquisa do CNPq diminui as barreiras e ajuda a consolidar áreas de estudo, colaborando na sistematização de conhecimentos e, auxiliando na construção do saber na área de lazer.

Para Marafon (2008), os grupos de pesquisa podem contribuir para que os futuros profissionais desenvolvam a criatividade, permitindo a reflexão e o questionamento de paradigmas, colaborando para que novas ideias possam surgir. Além disso, o autor ressalta a importância que os grupos de pesquisa têm na construção da ciência e no seu papel formativo, educativo e emancipatório.

Também merecem destaque as reflexões de Odelius *et al.* (2011). Para esses autores, os grupos de pesquisa desempenham papel fundamental no fortalecimento da pesquisa e propagação do conhecimento, visto que se caracterizam por reunir um conjunto de pessoas que compartilham recursos, ideias e informações, com o objetivo de gerar conhecimento científico.

Fonseca e Sá (2018, p.323) ressaltam a relevância dos grupos de pesquisa como elementos fundamentais para o processo de catalisação, construção e disseminação do conhecimento ao afirmarem que: “[...] a existência desses grupos possibilita a gestão do conhecimento sobre determinado tema, reduzindo a fragmentação de informações do universo acadêmico e possibilitando avanços científicos”.

Especificamente, em relação ao Secretariado Executivo, cabem mencionar os estudos de autores como Barros e Silva (2016, p. 252), que afirmam que a consolidação dos grupos de pesquisa em Secretariado exerce um papel determinante estruturação da pesquisa na área. Isso porque, os grupos “fomentam estudos aprofundados acerca de questões que permeiam a área, possibilitando descobertas e o estabelecimento de conceitos e teorias”.

Garcia *et al.* (2017) perceberam um aumento da produção científica entre graduados da UFC (2010 - 2015) nos anos de 2013 e 2014, período que coincide com a criação da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Secretariado Executivo (Gepes) na UFC. Nisto, as autoras remetem a importância do grupo, para a elevação da produção científica e para a consolidação e aperfeiçoamento da pesquisa em Secretariado, entre outros aspectos.

Igualmente, vale mencionar estudo desenvolvido por Dias *et al.* (2018) sobre os ganhos dos grupos de pesquisa, de acordo com a percepção dos líderes.

Percebi **muitos ganhos, tanto para a área** como para a própria instituição. Por exemplo: os **grupos são o berço das pesquisas de ponta**, de qualidade. Além disso, o **CNPq reconhece e valoriza uma área na qual existem grupos de pesquisa reconhecidos** (...) A maioria das pesquisas de qualidade, que são apresentadas em eventos, ou então publicadas em periódicos são originadas por pesquisadores pertencentes a um grupo, no qual as ideias e temas são amadurecidos e pensados em grupos e redes (DIAS *et al.*, 2018, p. 4, grifo nosso).

Da mesma forma, Cruz (2018, p. 23, grifo nosso) aponta que “**os grupos de pesquisa contribuem para a consolidação da área enquanto**

**ciência**, por estabelecer as linhas de pesquisa de seu interesse, além de serem insumo para o aumento da sua produção científica”.

Ainda de encontro à perspectiva dos grupos de pesquisa como elementos indutores de produção científica, encontra-se a citação de Sanches, Schmidt e Dias (2014, p. 79), quando afirmam: “é notório que as diferentes áreas do conhecimento buscam promover a realização sistemática da pesquisa, a partir da formação de grupos e projetos de estudo e pesquisa” e de Barros e Silva (2016, p. 280): “a criação e certificação de um grupo de pesquisa específico da área secretarial na universidade significa um avanço científico relevante”.

Em complemento, pode-se afirmar que as citações aqui apresentadas são fundamentais para o avanço científico da área, principalmente, se considerado que, para Nascimento (2012, p.112), “para que uma área seja reconhecida institucionalmente, no Brasil, é necessário que a investigação científica dessa área se desenvolva (...) com vasta produção acadêmico-científica”.

Pelo exposto, observa-se a contribuição e relevância dos grupos no processo de amadurecimento da pesquisa científica na área secretarial. Entretanto, considerando o quantitativo de grupos formalizados junto ao CNPq, faz-se necessário o estabelecimento de políticas para o fomento de geração e institucionalização desses na área de Secretariado Executivo. É evidente nas reflexões que os grupos de pesquisa são elementos basilares para a construção da cientificidade das áreas.

## **Categoria 2 - Construção de pensamento crítico**

Aqui faz-se uma análise sucinta sobre a contribuição dos grupos para a formação de futuros pesquisadores, uma vez que estes serão atores centrais na trajetória científica. Nesse sentido, apresentam-se algumas citações.

De acordo com Marafon (2008), o grupo de pesquisa busca fomentar a consciência crítica nos alunos, para que possam intervir nas questões sociais, tornando-se um espaço de transformação. Além disso, possibilita aos estudantes atuação enquanto sujeitos no processo de construção do conhecimento, contribuindo com a formação de futuros profissionais.

Nesse cenário, a inserção de estudantes em grupos de pesquisa oportuniza que, enquanto futuros profissionais, insiram a pesquisa na sua prática, tanto no sentido de busca por respostas para algum problema, quanto na habilidade da escolha de estudos recomendados para embasamento da práxis (AZEVEDO *et al.*, 2018).

Por fim, a partir das reflexões aqui apresentadas, foi possível vislumbrar a eficácia do grupo de pesquisa como um espaço de aprendizagem e de trocas colaborativas, que contribui para o desenvolvimento de produção científica de qualidade. Isso o torna indutor e promotor da cientificidade de uma área.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atuar em um grupo não significa ausência de conflitos, contudo acredita-se que apesar das dificuldades que necessitam ser trabalhadas (e para isso é fundamental a atenção com elementos como confiança, reputação e reciprocidade), o trabalho em grupo possibilita ganhos fundamentais.

Neste ensaio evidenciaram-se os ganhos advindos dos grupos de pesquisa. Isso foi possível a partir dos levantamentos teóricos realizados, que apontam que a partir da vivência e do trabalho nos grupos, os pesquisadores compartilham conhecimentos e experiências e buscam desenvolver estudos com maior qualidade e maturidade, tornando-se, portanto, espaços indutores no processo de produção de conhecimento e comunicação científica.

De modo geral, as considerações aqui apresentadas denotam que o grupo de pesquisa se apresenta como um lócus profícuo para o fortalecimento científico de uma área. Isso porque evidenciou-se, na literatura existente, a importância desses espaços colaborativos para o desenvolvimento e a consolidação de áreas de conhecimento, em especial, em campos como o Secretariado Executivo, no qual os atores buscam legitimação frente a órgãos de fomento à pesquisa. Igualmente, esses grupos configuram-se como um laboratório para inspiração e formação das bases para novos pesquisadores e para a continuidade da pesquisa na área secretarial.

Nesse sentido, entende-se que a formação de grupos certificados no CNPq e a manutenção dos já existentes, são elementos centrais para o fortalecimento das pesquisas em Secretariado. A exemplo de outras áreas, os pesquisadores de Secretariado Executivo, podem e devem vislumbrar o potencial existente nesses espaços de cooperação. Isso porque, a partir da literatura apresentada nesse ensaio, é possível inferir que a participação nos grupos de pesquisa, as relações estabelecidas e a capacidade colaborativa dos diferentes pesquisadores propiciam a ampliação das possibilidades de produção, aumentando a quantidade e qualidade das publicações e gerando maior cientificidade para a área de Secretariado. Ademais, o ganho central está no reconhecimento institucional que os grupos de pesquisa possibilitam.

Como agenda de estudos futuros, sugere-se uma discussão referente as linhas de pesquisa abordadas pelos grupos já existentes, no sentido de tecer reflexões e ajustes, com vistas à criação de programas *stricto sensu* para o Secretariado Executivo.

#### REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J. A revisão bibliográfica em teses e dissertações. *In*: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações**. 2. ed. Florianópolis/São Paulo: UFSC/Cortez, 2006.

AZEVEDO, I. C. de; SILVA, R. de C. L. da; CARVALHO, D. P. de S. R. P.; CRUZ, G. K. P.; LIMA, J. V. H.; FERREIRA JÚNIOR, M. A. Importância do grupo de pesquisa na formação do estudante de Enfermagem. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v.8, n. 2, p. 390-398, abr./jun. 2018.

BARROS, C. de M. P.; SILVA, J. S. da. A contribuição dos trabalhos de conclusão de curso para o desenvolvimento da pesquisa científica em secretariado executivo. In: ANTUNES, C. K. S.; NASCIMENTO, E. P. do. **O Conhecimento Científico em Secretariado**: reflexões sobre a produção acadêmica da área secretarial. João Pessoa: Ideia, 2016.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CONDÉ, M. L. L. Paradigma versus Estilo de Pensamento na História da Ciência. In: CONDÉ, M. L. L. **Ciência, História e Teoria**. Belo Horizonte: Argumentum, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Diretório dos Grupos de pesquisa no Brasil**. 2020. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>. Acesso em: 20 set. 2020.

CRUZ, R. W. dos R. **Indicadores sobre o campo do Secretariado Executivo no Brasil**: reconhecimento científico e possibilidades para a Pós-Graduação Stricto Sensu. 2018. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

DIAS, A. H.; SCHMIDT, C. M.; SANCHES, F. C.; CIELO, I. D. Contribuições dos Grupos de Pesquisa em Secretariado da Região Sul do Brasil: uma análise a partir da percepção dos líderes. In: ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SECRETARIADO, 10., 2018, Recife/PE. **Anais [...]**. Recife: UFPE, 2018.

FONSECA, J. L. da; SÁ, E. P. de Sá. Contribuições do grupo de pesquisa “LUCE – Ludicidade, Cultura e Educação” para a produção do conhecimento sobre o lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, p. 313-338, dez. 2018.  
GARCIA, M. M.; TORRES, A. G.; SILVA, C. L. da S.; RIBEIRO, J. C. Uma investigação da produção científica dos graduados em Secretariado Executivo pela Universidade Federal do Ceará no período de 2010 a 2015. **Revista de Gestão e Secretariado - GeSec**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 119-137, jan./abr. 2017.

MAÇANEIRO, M. B.; KUHLMAN, M. R. Estado da arte e o rumo do conhecimento científico em Secretariado Executivo: mapeamento e análise de áreas de pesquisa. **Revista de Gestão e Secretariado - GeSec**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 157-188, dez. 2013.

MARAFON, G. J. A importância dos grupos de pesquisa na formação dos profissionais de geografia agrária: a experiência do NEGEF. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v.3, n. 5, p. 284-290, fev. 2008.

MAXIMINO V.; LIBERMAN, F. **Grupos e terapia ocupacional**: formação, pesquisa e ações. São Paulo: Summus Editorial, 2015.

MÉNARD, C. The Economics of Hybrid Organizations. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, v. 160, n. 3, p. 345-376, 2004.

MIORIN, V. F. Novas motivações na formação de profissionais em geografia agrária proveniente de grupos de pesquisa e do comprometimento das IES no desenvolvimento regional. *In*: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA: agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais, II., 2006. Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: UFU, 2006.

NASCIMENTO, E. P. Pesquisa aplicada e interdisciplinaridade: da linguística ao Secretariado. *In*: DURANTE, D. G. **A evolução da profissão secretarial por meio da pesquisa**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012.

ODELIUS, C. C.; ABBAD, G. da S.; RESENDE JÚNIOR, P. C.; SENA, A. de C.; VIANA, C. R.; FREITAS, T. L.; SANTOS, T. C. N. dos. Processos de aprendizagem, competências aprendidas, funcionamento, compartilhamento e armazenagem de conhecimentos em grupos de pesquisa. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 199-220, mar. 2011.

OSTROM, E. Collective Action and Local Development Processes. **Sociologica**, Bologna, v. 3, p. 1-32, jan./dez., 2007.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ROSSIT, R. A. S., SANTOS JUNIOR, C. F., MEDEIROS, N. M. H.; MEDEIROS L. M. O. P.; REGIS, C. G.; BATISTA, S. H. S. S. The research group as a learning scenario in/on Interprofessional Education: focus on narratives. **Interface**, Botucatu, v. 22, n. 2, p. 1511-1523, 2018.

SAMEA, M. O dispositivo grupal como intervenção em reabilitação: reflexões a partir da prática em terapia ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional**, v. 19, n. 2, p. 85-90, 2008.

SANCHES, F. C.; SCHMIDT, C. M.; DIAS, A. H. Os avanços da pesquisa em secretariado executivo: uma análise nos periódicos científicos nacionais. **Revista Capital Científico**, v. 12, n. 4, p.78-94, out./dez. 2014.

SILVA, A. H. da. Cooperação internacional em ciência e tecnologia: oportunidades e riscos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 50, n. 1, p. 5-28, jan./jun. 2007.

**EXTENSÃO E ARTE NA GERAÇÃO DE  
PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO,  
SECRETARIADO EXECUTIVO E GESTÃO  
SOCIAL**

Karine Freitas Souza  
Tawan Nascimento Santos Conceição

## **EXTENSÃO E ARTE NA GERAÇÃO DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIADO EXECUTIVO E GESTÃO SOCIAL**

Karine Freitas Souza  
Tawan Nascimento Santos Conceição

### **1 INTRODUÇÃO**

Este ensaio trata das possibilidades dos usos da extensão e da arte no fomento à pesquisa em Administração, Secretariado Executivo e Gestão Social. Parte das proposições do ensino pela pesquisa em Freire (1996) e Demo (2005) e, também, de uma experiência concreta realizada com apoio do Programa de Bolsas em Iniciação Científica (PIBIC), financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e cujo principal objetivo foi transmitir conhecimentos necessários à formação dos estudantes e instruir os futuros pesquisadores. Na pesquisa “O filme como instrumento pedagógico nos cursos de Administração, Secretariado Executivo e Gestão Social”, aprovada e realizada com apoio do PIBIC na Universidade Federal da Bahia (UFBA) foram utilizados os filmes como instrumento pedagógico no ensino das áreas mencionadas.

Foram catalogados filmes com temas pertinentes às áreas gerenciais, analisados mediante a perspectiva do Filme como Prática Social (TURNER, 1997) e detalhados de forma que promovam aprendizagem e fomento à pesquisa. O levantamento preliminar de pesquisas sobre os usos dos filmes na aprendizagem no nível superior verificou a ausência de publicações específicas sobre o tema para área em questão, Ciências Sociais Aplicadas, que compreendam Administração, Secretariado Executivo e Gestão Social. Isso importa, pois os usos dos filmes nas disciplinas desses cursos podem contribuir no ensino, na pesquisa e extensão. Considerando, portanto, a carência de pesquisas que relacionem o filme à aprendizagem nos cursos propostos, foram realizadas atividades extensionistas desenvolvidas pelo Núcleo de Gestão de Empresas Familiares (NAGE), sob a coordenação de dois professores e materializadas nas três edições do Cine Debate registradas na PROEXT/UFBA.

Este ensaio se baseia em teorias de ensino-aprendizagem no nível superior, na perspectiva da sociologia da imagem considerando o cinema como prática social e, desse modo, educadora, para trabalhar conteúdos relacionados ao campo dos cursos citados.

Constata-se que há uma carência de investigações que cooperem identificar filmes cujos conteúdos disciplinares e transversais colaborem para a formação dos futuros profissionais, de modo que possam assimilar os conteúdos teóricos específicos das disciplinas que integram a estrutura curricular de seus cursos. A pesquisa gerada pela vivência extensionista na universidade demonstrou ser possível e necessária a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O produto gerado pela pesquisa é então disponibilizado para uso universal e gratuito, como pretende de fato a universidade pública, em especial, a UFBA. O produto gerado pela extensão e pesquisa também pode ser acessado por outras instituições, privadas ou não, e para áreas de

treinamento que queiram utilizar o filme em atividades de capacitação de seus trabalhadores/funcionários.

A metodologia proposta na referida pesquisa PIBIC descreveu tecnicamente os filmes gerando, primeiramente, um compêndio de informações identificadoras; a seguir, o estudo propôs atividades por conteúdos disciplinares e temas transversais às Ciências Sociais Aplicadas, de modo a permitir incremento ao ensino-aprendizagem e o fomento à pesquisa. Os resultados foram acessos à Sala de Arte Exibição da Universidade por pessoas da comunidade interna e externa, participação nas discussões e produção de produtos científicos e sociais significativos.

Neste ensaio, tem-se como problemática a seguinte questão: como a extensão e a arte podem contribuir na geração de pesquisa? Assim sendo, propõe-se como objetivo da investigação, conhecer as potencialidades das artes para o ensino, extensão e pesquisa em Administração, Secretariado Executivo e Gestão Social.

Entende-se que há de se propor o uso da arte em aprendizagem individual e coletiva. Integração esta viabilizada sob a consideração dos mais diferentes aspectos e enfoques concernentes à existência humana, mas na academia compondo o percurso formativo do aluno. Em tal visão é necessário considerar condições econômicas, sociais, relacionais, de manutenção e integridade psíquica/emocional através de processos de criação artística ou que utilizem a arte. Uma proposta, portanto, que vise promover a aprendizagem do indivíduo consigo e com sua comunidade, seu sentido de pertinência e análise crítica de mundo acessando produtos artísticos inseridos da Indústria Cultural.

O pressuposto da existência de um universo rico e criativo, da expressão da cultura popular, na fusão do que é imaterial com o material, infere que um processo de aprendizagem que recorra à arte resultará em construtos e produtos que atenderão uma formação crítica dos sujeitos. Os reflexos do emaranhado - arte, aprendizagem, extensão e pesquisa - servem, possivelmente, como propostas de análise, correção, expressão, tradição, vocação e identidade cultural de um povo e região. Vale ressaltar que uma proposição nesse sentido advém da noção e ciência da existência de um mercado cultural onde filmes exalam um conceito de cultura de massa.

Por se tratar de uma discussão acadêmica acerca da aplicabilidade da Arte e da Extensão no fomento à pesquisa - entendidos aqui como instrumentos de transformação social e desenvolvimento comunitário em uma função estratégica -, possivelmente resida nesta integração de meios para aprendizagem, um dos aspectos mais atraentes e significativos do que se quer integrar, o humano e os seus modos de aprender.

O ensaio parte desta introdução para situar no leitor sobre o assunto aqui tratado, depois, insere-se a parte teórico-conceitual do estudo e resultados preliminares; por fim, tem-se as considerações finais e listam-se as referências utilizadas.

## 2 EXTENSÃO E ARTE NA GERAÇÃO DE PESQUISA

Os princípios educativos e as práticas universitárias estão ancoradas no tripé ensino, pesquisa e extensão. Em que pesem as dinâmicas impostas pela vida em seus diversos contextos e as demandas de formação para o mercado de trabalho, ainda persiste na sala de aula a mecanização de práticas pedagógicas que não estimulam as capacidades de reflexão e criatividade, condições promovedoras da construção e reconstrução do saber. Sob tais considerações, Freire (1996, p. 16) afirma que

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Neste sentido a pesquisa é um princípio educativo e científico, conforme proposto por Demo (2005). Estes princípios são imprescindíveis no processo emancipatório do indivíduo diante de sua formação em “competência humana” (2005, p.5). Assim, o questionamento reconstrutivo possibilitado pela pesquisa compreende a qualidade formal e política do processo de pesquisa em uma prática que deve ser cotidiana (DEMO, 2005, p.5). Ao mesmo tempo, a pesquisa não pode ser reduzida à “acumulação de dados, leituras, materiais, experimentos, que não passam de insumos preliminares (DEMO, 2005, p. 7-8). Para ele,

a pesquisa inclui sempre a percepção emancipatória do sujeito que busca fazer e fazer-se oportunidade, à medida que começa e se reconstitui pelo questionamento sistemático da realidade. Incluindo a prática como componente necessário da teoria, e vice-versa, englobando a ética dos fins e valores (DEMO, 2005, p.8).

É precisamente a consciência crítica do sujeito que emergirá de uma educação emancipatória em todos os sentidos, onde se inclua, principalmente, a pesquisa que considere a sua vivência. Neste sentido Freire (1996, p.18) destacou que a curiosidade contribui

Como manifestação presente à experiência vital [...] histórica e socialmente construída e reconstruída. Precisamente porque a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípuas da prática educativo progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil. Curiosidade com que podemos nos defender de “irracionais” decorrentes ou produzidos por certo excesso de “racionalidade” de nosso tempo altamente tecnologicado (FREIRE, 1996, p. 18).

A universidade precisa coadunar esforços que promovam a saída da subalternidade para questionamentos cada vez mais críticos e criativos. Isto inclui não somente o aluno, mas também o professor que precisa renovar suas práticas e ter uma produção própria. Na perspectiva de Demo (2005, p. 30) o

projeto pedagógico deve, portanto, conter “as marcas da competência sinalizadas pelo questionamento reconstrutivo” onde não haja uma formação fechada. Neste sentido, para o autor é preciso que haja confluência entre teoria e prática, com aproximações em Freire (1996) para quem é necessário que haja um diálogo entre professor e aluno pautado por disciplinas cujos conteúdos tragam a “realidade concreta”. Assim, será preciso “estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos” (FREIRE, 1996, P. 17).

Dentro do que classifica como “horizontes da influência educativa” (DEMO, 2005, p. 57) a ampliação da competência do sujeito está para além das demandas do mero trabalhador educado e que possui especialização operativa. Assim, é imprescindível que a extensão e a pesquisa não sejam afastadas do compromisso educativo, cerne da universidade pública. Sem a pesquisa o sujeito segue como um excluído do contexto e da reflexão crítica, embasada na capacidade de análise e reflexão. Por isso Demo (2005, p. 64) insiste que “a cidadania gestada na universidade tem como característica mais notável a de poder instrumentar-se, mais que outras, no manejo e na produção de conhecimento.”

Em uma proposta para mudança, o autor sugere o que chamou de “currículo intensivo” (DEMO, 2005, p. 80), como um projeto que represente a pesquisa de fato como “princípio científico e educativo” centrada na educação dos sujeitos. Nessa perspectiva o currículo considera a pesquisa parte indissociável das aulas e sua existência percorre toda a formação do aluno, nos mais diversos componentes curriculares, para “formação e recuperação permanente da competência” que compreende não somente o aluno, mas principalmente o professor. E neste sentido, a extensão e a pesquisa compõem a tríade da qual o ensino é parte.

O currículo deve consolidar a pesquisa considerando a preocupação empírica em vínculos com a teórica, considerando a construção de uma “retaguarda criativa de um intérprete inspirado” (DEMO, 2006, p. 20-22). Por isso, dentre os horizontes estratégicos possibilitados pela pesquisa, a metodologia científica possui contornos que precisam ser trabalhados em profundidade na pesquisa de modo que ela seja criativa constante e processual em todos os trabalhos de investigação (DEMO, 2006, p.26). Por fim, a prática deve ter lugar na pesquisa, como complementaridade de igual relevância à teoria, no que Demo (2006, p. 36-40) afirma ser a necessidade um “diálogo inteligente com a realidade” abarcando aspectos que compreendem o espírito científico e atenda aos interesses sociais.

A História da humanidade mostra que toda arte está condicionada a um determinado tempo, às ideias, aspirações e necessidades de um período histórico em particular, aspecto confirmado por Read (1978, p. 166) para quem os valores extremos da arte transcendem os do indivíduo, da época e da circunstância. Embora se saiba que a razão de ser da arte nunca permaneça estática, ela expressa uma verdade permanente. Entre outras coisas, a função da arte capacita o indivíduo a incorporar aquilo que ele não é, mas, que possivelmente poderia ser, se o quiser, afirmação corroborada nas palavras de Picasso (DUMMAR FILHO, 1999, p. 41) para quem “o que conta não é aquilo que o artista faz, mas sim o que ele é”, e cuja interpretação alude ao reflexo da

personalidade do artista observado na sua obra. Na sétima arte, o Filme consegue plasmar conceitos e axiomas sociais.

A dimensão psíquica é responsável pelo aprendizado, pelas atividades laborais e relações humanas (parentais, amorosas e sociais). Nessa dimensão, os aspectos senso perceptivo, memória, afetividade e ideação interagem com o meio social, dependendo da integridade psíquica. Em Fischer (2007) e para Jung (DUMMAR FILHO, 1999) a arte é um porta-voz do inconsciente coletivo. O inconsciente pessoal está restrito às camadas superficiais do inconsciente, guardando os complexos, os chamados núcleos ídeo-afetivos. O inconsciente coletivo seria formado pelas camadas mais profundas do inconsciente contendo reminiscências que traduzem crenças e símbolos atávicos da humanidade (DUMMAR FILHO, 1999). Read (1978) salienta que a implicação dos valores psicológicos reside na observância de interesses comuns a todos, em forma subconsciente.

A arte então é imbuída de valores filosóficos e psicológicos coletivos, sendo o artista dessa forma, o captador das 'inferências universais' que vincula o sentimento à obra. Read (1978) afirmou inclusive que o objetivo principal da arte é comunicar o sentimento. E o filme, que com o cinema compõe a sétima arte, evoca o sentimento, a reflexão, a projeção e a análise. Neste sentido, a arte tem como matriz a transcendência do homem e sua tridimensão e ela transforma um material psíquico e espiritual, intelecto e emoções, em criação verbal e estética e para a proposta deste ensaio, o filme concentra essas premissas.

Sob diferentes condições e perspectivas os discentes que participam de aulas que incluam o filme na aprendizagem estão em um exercício de integração entre extensão e arte. Assim, o filme provoca também a reflexão das demandas e características de um tempo histórico-social, focando alguns dos aspectos que relacionem ao retrato dos atuais grupos sociais onde eles se inserem. O filme pode levar o indivíduo a transpor a condição de um estado de fragmentação da informação para uma integridade, possivelmente mais próxima da sua formação para o trabalho, habilitando esse indivíduo a compreender a realidade, a suportá-la e/ou transformá-la, já que a própria arte, o filme, é uma forma de realidade social.

A aprendizagem com o filme tem relação com o fato de que é "impossível desenvolver processos educativos com setores populares desvinculados da produção" (GADOTTI; GUTIÉRREZ, 2001, p. 7), possivelmente por isso o filme faz a "ponte" com as situações, fictícias ou não, relacionadas ao trabalho. Por trás do centramento na educação formal para a produção e consumo há a justificativa de subsistência decorrente do capitalismo e da mundialização econômica. Paulo Freire (1987) considera que qualquer ação política junto às classes "oprimidas" precisa ser absoluta em 'ação cultural' para a liberdade, ou seja, ação com eles. A educação utilizando o filme permite uma nova maneira de experimentar a aprendizagem. É preciso entender que a educação formal se constitui em uma "força interior do capitalismo, mas sem se confundir com ele ou com a essência dele, que é a exploração pelo trabalho [...] esse tipo de educação possibilita uma mestiçagem no processo educativo" (GADOTTI; GUTIÉRREZ, 2001, p. 21). Dessa forma, a educação é socialmente produtiva, pois se fundamenta no

resgate da visão totalizante da produção, através de uma ação integradora do homem com o trabalho.

No fundo se quer uma aprendizagem voltada para a melhoria das “condições de vida, da inserção social, da valorização da auto-estima e, das identidades dos grupos” corroborando Freire (1987, p.38) quando se referiu à necessidade da práxis como ação e reflexão dos homens sobre a realidade, como matriz de transformação que, por sua vez, exige uma superação e “inserção crítica dos oprimidos” subjetivando essa realidade.

Para Freire (1987) quando há uma proposição aos indivíduos de uma dimensão que seja significativa quanto à sua realidade, se pode esperar que esta os conduza a uma análise crítica que possibilite reconhecer a interação de suas diversas partes. Em nosso entender, isto se aplica a uma educação que tenha como cerne o desenvolvimento para a cidadania plena, através da análise e interpretação de mundo mediante seus produtos culturais, como os filmes, revelando ser este um caminho altamente viável para o desenvolvimento social e a aprendizagem nas diferentes formações em países periféricos, principalmente no caso das graduações em nível superior, na América Latina. Então, uma prática educacional nesse sentido é uma alternativa para uma possível e real transformação social na aprendizagem universitária.

Sob esse aspecto, os produtos artísticos culturais, sobretudo os filmes, assumem nova dimensão, ampliando seu raio de interpenetração na aprendizagem ativa. Por seu alto potencial vale considerar que uma proposta de arte-educação, integrativa, possa partir de uma atividade extensionista que congregue pelo menos três premissas: desenvolvimento do eu e do coletivo em educação; ampliação da leitura de mundo pelos indivíduos e o desenvolvimento da comunidade profissional.

É possivelmente a vocação “ontológica e histórica de *ser mais*” (FREIRE, 1987, p. 52) que encontra na visão filosófica existencial seu aporte, já que a existência se sobrepõe à essência. Foi Hegel (DUMMAR FILHO, 1999, p. 7) quem afirmou que o espírito absoluto se manifesta essencialmente através da arte, da filosofia e da religião. A arte pode, portanto, assumir a relação profunda entre o homem e o mundo, um mundo de significação (FISCHER, 2007) totalidade e, como disse Tolstoi (In READ, 1978) de existência.

A vida humana é certamente, uma busca de respostas para a sua realidade subjetiva. Essa realidade subjetiva pode ser encontrada também, como uma realidade alternativa na arte, já que esta necessita ser construída, criada. Pode-se pressupor que a arte funcione como um espaço de expressão, de sentimentos e vivência de experiências que, em geral, são reprimidas (CIORNAI, 2004). É, portanto, deste modo que assumimos que os filmes podem cooperar na aprendizagem.

Para Aumont e Marie (2004) não existe um método universal para a análise fílmica. Além disso, ela é infundável. Imprescindível conhecer a história do cinema e dos discursos do filme escolhido para não os repetir e, neste contexto, autoanálise do pesquisador para o tipo de leitura que se quer praticar sobre o filme. Esses autores afirmam que a análise fílmica surgiu concomitante ao cinema e que seus esforços em teorizar sobre esta se assentam no

contexto universitário entre 1965 e 1970, mas com aproximações a uma teoria mais moderna de cinema, que inclui análise mais sistemática e minuciosa, o que amplia a chamada análise estrutural. Ou seja, não existe uma “teoria unificada do cinema, também não existe qualquer método universal de análise do filme” (AUMONT; MARIE, 2004, p. 7) aspecto último com o qual também concordam Vanoye e Goliot-Lété (2004). A análise fílmica que defendem considera a reflexão e algumas abordagens contributivas ao processo tais como a perspectiva sócio-histórica (VANOYE; GOLIOT-LÉTÉ, 2004) em que propõem uma decomposição das representações que se aproximem dessa premissa. Nas ideias de Aumont e Marie (2004), o que está em questão é “a maneira de analisar um filme” (AUMONT; MARIE, p. 15).

De modo amplo, o cinema se constitui, para além das disciplinas, em um conjunto de práticas sociais (TURNER, 1997). Para este autor o cinema não se dissocia da comunicação, dentro de um sistema maior de significação, o da cultura, considerando que os filmes não são autônomos neste campo. Nisto concorda Metz (1982) para quem o filme é um produto cultural, um produto da mesma sociedade que o consome. Em vista disso, uma análise fílmica precisa considerar também o próprio universo dos filmes, os contextos e universos cinematográficos em termos de outros contextos que operam entre si.

Ainda assim, a aprendizagem no ensino superior, ao considerar as minúcias e possibilidades de análise fílmica formal, que podem decupar o gênero, tema, linguagem, cor, plano, narrativa, entre tantas possibilidades no escrutínio opera sob três possibilidades: O filme enquanto técnica e suporte de conteúdo; a educação para os meios e, a educação pelos meios. Neste sentido, o educador tem primado pelo uso dos filmes como forma de incentivar uma análise crítica e de relação com contextos diversos orientados aos objetivos e conteúdos programáticos das diversas disciplinas (CARVALHO, 2007).

Como resultados parciais deste trabalho, podem-se mencionar os seguintes eventos extensionistas, abertos à sociedade civil:

**Quadro 1 - Filmes exibidos no Cine Debate na Sala de Arte - UFBA**

Filmes	Período de exibição e discussão
“A Queda”	2018.1
“Especialista em Crise”	2018.1
“O Capital”	2018.2
“O Banheiro do Papa”	2019.1

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Nesta etapa, denominada “Cine Debate”, os temas foram centrados na perspectiva da formação e atuação profissional dos alunos dos cursos de Administração, Secretariado Executivo e Gestão Social. Em cada um deles foram trabalhos aspectos como:

- Ética;
- Comunicação;
- Relações Interpessoais no trabalho;
- Reuniões de negócios;
- Responsabilidade Social;

- Eventos.

Foram convidados os professores Maria das Graças Pittiá e Eduardo Fausto Barreto, coordenadores do Núcleo de Pesquisa em Gestão Empresarial, para debater os temas com a coordenadora do projeto Cine Debate, os alunos presentes às sessões participavam do debate acrescentando argumentos e realizando perguntas. Importante salientar que duas das sessões contaram com a coordenação conjunta do Prof. João Marcelo Pittiá. Após a exibição dos filmes os debates ocorriam no tempo máximo de 30 minutos.

Findada a sessão, os alunos utilizavam suas notas para elaboração de trabalho escrito. O trabalho deveria conter: Dados de identificação do Filme (Título original, país de origem; diretor; elenco principal; premiações); nova sinopse elaborada pelos alunos e uma breve redação crítica sobre o tema abordado no filme correlacionando-o com sua área de formação. A seguir, os trabalhos escritos foram submetidos às disciplinas de Técnicas Secretariais, Gestão Secretarial I (Eventos), Gestão Contábil e Introdução à Administração.

**Quadro 2 - Filmes exibidos no Mulheres em Cena na Sala de Arte - UFBA**

<b>Filmes</b>	<b>Período de exibição e discussão</b>
“As Sufragistas”	2018.1
“Mexeu com uma mexeu com todas”	2019.1
“A Datilógrafa”	2019.1

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Dessa vez, a atividade denominou-se “Mulheres em Cena” e os temas foram centrados na perspectiva da formação, atuação profissional das mulheres e temas sobre os direitos humanos/civis dessas cidadãs. Participaram das sessões os alunos dos cursos de Administração, Secretariado Executivo, Gestão Social, Contabilidade e de outros cursos (livre acesso). Em cada um dos filmes foram trabalhados aspectos como:

- Direitos Humanos/Civis;
- Feminismos/Questões de Gênero;
- Comunicação;
- Relações Interpessoais no trabalho;
- Reuniões de negócios;
- Técnicas Secretariais;
- Eventos.

Para o “Mulheres em Cena”, a coordenadora do projeto convidou o aluno Tawan Nascimento, Bolsista PIBIC da pesquisa em referência, para apresentação de seminário de pesquisa (relatórios parciais) e diálogos com os públicos presentes às sessões. Após a exibição dos filmes os diálogos ocorriam no tempo máximo de 30 minutos. Os alunos tomavam notas para apresentação de trabalho escrito. O trabalho deveria conter: Dados de identificação do Filme (Título original, país de origem; diretor; elenco principal; premiações; e sinopse elaborada pelos alunos e, redação crítica sobre o tema abordado no filme fazendo correlação com sua área de formação).

Posteriormente, os trabalhos escritos foram submetidos às disciplinas de Técnicas Secretariais, Gestão Secretarial I (Eventos), e Gestão Contábil.

Os resultados da pesquisa PIBIC/CNPq encontram-se em fase de preparo para publicação de acesso público e gratuito pela UFBA.

A seguir, apresentam-se as considerações finais deste ensaio.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A introdução deste estudo trouxe a seguinte problemática: como a extensão e a arte podem contribuir na geração de pesquisa? Logo, o objetivo da pesquisa foi conhecer as potencialidades das artes para o ensino, extensão e pesquisa em Administração, Secretariado Executivo e Gestão Social.

Na condição de estudo embrionário, a proposta lançada para este ensaio foi alcançada, uma vez que se tratou de discutir e apresentar o filme como técnica e suporte de conteúdo docente, numa perspectiva de educação para os meios e da educação pelos meios.

Julga-se que as produções fílmicas selecionadas para apresentação ao público (“A Queda”, “Especialista em Crise”, “O Capital”, “O Banheiro do Papa”, “As Sufragistas”, “Mexeu com uma mexeu com todas” e “A Datilógrafa”) contribuíram para pautar temas recorrentes nos filmes (gênero, linguagem, cor, direitos humanos/civis, ambiente de trabalho etc.), mas não foram suficientes para retratar as múltiplas facetas do universo cinematográfico.

Por isso, recomendam-se novos estudos para tratar do tema aqui explorado inicialmente, de modo que seja possível ampliar as possibilidades do uso da extensão e da arte no fomento à pesquisa em Administração, Secretariado Executivo e Gestão Social. Em especial, sugere-se que se utilize a teoria e método da análise do discurso para problematizar condições de existência que contemplem práticas discursivas de leitura identitárias; diversidade cultural; etnia, enfim, utilizando a leitura do filme como questões da ordem discursiva.

### Referências

AUMONT, J. MARIE, M. **Dicionário teórico e crítico de cinema**. Campinas: Papirus, 2004.

CARVALHO, C. V. **Melodrama e nação no cinema brasileiro dos anos 1940**. 2007. 322f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2007.

CIORNAI, S. (Org.). **Percursos em Arteterapia**: arteterapia gestáltica, arte em psicoterapia, supervisão em arteterapia. São Paulo: Summus, 2004. (Novas buscas em psicoterapia; v. 62).

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** 12a. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DUMMAR FILHO, J. **O complexo criativo: a arte, o inconsciente coletivo e a transcendência.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

FISCHER, E. **A Necessidade da Arte.** Tradução Leandro Konder. 9a. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 17a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire.** – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)  
FUKS, Betty. **Freud e a Cultura.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.). **Educação Comunitária e Economia Popular.** 3a. ed. – São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 25).

METZ, C. **Linguagem e cinema.** São Paulo: Perspectiva, 1982.

MUYLAERT, R. **Marketing Cultural & Comunicação Dirigida.** 5a. ed. São Paulo: Globo, 2000.

READ, H. **O Sentido da Arte: esboço da história da arte, principalmente da pintura e da escultura, e das bases dos julgamentos estéticos.** Tradução de E. Jacy Monteiro. 4a. ed. São Paulo: IBRASA, 1978.

TURNER, G. **Cinema como prática social.** São Paulo: Summus, 1997.

VANOYE, F.; GOLIOT-LÉTÉ, A. **Ensaio sobre a análise fílmica.** Campinas: Papyrus, 2004.

# **FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SECRETARIADO EXECUTIVO: INTER OU MULTIDISCIPLINAR?**

Cibelle da Silva Santiago  
Tathiana Eliziário Cavalcante

## FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SECRETARIADO EXECUTIVO: INTER OU MULTIDISCIPLINAR?

Cibelle da Silva Santiago  
Tathiana Eliziário Cavalcante

### 1 INTRODUÇÃO

A origem da profissão de Secretariado é datada de séculos atrás e tem na figura dos escribas, os profissionais dotados de conhecimentos específicos e que sabiam ler, escrever e “cuidavam da contabilidade real e registravam os feitos dos faraós” (OLIVEIRA, 2016, p. 2), em que atuavam como escrivão, secretário de governo, copista das Escrituras Sagradas (GIORNI, 2017). Por esses motivos, eles eram demandados para ocupar posições importantes na sociedade e sempre estavam transitando entre as altas posições hierárquicas. Por ser o indivíduo que dominava o conhecimento intelectual e possuía habilidades com a escrita, atribui-se a eles a origem da profissão de Secretariado Executivo, regulamentada no Brasil pela Lei n.º 7.377/85e complementada pela Lei n.º 9.261/96.

Com a regulamentação da profissão de Secretariado Executivo, algumas atribuições foram estabelecidas com a função de nortear a atuação destes profissionais. Todavia, antes da regulamentação da atividade secretarial como profissão, já existiam instituições que ofertavam cursos técnicos ou superiores para formar profissionais de secretariado (SABINO, 2017). Houve demanda das organizações por profissionais mais qualificados e que “tivessem conhecimento de taquigrafia, técnicas de datilografia, organização de arquivos, registros de recados e atendimento telefônico” (GIORNI, 2017, p. 35).

Para além das questões técnicas, Nonato Junior (2009) diz que os conhecimentos empíricos e teóricos em Secretariado Executivo tornaram-se constantemente mais complexos, demandando a produção de novas teorizações e discussões baseadas nos saberes científicos. Sabino e Marchelli (2009, p. 611) corroboram com ele quando afirmam que “o Secretariado não deve ser considerado apenas como prática profissional, mas também como práxis que incorpora conceitos teóricos, consciência reflexiva e domínio de teorias científicas”. A partir da produção de novos conhecimentos em Secretariado Executivo nos últimos anos, compreendeu-se a necessidade de ressignificar o fazer técnico para compreender e explorar o sentido desse exercício, reconfigurando e tornando a atividade mais complexa e estratégica em nível decisório.

Com o surgimento do ensino formal para profissionalizar a atuação dos secretários executivos, viu-se que o cotidiano desses profissionais recebia influências de “diferentes ciências e áreas do conhecimento, entre as quais as Ciências Sociais Aplicadas como a Economia e a Administração, as Ciências Exatas e as Ciências da Linguagem, como a Linguística e a Comunicação Social, entre outras.” (NASCIMENTO, 2013, p. 25). Conjectura-se que a profissão de Secretariado dialogava com outras áreas do conhecimento, assim como se utilizar de teorias produzidas em áreas correlatas para sistematizar, organizar e orientar o seu fazer secretarial.

Nesse sentido, Muller e Sanches (2014, p. 13) apontam que “os secretários são interdisciplinares e possuem competências técnicas, pessoais e sociais para atuarem em diversas áreas, não se restringindo às assessorias e ao trabalho secretarial em si”. A partir dos saberes construídos com diversas áreas do conhecimento, o secretário executivo foi modelando um perfil profissional multifuncional composto de diversas atividades, seja de natureza técnica ou estratégica, amparado na prática e no discurso interdisciplinar. Com essa crescente atuação do profissional de secretariado com um perfil multifuncional, é imprescindível a busca por diversos conhecimentos, seja de natureza social, humanística, exata, entre outras.

Nessa questão da formação profissional secretarial por meio da inter-relação com os saberes, Bilert (2014) aborda que a construção do saber em Secretariado Executivo, assim como em outros cursos de graduação, é composta por várias disciplinas, em que cada uma possui um conhecimento especializado, ou seja, cada uma com um enfoque diferente para a construção do conhecimento (BILERT, 2014, p. 132). Sobre isso, Santos (1988) diz que a especificidade dos saberes surgiu com a ciência moderna, quando houve a criação de diversas disciplinas, de modo que o conhecimento saiu de uma construção múltipla e heterogênea para uma fragmentação do saber. Esse conhecimento disciplinar, porém, é aquele que parcela, segrega e aumenta as fronteiras do conhecimento (SANTOS, 1988, p. 64).

Nesse contexto, alguns estudiosos da profissão “confirmam o Secretariado como uma área de conhecimento interdisciplinar e com forte aplicação das teorias organizacionais” (SABINO; MARCHELLI, 2009, p. 608), sendo uma categoria profissional orientada pelas mudanças mercadológicas (BILERT, 2014; NONATO JÚNIOR, 2009), pelo dever de uma formação acadêmica sólida e interdisciplinar e, por fim, pela necessidade de realizar projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Secretariado Executivo baseados na interdisciplinaridade (BRASIL, 2005).

Com uma grade curricular ampla e abrangente com múltiplas disciplinas de diversas áreas do conhecimento (Monteiro; Cecatto; Gardin, 2015), provoca-se a reflexão de que o fato de existir esse conjunto de disciplinas organizadas, sistematizadas, categorizadas por áreas e hierarquizadas em semestres, não quer dizer que a formação profissional em Secretariado esteja ocorrendo de ordem interdisciplinar. Nesse sentido, Klein (1990) afirma que a interdisciplinaridade deixa de ser apenas uma troca, ou interação, e passa a ser um processo para a realização de uma síntese integradora entre saberes de duas ou mais disciplinas. A autora enfatiza, ainda, que a interdisciplinaridade não é uma temática, nem um conteúdo, mas, sobretudo, um diálogo metodológico em busca de uma síntese. Com isso, pensar a interdisciplinaridade para a formação secretarial exige uma disposição dos professores, já que a “prática interdisciplinar pressupõe uma desconstrução, uma ruptura com o tradicional e com o cotidiano tarefeiro escolar” (MATOS, 2003, p. 45).

A partir de uma atuação em variados nichos de mercado, é possível o Secretário Executivo se conectar e se relacionar com os diversos tipos de saberes. Nesse contexto, é relevante problematizar se a formação profissional ocorre, efetivamente, de forma interdisciplinar, já que Coimbra (2000, p. 58)

esclarece que esse conhecimento é produzido quando “duas ou mais disciplinas intencionalmente estabelecem nexos e vínculos entre si para alcançar um conhecimento mais abrangente, ao mesmo tempo diversificado e unificado”.

Não temos a intenção de negar a contribuição que as outras áreas do conhecimento têm dado à profissão de secretariado, mas de provocar reflexões partindo do princípio conceitual da interdisciplinaridade para a formação profissional interdisciplinar, em que deve haver um diálogo intencional entre as disciplinas. A problemática do estudo questiona: à luz da literatura e debate científico, a formação profissional em Secretariado Executivo tem sido interdisciplinar? O objetivo geral é discutir o entendimento existente na literatura sobre a formação em Secretariado executivo no âmbito da interdisciplinaridade. Como objetivos específicos, pretende-se conceituar a inter, a multi e a transdisciplinaridade; e refletir sobre a prática da formação do secretário executivo a partir da interdisciplinaridade.

Justifica-se a relevância deste ensaio teórico pela contribuição que ele poderá oferecer às discussões sobre a formação profissional crítica, analítica e intelectual dos secretários executivos, bem como à reflexão sobre as práticas pedagógicas interdisciplinares. Para isso, é necessário compreender o contexto da inter, multi e transdisciplinaridade e sua relevância teórico-prática para a profissão de Secretariado Executivo. Desse modo, faremos uma breve discussão em torno da interdisciplinaridade, complementando com os conceitos da multi e da transdisciplinaridade a fim de conjecturar uma reflexão sobre o discurso da formação interdisciplinar, pois, para que a interdisciplinaridade seja estabelecida, uma ou mais disciplinas precisam dialogar mutuamente e concomitantemente. Ademais, este ensaio poderá gerar informações bibliográficas que subsidiem outras discussões, bem como uma provocação na ruptura paradigmática do ensino em Secretariado Executivo a partir da inclusão de propostas pedagógicas interdisciplinares.

A estrutura do ensaio começa por esta Introdução, em que se apresenta a problemática, os objetivos e as problematizações em torno da interdisciplinaridade para o campo científico e formação profissional em Secretariado Executivo. Em seguida, tem-se a discussão teórica abordando a inter, a multi e a transdisciplinaridade, visando apresentar e refletir sobre os conceitos. Adiante, é feita uma discussão sobre a prática inter, multi e transdisciplinar no âmbito do Secretariado Executivo, partindo da compreensão de que há uma dicotomia entre a produção de conhecimento e a formação profissional interdisciplinar. Por fim, tem-se as Considerações Finais deste ensaio, apontando sobre possíveis encaminhamentos em que se dão os entendimentos da formação profissional inter e multidisciplinar. Encerramos, então, com as Referências Bibliográficas utilizadas no trabalho e que serviram de base para fomentar a discussão teórica, enfatizando a formação profissional na perspectiva interdisciplinar.

## 2 INTER, MULTI E TRANSDISCIPLINARIDADE: DISCUSSÕES E REFLEXÕES TEÓRICAS

Antes de adentrar nos desdobramentos da disciplinaridade, é preciso compreender que a base da interdisciplinaridade é a própria disciplinaridade, pois só é possível seguir para a interdisciplinaridade a partir da conexão ou interação de várias práticas disciplinares. Na ciência moderna, o conhecimento desenvolveu-se de forma especializada, restrita e fragmentada, gerando saberes disciplinados e segregados, pois as fronteiras de cada saber passaram a ser delimitadas (SANTOS, 1988). Assim, a disciplinaridade foi criada devido à necessidade de fragmentar os conhecimentos em disciplinas isoladas, de modo que “a excessiva parcelização e disciplinarização do saber científico faz do cientista um ignorante” (SANTOS, 2002, p. 46).

O surgimento da interdisciplinaridade ocorreu na Europa, na década de 1960, como uma forma de se opor ao saber alienado construído a partir de uma visão desintegrada (FAZENDA, 2013) e arbitrária (SANTOS, 1988). No Brasil, os primeiros estudos sobre a interdisciplinaridade surgem com Japiassú (1976), quando ele “apresenta os principais problemas que envolvem a interdisciplinaridade, as conceituações até então existentes e faz uma reflexão sobre a metodologia interdisciplinar, baseado nas experiências realizadas até então” (TRINDADE, 2013, p. 84). Vê-se uma certa obscuridade e as múltiplas compreensões que envolvem essa teoria que, porventura, podem gerar problemas em seu entendimento teórico e que reverberam na sua aplicação.

Para lidar com a complexidade imputada aos cientistas com a fragmentação dos saberes, a interdisciplinaridade se apresenta como uma possibilidade de reunificar e dialogar com os conhecimentos especializados. Nas palavras de Trindade (2013, p. 71), “o caráter interdisciplinar da história da ciência não aniquila o caráter necessariamente disciplinar do conhecimento científico, mas completa-o, estimulando a percepção entre os fenômenos [...]”. Logo, a interdisciplinaridade não tem a intenção de extinguir o conceito e as práticas disciplinares, mas de interseccioná-las a partir de seus limites e fronteiras.

Então, adquirir saberes interdisciplinares é planejar e identificar os vínculos que as disciplinas podem ter e, então, colocá-los à disposição dos alunos. Com a interdisciplinaridade, cada disciplina manterá a sua identidade e suas metodologias, respeitando os limites de cada uma. Porém, para que haja uma prática pedagógica interdisciplinar entre duas ou mais disciplinas é imprescindível o “diálogo, única condição possível de eliminação das barreiras entre as disciplinas. Disciplinas dialogam quando as pessoas se dispõem a isto [...]” (FAZENDA, 2003, p. 50). No diálogo, enxerga-se a necessidade de colaboração no universo educacional, de maneira que “a parceria insiste numa tentativa de incitar o diálogo com outras formas de conhecimento a que não estamos habituados, e nessa tentativa a possibilidade de interpenetração delas” (FAZENDA, 2012, p. 84). Os docentes são peças fundamentais nesse processo e, por isso, precisam estabelecer um diálogo consigo mesmo e com os outros, objetivando se autoconhecer, explorar e (re)conhecer seus limites e suas potencialidades para poder dialogar com as disciplinas de outros professores.

Para avançarmos nessa discussão, além de definir a interdisciplinaridade, é preciso, também, conceituar a Multidisciplinaridade, a Transdisciplinaridade, conforme trazido por Jantsch e Bianchetti (2002) e citado por Bilert (2014, p. 135):

Multidisciplinaridade: caracterizada como uma gama de disciplinas propostas simultaneamente, mas sem evidenciar as relações que podem existir entre elas. O nível de integração entre as disciplinas é baixo, ou seja, são oferecidas diversas disciplinas simultâneas, mas não relacionadas entre si.

[...]

Interdisciplinaridade: é a interligação entre duas ou mais disciplinas, na pesquisa ou educação, em que cada uma é modificada e passa a depender de outras, com o objetivo de compreender um objeto a partir de pontos de vistas diferentes. Propicia-se, desta forma, a criação de novos conhecimentos que não existirão de outra maneira.

Transdisciplinaridade: trata-se da unificação ou fusão de duas ou mais disciplinas, tendo por base a explicitação de seus fundamentos comuns, além da construção de uma linguagem comum e uma estrutura própria (BILERT, 2014, p. 135).

Enquanto na interdisciplinaridade é preciso haver uma interação clara e proposital entre as disciplinas, na multidisciplinaridade cada disciplina foca em alcançar os próprios objetivos, que não dependem de outras disciplinas, já que os saberes são sobrepostos sem que haja qualquer conexão intencional e planejada. A transdisciplinaridade, por sua vez, é a união de vários saberes por meio de um único saber, ou seja, uma nova compreensão é estabelecida devido à relação de um conhecimento específico que está presente em diversas disciplinas. Como exemplo, pode-se considerar a presença do conhecimento técnico do fazer secretarial presente nas disciplinas de áreas correlatas, como: administração, ciências contábeis, ciências jurídicas, ciências sociais, entre outras.

Assim, concorda-se com Jantsch e Bianchetti (2002) no sentido de que na interdisciplinaridade é preciso haver uma conversação, uma interação entre as disciplinas. No entanto, vale salientar que não se trata de uma tarefa muito fácil, pois desde a licenciatura os profissionais são ensinados a agir de outra forma, com o conhecimento sempre fragmentado, uma forma mais fácil de transmitir os saberes. Segundo Bilert (2014, p. 135), “a necessidade de comunicação entre as especialidades leva, portanto, à mudança de paradigmas no processo de ensino-aprendizagem, resultando no rompimento das barreiras construídas entre os diferentes campos do saber”.

Ao entender o que é a interdisciplinaridade, nota-se que o ensino-aprendizagem necessita iniciar desta “[...] relação ou troca de conhecimentos” (SANTOS, 2011, p. 29), que é definida pelos docentes das disciplinas que compõem a matriz curricular do curso. Se as disciplinas não apresentam essa relação de troca, significa que a formação profissional não está ocorrendo de

forma interdisciplinar. Para isso, é necessário que os professores envolvidos planejem em conjunto o desenvolvimento das disciplinas.

Padilha (2001, p. 45) afirma que “[...] planejar é atividade intrínseca à educação por suas características básicas de evitar o improviso, prever o futuro, de estabelecer caminhos que podem nortear mais apropriadamente a execução da ação educativa [...]”. Menegolla e Sant’Anna (2002, p. 46) dizem que “o plano é um roteiro de uso diário na sala de aula; é um guia de trabalho; é um manual de uso constante; enfim, é um roteiro que direciona uma linha de pensamento e ação”. A partir do momento em que se estabelece um novo plano e uma nova metodologia, todos os envolvidos devem se desprender do que já foi aprendido e reaprender a desenvolver o novo, a sair de seu conforto. O planejamento tem que ser um roteiro diário de um professor, tem que ser uma prática cotidiana.

A discussão em torno da interdisciplinaridade apresenta muitos desafios a serem enfrentados, motivo pelos quais os docentes que desejam trabalhar seu conteúdo programático com práticas interdisciplinares sentem dificuldades. Em pesquisa realizada por Gallon, Rocha Filho, Machado (2017), os achados apontam para algumas dificuldades encontradas para implantar um projeto interdisciplinar:

- a) ausência ou insuficiência de tempo para a reunião com outros professores;
- b) quantidade excessiva de conteúdo a serem desenvolvidos;
- c) desinteresse dos outros docentes;
- d) falta de formação para o desenvolvimento desse tipo de prática;
- e) vaidade de outros docentes;
- f) resistência dos alunos;
- g) falta de compreensão epistemológica acerca das práticas interdisciplinares, e;
- h) rigor excessivo na avaliação realizada por meio desses trabalhos (GALLON, ROCHA FILHO, MACHADO, 2017, p. 165).

As dificuldades dos professores para planejar e executar um projeto interdisciplinar com as disciplinas que são ofertadas na matriz curricular são várias. Conta-se com a indisponibilidade dos docentes para se reunirem, seja pela excessiva carga de trabalho que possuem ou pela falta de interesse. Além disso, a ausência de paciência para dialogar sobre potencialidades e os limites de cada disciplina, dificultam o trabalho em equipe interdisciplinar. É importante registrar que a formação de base de muitos professores que lecionam em Secretariado não vem de um contexto educacional interdisciplinar. Logo, por não receber uma formação específica de como trabalhar e desenvolver projetos interligados, que dialoguem com os limites de cada saber, pode ser apontada como uma das maiores objeções encontradas, pois o desconhecido geralmente causa desconforto.

Partindo da compreensão do que é interdisciplinaridade, começamos a refletir e pensar se as diversas disciplinas de diferentes áreas do conhecimento existentes, na grade curricular de Secretariado Executivo, têm conversado entre si de forma intencional e proposital. Com isso, conjecturamos que os discursos existentes na literatura que abordam a formação profissional como interdisciplinar têm apresentado um certo equívoco, pois não são todos os cursos que apresentam essa prática pedagógica interdisciplinar. Se não são todos os cursos, não podemos generalizar que a formação secretarial seja

interdisciplinar, quando essa prática, se houver, existe apenas em algumas instituições.

### **3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SECRETARIADO SOB A ÓTICA DA INTERDISCIPLINARIDADE**

As dificuldades elencadas por Gallon; Rocha Filho; Machado (2017) também podem ser sentidas pelos professores dos cursos de Secretariado Executivo, o que justifica uma possível ausência de práticas interdisciplinares. Todavia, ainda não se tem na literatura estudos em que possam comprovar ou discutir os limites e as possibilidades dos projetos interdisciplinares na formação profissional de Secretariado Executivo.

Sobre isso, Sabino e Marchelli (2009, p. 610) apontam que “muito se tem aventado sobre a possível identificação de uma unidade de saberes, construída a partir de conceitos, argumentos e métodos de distintas ciências, capazes de atender à complexidade da práxis proposta”. Se assim fizermos, estaríamos driblando o problema apontado por Santos (1988), quando do surgimento da fragmentação das disciplinas na época da ciência moderna, que fundamenta um conhecimento especializado, já que a interdisciplinaridade tem a proposta de unificar alguns saberes por meio da sua interação e dialogicidade.

Com isso, passamos a refletir sobre o quanto o diálogo entre as disciplinas dos cursos de Secretariado Executivo tem sido escasso, de modo que a comunicação entre elas tem ocorrido de forma muito mais semelhante a uma multidisciplinaridade do que a uma interdisciplinaridade, embora Bilter (2014), Müller e Sanches (2014) e Nascimento (2015) assim a caracterizem.

Nesse contexto, a formação efetivamente interdisciplinar deve ir além da produção de novos conceitos e teorias da área secretarial, evitando cair no reducionismo arbitrário das disciplinas. É preciso reconhecer que temos recorrido o tempo todo a outras áreas do conhecimento, mas que o caminho inverso pode ainda não ter sido verificado e comprovado por meio de publicações científicas. A produção de conhecimentos pode ocorrer de forma interdisciplinar, já que os conceitos produzidos em Secretariado, em sua maioria, têm dialogado e se amparado em outras ciências. Todavia, à luz da literatura, é inconsistente afirmar que a formação profissional tem sido interdisciplinar, já que não existem estudos que apresentem o planejamento e a execução interdisciplinar ocorridos em algumas disciplinas ofertadas pelas grades curriculares dos cursos de Secretariado Executivo.

Estaríamos, então, diante de uma dicotomia sobre a interdisciplinaridade no Secretariado Executivo: produção do conhecimento *versus* formação profissional. Com isso, queremos dizer que a produção de conhecimento interdisciplinar é diferente da formação profissional interdisciplinar. Nesta, é preciso uma prática pedagógica inovadora, uma predisposição e um interesse dos docentes envolvidos para que possam, intencionalmente, planejar ações em conjunto para ambas as disciplinas, em que a ação didática de uma disciplina dependa da outra. Portanto, ousamos dizer que a formação profissional pode estar sendo mais explorada sob a ótica da multi e da transdisciplinaridade, onde não ocorre uma sistematização no

ensino incluindo duas ou mais disciplinas, permitindo ao aluno ter experiências teórico-empíricas em duas ou mais áreas, simultaneamente. Vejamos:

O profissional de Secretariado Executivo vem de um empreendimento acadêmico multidisciplinar na sua formação, podendo atuar em diversos ramos de atividade organizacional, o que gera o contato com inúmeros conceitos e o que gera também a infinidade de diferentes situações e atuações por quais passa, utilizando os diferentes conceitos, em diferentes atividades, já que é um profissional polivalente (NASCIMENTO, 2015, p. 404).

O secretário executivo, então, deve ser capaz de construir caminhos/formas comuns e originais de resolução de problemas. A habilidade interdisciplinar do sujeito secretarial de solucionar problemas complexifica a análise do fazer/saber nessa área, o que requer uma habilidade conceitual desse profissional em coerência com a dinâmica da atuação no mercado de trabalho. De que forma esse caminho é construído? A partir de práticas pedagógicas interdisciplinares, já que a resolução de problemas é complexa e exige conhecimentos múltiplos. Se as disciplinas tendem a não se integrarem, como podemos afirmar que os secretários executivos estão tendo uma formação interdisciplinar?

Nascimento (2015) faz um esforço para analisar a profissão de Secretariado Executivo à luz da Teoria dos Campos Conceituais de Vergnaud (1990), apontando que a profissão é construída a partir da necessidade de uma dinâmica multi e interdisciplinar de conhecimento, complexificando a ação do sujeito secretarial. Reflete-se que o início do processo da construção científica e epistemológica do Secretariado é interdisciplinar. Todavia, o final do processo, que desemboca no exercício da profissão com a chegada do estudante ou profissional ao mercado de trabalho, ainda é passível de discussão e aferimento. É necessário compreender como ocorre a interdisciplinaridade, efetivamente, durante a formação profissional no decorrer dos semestres letivos nos cursos técnicos, tecnólogos e superiores em Secretariado Executivo.

Sobre essa questão, tem-se os achados de Gonçalves, Muller e Gryzbovski (2015) a respeito da profissão, do profissional secretário executivo e da visão deste sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul a partir das respostas de 175 egressos formados entre os anos de 2010 e 2014. Os profissionais investigados “reconhecem limitações na capacidade da universidade formar profissionais com saberes interdisciplinares, que conseguem estabelecer diálogos entre saberes e aproximarem-se dos problemas da sociedade” (GONÇALVES; MULLER; GRYZBOVSKI, 2015, p. 115).

Compreendendo que os respectivos profissionais cursaram diversas disciplinas das áreas sociais, sociais aplicadas, exatas e da natureza, linguística e humanas, por qual motivo os dados apresentados revelam falha na formação profissional no tocante à dificuldade de relacionar os conhecimentos adquiridos? É de refletir que essa formação profissional não esteja ocorrendo de forma interdisciplinar, mas multidisciplinar, em que os conhecimentos são

ministrados de forma fragmentada, cabendo ao aluno e futuro profissional estabelecer o diálogo entre elas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Construímos este ensaio teórico na intenção de discutir o entendimento existente na literatura sobre a formação em Secretariado Executivo sob a ótica da interdisciplinaridade. Compreendemos que, possivelmente, a falta de entendimento sobre o conceito de interdisciplinaridade tem levado alguns teóricos de Secretariado Executivo a afirmarem que a profissão é interdisciplinar, quando, provavelmente, eles estão se referindo à produção do conhecimento. Assim, problematizamos a dicotomia encontrada na literatura sobre a produção do conhecimento e a formação profissional em Secretariado Executivo interdisciplinar, para inferir como essas duas situações são diferentes, embora tenham a mesma metodologia: a interdisciplinaridade.

Como resultado do objetivo geral, verificou-se que o entendimento existente na literatura sobre a formação em Secretariado Executivo no âmbito da interdisciplinaridade é dúbio. Evidencia-se que há uma certa confusão em especificar a interdisciplinaridade na construção de novos conhecimentos, bem como nas práticas pedagógicas de ensino-aprendizagem de forma interdisciplinar. Com isso, alguns autores defendem que o debate científico e a formação profissional são interdisciplinares. A primeira afirmação consegue ser justificada e amparada pela produção de saberes relacionados com outras áreas do conhecimento. Já a segunda, ainda é passível de mensuração e comprovação, de modo que a literatura ainda é insipiente para fundamentar o discurso da formação profissional interdisciplinar.

Aponta-se sobre a necessidade de se aprofundar melhor nas teorias e práticas interdisciplinares, objetivando aplicar e fomentar um discurso com base na realidade encontrada nos cursos de Secretariado Executivo que possuem projetos interdisciplinares, se houverem. É primordial desenvolver ou aprimorar o diálogo do Secretariado Executivo com as outras ciências a partir de práticas pedagógicas interdisciplinares, a fim de construir novos conhecimentos para se constituir e se efetivar como uma área predominantemente interdisciplinar, desde a construção teórica até as práticas pedagógicas. Confirmamos, então, que a produção do conhecimento em Secretariado tem sido interdisciplinar, mas que a formação profissional, ainda, é de natureza multidisciplinar, fragmentada em diversos saberes.

Portanto, sugerimos que outras pesquisas sejam desenvolvidas para elencar as dificuldades de implantação das práticas pedagógicas interdisciplinares em Secretariado Executivo, bem como apontar possíveis didáticas que contribuem para uma formação profissional interdisciplinar, além de apresentar àquelas que já têm sido implantadas em algum curso de Secretariado Executivo. Um projeto interdisciplinar poderá ser multidisciplinar, mas um projeto multidisciplinar nem sempre será interdisciplinar.

## REFERÊNCIAS

BILERT, Vania S. Um estudo das práticas de ensino interdisciplinares no curso de Secretariado Executivo. **Educação, Cultura e Sociedade**, v. 4, n. 1, p. 132-143, jan./jun., 2014.

BRASIL. **Resolução Nº 3, de 23 de junho de 2005**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Secretariado Executivo e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacional: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

COIMBRA, José Á. A. Considerações sobre a interdisciplinaridade. In: **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus, 2000.

FAZENDA, Ivani C. **O que é interdisciplinaridade?** Ivani Fazenda (org.) – 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 18ª ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2012.

FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade: Qual o sentido?** São Paulo: Paulus, 2003.

GALLON, Monica S.; ROCHA FILHO, João B.; MACHADO, Juliana A. Desafios à realização da interdisciplinaridade no ambiente escolar: perspectivas dos docentes e da coordenação pedagógica. **Revista Thema**, V. 14, n.3, 2017.

GIORNI, Solange. **Secretariado**, uma profissão. Belo Horizonte: Quantum Projetos LTDA – ME, 2017.

GONÇALVES, Tandara D.; MULLER, Gabriel; GRZYBOVSKI, Denise. As Racionalidades Representadas nas Relações dos Egressos e a Educação Superior Privada em Secretariado Executivo do Norte do Rio Grande do Sul. **Anais do IV Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado (ENASEC): Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado; Universidade Estadual de Londrina. – Londrina: UEL, 2015.**

JANTSCH, Ari P.; BIANCHETTI, Lucídio. **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. 6 ed. Petrópolis, Vozes, 2002.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro, Imago, 1976.

KLEIN, Julie. **Interdisciplinarity: History, Theory & Practice**. Detroit: Wayne State University Press. 1990.

MATOS, Ricardo. **O sentido da práxis no ensino e pesquisa em artes visuais**: uma investigação interdisciplinar. Tese de Doutorado em Educação – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza M. **Por que planejar? Como Planejar?**: currículo, área, aula. 21ª ed., Petrópolis, Vozes, 2012.

MONTEIRO, Caroline; CECATTO, Quelli. C.; GARDIN, Daniela D. A. O. O profissional de Secretariado e a responsabilidade socioambiental: a importância da assessoria executiva. **Revista de Gestão e Secretariado (GeSec)**, São Paulo, v. 6 n.2, p. 134-157, Maio/agosto 2015.

MÜLLER, Rodrigo; SANCHES, Fernanda C. Pesquisa acadêmica em secretariado executivo: um estudo de caso na Revista Expectativa. **Revista Expectativa**, V. 13, n. 13. Toledo: 2014.

NASCIMENTO, Erivaldo P. Pesquisa aplicada e interdisciplinaridade: da linguística ao secretariado. In DURANTE, Daniela Giaretta (Org). **A pesquisa em secretariado**: cenário, perspectivas e desafios. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012.

NASCIMENTO, Erivaldo P. A produção científica em Eventos Acadêmicos de Secretariado. **Anais** do III Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado. Paraíba: UFPB, 2013.

NASCIMENTO, Maricilene I. Caminhos às Pesquisas Conceituais na Área de Secretariado Executivo: Um Apontamento Teórico-Metodológico à Luz do Construtivismo. **Anais** do IV Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado (ENASEC). Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado; Universidade Estadual de Londrina. – Londrina: UEL, 2015.

NONATO JÚNIOR, Raimundo. **Epistemologia e teoria do conhecimento em Secretariado Executivo**: a Fundação das Ciências da Assessoria. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

OLIVEIRA, Maria R. B. **O uso de fontes iconográficas para ensinar História Antiga aos alunos do 6º ano**. Cadernos PDE, volume II. Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP. Andirá-PR, 2016.

PADILHA, Paulo R. **Planejamento Dialógico**: como construir o projeto político da escola. 8ª Ed., São Paulo, Cortez, Instituto Paulo Freire, 2001.

SABINO, Rosimeri F. **A configuração da profissão de secretário em Sergipe**: educação, atuação e organização da área (1975-2010). Tese de doutorado. São Cristóvão, 2017.

SABINO, Rosimeri F; MARCHELLI, Paulo S. O debate teórico-metodológico no campo do Secretariado: pluralismos e singularidades. **Cadernos EBAPE**. v. 7, n. 4. Artigo 6, Rio de Janeiro, dez/2009.

SANTOS, Beatriz B. M. **Os projetos de trabalho em ação**: construindo um espaço interdisciplinar de aprendizagem. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

SANTOS, Boaventura S. **Um discurso sobre as ciências**. 13. Ed. Porto: Afrontamento, 2002.

SANTOS, Boaventura S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, 2(2), 46-71. 1988.

TRINDADE, Diamantino. Interdisciplinaridade: um novo olhar sobre as ciências. IN. FAZENDA, Ivani. **O que é interdisciplinaridade?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

VERGNAUD, Gérard. La Teoría de los Campos Conceptuales. **Recherches em Didáctique des Mathématiques**, Pensée Sauvage: Grenoble, França, v. 10, n. 23, 133-170, 1990. Tradução de: Juan D. Godino.

**INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO  
SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES PARA O  
DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS  
PROFISSIONAIS E CIENTIFICIDADE NA  
ÁREA DE SECRETARIADO**

Ivanete Daga Cielo  
Fernanda Cristina Sanches-Canevesi  
Raul Vitor Oliveira Paes  
Cibelle da Silva Santiago

## **INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS E CIENTIFICIDADE NA ÁREA DE SECRETARIADO**

Ivanete Daga Cielo  
Fernanda Cristina Sanches-Canevesi  
Raul Vitor Oliveira Paes  
Cibelle da Silva Santiago

### **1 INTRODUÇÃO**

Em um contexto histórico, no Brasil, de modo a incentivar a pesquisa e os estudos científicos, surgiu na década de 1940 a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e, nos anos 50, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Essas instituições aliadas a outras iniciativas, impulsionaram a disseminação da ciência no país e, por consequência, também as atividades de Iniciação Científica (IC) (MASSI; QUEIROZ, 2010; FERREIRA, 2019).

Dada a trajetória de fomento ao conhecimento científico, no ano de 2001, surgiu o Plano Nacional de Graduação (PNG) que contemplava, entre outros aspectos, a importância da inserção da pesquisa na graduação. Assim, estabeleceu-se a IC no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES) como uma das atividades extracurriculares que podem ser realizadas pelo acadêmico durante o período de graduação, mediante participação em um projeto de pesquisa sendo orientado por um docente pesquisador qualificado. O intuito do projeto é de fomentar a pesquisa e aproximar o estudante às práticas investigativas, despertando-o à vocação científica (MASSI; QUEIROZ, 2010).

No entanto, para além da lógica do fomento à pesquisa, a IC possui dentre os seus objetivos, de acordo com o explicitado no documento de orientação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) (RN-017/2006), contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional, extrapolando, assim, o conceito arraigado na cultura acadêmica de que IC é uma atividade específica para àqueles alunos que querem seguir a carreira acadêmica (CNPq, 2006).

Ademais, dentre as vantagens da IC, Pinho (2017) aponta que essa atividade pode permitir ao aluno de graduação o desenvolvimento de uma autonomia intelectual, promovendo a articulação entre diversos conhecimentos e competências, factíveis de serem aplicados a qualquer contexto, quer seja acadêmico ou no profissional. Em relação às competências, cabe destacar o conceito estabelecido por Fleury e Fleury (2001), que as definem como o conjunto de capacidades humanas responsáveis pelo desempenho satisfatório das atividades, compreendendo os conhecimentos, as habilidades e as atitudes dos indivíduos.

Nesse contexto, questiona-se se a IC pode contribuir para o desenvolvimento de competências profissionais nos estudantes de Secretariado Executivo? Assim sendo, este ensaio tem como objetivo geral discutir a contribuição da IC no desenvolvimento de competências profissionais

aos estudantes de graduação, visando fomentar a pesquisa em Secretariado Executivo

A realização desse ensaio justifica-se pela necessidade de reafirmar a contribuição e o impacto que os projetos de IC podem provocar na formação acadêmica e profissional dos estudantes, considerando que as competências desenvolvidas no âmbito da IC são aplicáveis, tanto em contextos acadêmicos quanto nos diversos setores profissionais. Essa lógica está expressa inclusive na RN017/2006, quando estabelece que os objetivos gerais do PIBIC possa contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão para a pesquisa, ou a qualquer outra atividade profissional (CNPq, 2006).

Com isso, reconhece-se que, mesmo que o Secretariado Executivo tenha avançado significativamente nas pesquisas e publicações científicas em termos de quantidade e qualidade na última década, a problemática desse ensaio aponta que a área ainda carece do desenvolvimento de pesquisas que auxiliem na compreensão de algumas temáticas, tais como o desenvolvimento profissional por meio da pesquisa.

Destarte, aponta-se que a IC possibilita os alunos a incorporarem o *habitus* específicos do campo acadêmico, além de fomentar a qualificação *stricto sensu* e auxiliar na formação de pesquisadores, docentes e profissionais (OLIVEIRA; BIANCHETTI, 2017). Desse modo, acredita-se que o incentivo a IC nos cursos de Secretariado Executivo apresenta-se como uma alternativa assertiva para auxiliar a colmatar as lacunas existentes na área.

De maneira a discorrer sobre a temática proposta, a estrutura desse ensaio é composta desta introdução, seguida de um capítulo que aborda a IC no ensino superior e de um outro que aponta o desenvolvimento de competências por meio da pesquisa. O terceiro discorre sobre as contribuições da IC para a área de Secretariado Executivo. Por fim, tecem-se as considerações finais e a lista de referências bibliográficas.

## 2 A INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO SUPERIOR

A atividade de IC iniciou no Brasil de forma bastante incipiente na década de 1930, quando da criação das primeiras Universidades com atividades voltadas à pesquisa. Entretanto, seu desenvolvimento ocorreu de forma mais efetiva a partir de 1951, quando passou a ser financiada pelo recém-criado CNPq por meio da concessão de bolsas de IC (OLIVEIRA; BIANCHETTI, 2017).

De acordo com Massi e Queiroz (2015), até 1987 a forma de concessão dessas bolsas não seguia critérios claros, sendo distribuídas através de demanda direta do pesquisador ao CNPq. Em 1988, na tentativa de regulamentar a distribuição de recursos financeiros através de bolsas de fomento para a IC, foi instituído o PIBIC sendo financiado pelo CNPq. Esse programa estabelece quantidades fixas anuais de bolsas, mas não de forma direta aos pesquisadores que escolhiam seus bolsistas, e sim, concedidas às IES e Institutos de Pesquisa (IP) que se tornaram responsáveis pela criação de dispositivos e critérios para a adequada distribuição. Oliveira e Bianchetti (2017) mencionam que, com essa nova política institucional de IC, foi possível ampliar a abrangência e o quantitativo de bolsas no país.

A IC para Massi e Queiroz (2010, p. 2), é capaz de fomentar um “conjunto de conhecimentos indispensáveis para iniciar o jovem nos ritos, técnicas e tradições da ciência”. Para Nascimento, Morosini e Guedes (2015) a IC representa o ingresso do aluno no mundo da ciência e da pesquisa, sendo considerado um dos instrumentos eficazes para a aproximação do ensino à pesquisa.

Da forma como é estruturada, a IC possibilita o fortalecimento da relação entre a teoria e a prática, para além da aproximação entre o ensino e a pesquisa, bem como da graduação com a pós-graduação (BREGLIA, 2002). Corroborando com a autora, Bernardi (2003) afirma que a IC permite uma maior familiarização do estudante com a pesquisa acadêmica, o que facilita o posterior acesso a pós-graduação. Menciona, ainda, que a experiência do contato com o orientador e demais pesquisadores, bem como a participação em eventos de natureza técnico-científica, exigida aos alunos que fazem parte da IC, enriquece sobremaneira na formação do aluno, podendo despertar o interesse para que prossigam na carreira docente e na investigação científica, ou mesmo, de modo a contribuir com o desenvolvimento de competências técnicas para a atividade profissional.

Nesse aspecto, autores como Breglia (2002), Massi e Queiroz (2015), Oliveira e Bianchetti (2017) e Pinho (2017), apontam para as contribuições da IC na atuação profissional dos acadêmicos, fora do ambiente da pesquisa. De acordo com os autores, os alunos que participam da IC desenvolvem novas estratégias de aprendizagem e habilidades como as de trabalhar em equipe, de liderança, de falar em público, proatividade, facilidade nos relacionamentos interpessoais e capacidade de adaptação às atividades em contextos variados, habilidades essas exigidas nas distintas vagas ofertadas pelo mercado de trabalho.

Conforme entendimentos de Massi e Queiroz (2015, p. 8), a “IC representa uma experiência de sucesso na complementação da formação acadêmica e pessoal do universitário e no encaminhamento para a pesquisa e a formação profissional”. No entanto, embora apresente benefícios diversos aos alunos, às instituições e ao mercado de trabalho, a IC no Brasil ainda é uma atividade desenvolvida por pequena parcela dos estudantes. Para o ano de 2020, por exemplo, apenas 26.800 bolsas foram ofertadas para estudantes de graduação de todo o país, frente a mais de oito milhões de pessoas matriculadas nos distintos cursos de graduação no Brasil (CNPq, 2020).

Ademais, a exigência de que o aluno não exerça, simultaneamente, outra atividade remunerada durante o período de vigência da bolsa e o valor da bolsa auxílio, estabelecido para 2020 em 400 reais (CNPq, 2020), fazem com que a IC se torne pouco atrativa aos estudantes, principalmente àqueles que precisam desse recurso para custear suas despesas durante o período de formação superior. Essa situação é ainda mais crítica quando se trata de estudantes de cursos ofertados à noite como, por exemplo, nos cursos de graduação em Secretariado Executivo, nos quais normalmente os acadêmicos optam por trabalharem no contraturno para obterem uma renda maior comparado ao valor da bolsa. Sobre esse aspecto, Massi e Queiroz (2015) afirmam que as limitações no número de bolsas, aliadas às políticas de distribuição dessas bolsas, tornam a IC uma atividade seletiva e que beneficia

poucos, além de privilegiar os alunos vistos como os mais capacitados e promissores para o ingresso em cursos de pós-graduação.

Outro fator limitante ao acesso dos acadêmicos dos cursos de Secretariado às bolsas de IC, diz respeito ao fato de que grande parte dessas é destinadas às IES públicas (OLIVEIRA; BIANCHETTI, 2017), enquanto o maior quantitativo de cursos de Secretariado é ofertado por IES privadas. De acordo com os dados constantes no Relatório Síntese do ENADE 2019, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do total de 42 cursos de graduação em Secretariado Executivo participantes da edição do ENADE de 2018, 57,1% eram ofertados em IES privadas (INEP, 2019). Nessa conjuntura, Bridi (2004) e Massi e Queiroz (2015) reforçam a ideia de que a IC é um programa de pequena abrangência, alertando que essa é uma crítica constante e que se perpetua ao longo dos anos no Brasil.

Dado ao exposto, enfatiza-se aqui a necessidade de uma reestruturação no sistema de IC que possa atender demandas, ainda, necessárias e que abranja de forma mais ampla a totalidade dos cursos de graduação, de modo a promover a pesquisa científica. Para além disso, é importante destacar que a participação na IC é capaz de promover competências e habilidades críticas e analíticas nos estudantes, ampliando a geração e disseminação do conhecimento na área. Com isso, surgem benefícios para o aluno de forma individual e coletiva, aos docentes, aos cursos e à área de atuação, auxiliando na construção de uma cultura científica. Assim, deve ser promovida nos mais diversos campos do conhecimento, visando, sobretudo, desenvolver e aprimorar competências técnicas e comportamentais para o exercício acadêmico ou profissional.

### **3 DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS POR MEIO DA PESQUISA**

O fenômeno de competência nos estudos administrativos e, mais recentemente, secretariais, remete à capacidade e desempenho do indivíduo em apreciar e realizar determinada tarefa ou atribuição (FLEURY; FLEURY, 2001). O conceito envolve três dimensões: conhecimento (saberes organizados e sistematizados); habilidades (orientações de caminhos práticos para a execução); e atitudes (comportamentos orientados para a ação propriamente dita) (FLEURY; FLEURY, 2001).

Essas características apontam para a possibilidade de aplicação dessas competências em diversos contextos, sejam profissionais ou acadêmicos. Nesse aspecto, devido a sua adaptação a diversos contextos interpessoais, as competências podem ser caracterizadas como individuais, grupais, organizacionais, sociais e para fins específicos (LIMA *et al.*, 2015; BRAGA; MOREIRA; MARTINS, 2020).

Dentre as específicas, destaca-se as competências para a pesquisa que, de acordo com Lima *et al.* (2015, p. 172), compõem um “conjunto de habilidades, conhecimentos, atitudes e ações que sustentam o desempenho qualificado do profissional, ao fazer uso de pesquisa científica.” Nesse sentido, a realização de pesquisas por meio da IC pode oportunizar ao estudante o desenvolvimento e/ou aprimoramento de suas competências para as

atribuições iniciais de pesquisador (BREGLIA, 2002, MASSI; QUEIROZ, 2015, OLIVEIRA; BIANCHETTI, 2017).

Estudos em diferentes áreas, a exemplo da Psicologia, Enfermagem e do Secretariado, demonstram algumas competências apresentadas em diferentes sujeitos a partir do seu envolvimento com a pesquisa científica, realizada em parceria com docentes e profissionais (ODELIUS; SENA, 2009; DURANTE; SANTOS, 2012; LIMA, *et al.* 2015).

Na pesquisa realizada por Odellius e Sena (2009), sobre competências fundamentais para profissionais atuantes na área de psicologia organizacional e do trabalho, os autores identificaram algumas características principais: as habilidades e os conhecimentos na produção científica; a aplicação de métodos e técnicas; a assertividade para o trabalho com pessoas de personalidades diferentes e/ou antagônicas; o trabalho em equipe; a ponderação de questões políticas para tomada de decisão; a ação proativa; a autonomia para resolução de problemas; a mediação e resolução de conflitos.

Já o estudo de Lima *et al.* (2015), que foi realizado com profissionais de Enfermagem, aponta a existência de características bastante semelhantes ao publicado por Odellius e Sena (2009), sendo: o “desenvolvimento de competências para pesquisa no ensino de graduação está intimamente vinculado à participação dos graduandos” na pesquisa (LIMA *et al.*, 2015, p. 173).

Em consonância, Durante e Santos (2012) mostram a realidade específica do envolvimento de estudantes de graduação com a IC. No estudo, as autoras aplicaram uma pesquisa com um grupo de 7 egressos de um curso de Secretariado Executivo que, no decorrer da graduação, foram bolsistas de IC. Os resultados demonstraram que a IC desempenhou papel de fundamental relevância na formação dos sujeitos.

Ainda na área de Secretariado, o estudo de Santiago e Paes (2016) aponta algumas características presentes nos estudantes que atuam na pesquisa: reflexão crítica; capacidade de questionamento exigente e apurado; curiosidade; dedicação; comprometimento; julgamento de informações; visão holística e específica; sistematização do pensamento; e posicionamento interpretativo. Alguns desses atributos e aptidões desenvolvidas pelos alunos, são apontados como relevantes para atuação do Secretário Executivo no mercado de trabalho em diversos estudos, a exemplo de Moreira *et al.* (2016); Sbeghen e Vaz (2017) e Gheller *et al.* (2017).

Destarte, é mister afirmar que a pesquisa pode se tornar propulsora na formação dos estudantes das mais diversas áreas de estudo, uma vez que por meio da participação em projetos, grupos de pesquisa e programas de IC, os indivíduos desenvolvem competências que se tornam diferencial em suas carreiras profissionais. Além disso, a pesquisa é primordial para o desenvolvimento científico de uma área.

#### **4 CONTRIBUIÇÕES DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA PARA A ÁREA DE SECRETARIADO EXECUTIVO**

A motivação principal de estimular a participação dos acadêmicos de graduação na IC é fazer com que eles tenham maior proximidade e

envolvimento com a pesquisa. Além disso, a IC objetiva, também, possibilitar aos participantes a oportunidade de enxergar utilidade na atividade do campo profissional a partir da sua experiência acadêmica, contribuindo para a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa e/ou qualquer atuação profissional, além de instigar o ingresso desses acadêmicos na formação em nível *stricto sensu* (CNPq, 2006). Vista dessa forma, a IC torna-se um eficiente instrumento para a formação de novos quadros para a ciência, tecnologia e inovação no país.

Nessa seara é que se insere o Secretariado Executivo, em que o primeiro curso de graduação foi criado no final da década de 1960. Embora exista no país há mais de 50 anos, até o momento os dados referentes a IC nos cursos são incipientes. Como possível justificativa de escassez de pesquisas na área, pode-se mencionar a recente qualificação do corpo docente. O estudo de Cielo, Vilas Bôas e Sanches (2017), aponta que o corpo docente dos diversos cursos superiores de Secretariado Executivo ofertados no país, era composto por 45% de graduados e especialistas, 55% de mestres, 14% doutores e 3% pós-doutores.

Todavia, um número significativo de profissionais já se apresentava em qualificação, o que possibilita uma reflexão sobre a relevância de um corpo docente mais qualificado em nível de mestrado e doutorado para ampliar a iniciação científica. Sobre isso, o CNPQ (2006, p.1) estabelece como requisito para ser orientador de projetos de iniciação científica: “ser pesquisador com titulação de doutor, ou de perfil equivalente, conforme a instituição, que tenha expressiva produção científica (...) divulgada nos principais veículos de comunicação da área.”. Com o aumento da qualificação docente, as possibilidades de novos projetos de IC são ampliadas, propiciando a formação de novos pesquisadores, condição *sine qua non* para o desenvolvimento e aprimoramento da cientificidade da área.

Outro aspecto que merece destaque é o fato de que a IC contribui para a continuidade da formação em nível *stricto sensu*, já que há uma probabilidade de que os estudantes participantes desses projetos deem continuidade em seus estudos, ingressando em curso de mestrados e, posteriormente, em doutorados. Dados do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2017) apontavam que, na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), por exemplo, mais de 50% dos alunos que participaram da IC durante a graduação ingressaram em programas de mestrado em até 1 ano após a conclusão da graduação. Os dados do CGEE (2017) demonstram que as habilidades e competências desenvolvidas pelos acadêmicos durante a graduação são determinantes para que eles tenham mais chances de concluir suas dissertações e teses, comparado a alunos que não passaram pela experiência dentro dos mesmos programas de pós-graduação.

Dessa forma, pode-se inferir que as atividades de IC para os cursos de Secretariado, poderiam se tornar uma ferramenta importante para ampliar o quantitativo de pesquisadores na área, constituindo-se em instrumento para canalizar o interesse do estudante de graduação para a pós-graduação, criando assim, um ambiente favorável, talvez, para a criação de um programa *stricto sensu* na área de Secretariado Executivo, ainda inexistente no país.

Ainda, em relação às contribuições da IC que podem ser consideradas factíveis à área, tem-se àquelas que se referem ao domínio de outros idiomas. De acordo com os dados do CGEE (2017), as atividades de IC levaram 56% dos bolsistas a terem contato com outra língua estrangeira, já que há uma grande acessibilidade aos artigos escritos em outros idiomas, bem como os que são escritos na língua portuguesa, mas que possuem o resumo em inglês e/ou espanhol. O domínio de, pelo menos, um idioma estrangeiro é uma das habilidades requeridas aos profissionais de Secretariado no mundo corporativo, também. Este é mais um cenário em que se comprova a aproximação das competências no âmbito da IC e que também estão presentes no mercado de trabalho.

Além disso, o programa de IC tem outros efeitos sobre as competências do profissional. De acordo com o CGEE (2017), acadêmicos e egressos da IC, dadas às habilidades e competências desenvolvidas a partir da participação efetiva em programas de IC, conseguem remuneração superior comparativamente àqueles que não passaram pelo programa, aumentando essa diferença com a conclusão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Nesse sentido, entende-se que fomentar ações visando ampliar a participação de acadêmicos de Secretariado em programas de IC, apresenta um rol de vantagens tanto para o desenvolvimento científico da área quanto para a atuação desses no mundo do trabalho, o que compete maior visibilidade para o Secretariado.

a delimitação da cientificidade do Secretariado Executivo somente será realizada por meio de um contexto de produção de conhecimento com qualidade e em “larga escala”. Ou seja, perspectivas futuras em termos de indicação da consolidação da cientificidade da área somente serão possíveis a partir do momento em que a área puder compor um corpo de pesquisas sólidas, teóricas, metodológicas e aplicadas (MAÇANEIRO; KUHL, 2013, p. 185).

Portanto, compreende-se que a IC pode se tornar fator importante na construção e consolidação de uma maior cientificidade e avanços para a área de Secretariado Executivo (BÍSCOLI; BILERT, 2013; MAÇANEIRO; KUHL, 2013), já que esses tipos de projetos são capazes de gerar e produzir novos conhecimentos a partir da imersão teórica-empírica.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio teórico se propôs a demonstrar a IC como uma possibilidade de o estudante desenvolver habilidades e competências para a atuação no mercado de trabalho. Enfatiza-se, aqui, que a participação dos estudantes na IC, não é condição para uma futura atuação na carreira docente, necessariamente, mas, sim, que a participação na IC pode lhe proporcionar diferenciais competitivos no campo profissional de modo geral.

Para além disso, objetivou-se demonstrar a IC como ferramenta de fomento à pesquisa em Secretariado Executivo. Considera-se que a pesquisa científica pode se tornar uma aliada no momento de formação dos acadêmicos

de Secretariado, visto que pode promover o desenvolvimento de competências que auxiliem diretamente na prática profissional.

Destaca-se, também, a importância de os docentes orientarem os acadêmicos na elaboração de projetos de pesquisas em áreas afins à produção do conhecimento em Secretariado Executivo. Compreende-se que no processo de ensino-aprendizagem, o professor desempenha um papel fundamental na formação profissional do estudante. Dessa maneira, deve-se apresentar condições para que o acadêmico desenvolva novas competências que, igualmente, serão demandas no ambiente profissional. Isso porque diversas delas podem ainda ser desenvolvidas ainda durante a graduação, principalmente quando os estudantes são expostos a aprendizados com rigor científico.

Tendo em vista os benefícios gerados aos estudantes por meio da participação na IC, as IES devem assumir a responsabilidade pela integração de docentes e estudantes em grupos e ações de pesquisa, visando um efetivo desenvolvimento de competências para a prática dos futuros profissionais. Ou seja, tanto fatores individuais quanto fatores coletivos e institucionais colaboram (ou deveriam colaborar) para o aprimoramento de competências por meio da pesquisa pelos estudantes.

Por fim, é importante citar que esse ensaio não teve a intenção de esgotar as discussões acerca da relação da IC com o desenvolvimento de competências profissionais, mas suscitar indagações, provocações e reflexões acerca do modo como a IC pode contribuir para futuro do estudante em sua carreira profissional, bem como para a área científica de Secretariado Executivo. Como agenda de pesquisas futuras, sugere-se a aplicação prática de um estudo nos cursos de Secretariado, que busque investigar a inserção dos programas de IC nestes, bem como a percepção dos acadêmicos participantes sobre as competências que foram desenvolvidas/aprimoradas.

### REFERÊNCIAS

BERNARDI, M. M. A Importância da iniciação científica e perspectivas de atuação profissional. **Biológico**, São Paulo, v.65, n.1/2, p.101, jan./dez., 2003.

BÍSCOLI, F. R. V.; BILERT; V. S. de S. A evolução do Secretariado Executivo: caminhos prováveis a partir dos avanços da pesquisa científica e dos embates teóricos e conceituais na área. **Revista Expectativa**, v.12, n. 1, p. 09-42, 2013.

BRAGA, P. L.; MOREIRA, K. D.; MARTINS, C. B. Competências Sociais na Perspectiva do Campo Secretarial. **Competência - Revista da Educação Superior do SENAC-RS**, v. 13, p. 1-15, 2020.

BREGLIA, V. L. A. **A Formação na graduação: contribuições, impactos e repercussões do PIBIC**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

BRIDI, J. C. A. **A Iniciação Científica na formação do universitário**. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **A Formação de novos quadros para CT&I: avaliação do programa institucional de bolsas de iniciação científica (Pibic)**. Brasília, DF: 2017.

CIELO, I. D.; VILAS BOAS, C. B. L. C.; SANCHES, F. C. Mapeamento da qualificação dos pesquisadores e docentes de secretariado: oportunidades e desafios rumo a Pós-Graduação *Stricto Sensu*. In: ENCONTRO NACIONAL ACADÊMICO DE SECRETARIADO EXECUTIVO, 5, 2017, São Paulo/SP. **Anais** [...]. São Paulo: ABPSEC, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **RN-017/2006: bolsas por quota no país**. 2006. Disponível em: [http://www.cnpq.br/normas/rn\\_06\\_017\\_anexo3.htm](http://www.cnpq.br/normas/rn_06_017_anexo3.htm). Acesso em: 17 set. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Objetivos do programa PIBIC**. 2020. Disponível em: <http://cnpq.br/pibic>. Acesso em: 01 ago. 2020.

DURANTE, D. G.; SANTOS, M. E. M. dos. Contribuições da Iniciação Científica na formação do Secretário Executivo. In: CONGRESSO NACIONAL DE SECRETARIADO, XVIII, 2012, Belo Horizonte/MG. **Anais** [...]. Belo Horizonte/MG: Fenassec, 2012.

FERREIRA, J. R. É SBPC, mas poderia ser também SCPB – Sociedade Científica para o Progresso do Brasil. In: NADER, H. B.; BOLZANI, V. S.; FERREIRA, J. R. **Ciência para o Brasil: 70 anos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)**. São Paulo: SBPC, 2019.

FLEURY, A. FLEURY, M. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea**. Edição Especial, p. 183-196. 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Relatório síntese de área de Secretariado Executivo**. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: [inep.gov.br/educacao\\_superior/enade](http://inep.gov.br/educacao_superior/enade). Acesso em: 25 jul. 2020.

GHELLER, M. G.; ROSSI, E.; MARTINS, C. B.; CORRÊA, C. P. A atuação do profissional de Secretariado Executivo como assessor em um Programa de Pós-Graduação. ENCONTRO NACIONAL ACADÊMICO DE SECRETARIADO, 5., 2017. São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: ABPSEC; Universidade São Judas Tadeu, 2017.

LIMA, L. P. de S.; CORTEZ, C. M. M.; RIBEIRO, M. R. R.; ROTHEBARTH, A. de P.; CESÁRIO, J. B. O desenvolvimento da competência para pesquisa e a

graduação em enfermagem: o papel dos grupos de pesquisa. **Arq. Cienc. Saúde UNIPAR**, Umuarama, v. 19, n. 3, p. 171-177, set./dez. 2015.

MAÇANEIRO, M. B.; KUHL, M. R. Estado da arte e o rumo do conhecimento científico em Secretariado Executivo: mapeamento e análise de áreas de pesquisa. **Revista de Gestão e Secretariado - GeSec**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 157-188, dez. 2013.

MASSI, L.; QUEIROZ, S. Estudos sobre iniciação científica no Brasil: uma revisão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 139, p.173-197, jan./abr. 2010.

MASSI, L.; QUEIROZ, S. **Iniciação científica**: aspectos históricos, organizacionais e formativos da atividade no ensino superior brasileiro. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

MOREIRA, K. D., RODRIGUES, L. M. A., VALE, J. C. F. do, ROSA, M. H. da. As competências contemporâneas do Secretário Executivo e a relação com as competências do middle manager. **Revista de Gestão e Secretariado - Gesec**, v. 7, n. 1, p. 45-66, jan./abr. 2016.

NASCIMENTO, M. B. da C.; MOROSINI, M. C.; GUEDES, J. T. Política de Iniciação Científica e Formação Universitária: a Perspectiva dos Gestores. **Indagatio Didactica**, v. 7, n. 3, dez., 2015.

ODELIUS, C. C.; SENA, A. de C. Atuação em grupos de pesquisa: competências e processos de aprendizagem. **Revista de Administração FACES Journal**, Belo Horizonte, v. 8, n. 4, p. 13-31, out./dez., 2009.

OLIVEIRA, A. de; BIANCHETTI, L. Iniciação científica: possibilidades e limites à instauração de um círculo virtuoso. **Revista Educação e Perspectiva**. Viçosa/MG, v.8, n.1, p.124-140, jan./abr., 2017.

PINHO, M. J. do. Ciência e ensino: contribuições da iniciação científica na educação superior. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 03, p. 658-675, nov., 2017.

SANTIAGO, C. da S.; PAES, R. V. O. Pesquisas em Secretariado - uma análise bibliométrica das contribuições estudantis para a construção científica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SECRETARIADO, 8., 2016, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2016.

SBEGHEN, T. L.; VAZ, C. de F. M. As Competências Necessárias Para A Atuação Do Secretário Executivo Em Consultórios Médicos: Um estudo no município de Passo Fundo/RS. *In*: ENCONTRO NACIONAL ACADÊMICO DE SECRETARIADO, 5., 2017, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ABPSEC; Universidade São Judas Tadeu, 2017.

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DO  
SECRETARIADO EXECUTIVO NO BRASIL  
SOB A ÉGIDE ESTRUTURAL DA CIÊNCIA**

Rúbia Wanessa dos Reis Cruz  
Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia

## INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SECRETARIADO EXECUTIVO NO BRASIL SOB A ÉGIDE ESTRUTURAL DA CIÊNCIA

Rúbia Wanessa dos Reis Cruz  
Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia

### 1 INTRODUÇÃO

A demanda emergente do Secretariado Executivo no Brasil é a sua institucionalização científica, a partir do seu reconhecimento pelos órgãos de fomento à pesquisa. Fatores constitutivos (internos) e institucionais (externos) obstaculizam esse processo: internamente, a Comunidade Científica vive os resultados das suas fragilidades sociais e cognitivas, inerentes ao contexto do seu processo de constituição; externamente, o Campo (BOURDIEU, 1983) sofre as consequências do paradigma científico emergente, pautado em políticas científicas prioritárias e meritocráticas, que se alicerçam no caráter utilitarista da Ciência (KNELLER, 1980). Este, por sua vez, prevê um sistema de recompensa e reconhecimento (MERTON, 1970, 1977), a partir do acúmulo de Capital Científico (BOURDIEU, 2004). E é a partir desse sistema que o Campo reforça o potencial para ser legitimado enquanto ciência e institucionalmente reconhecido (MERTON, 1970, 1977).

Atualmente, lança-se um novo olhar sobre o estatuto científico visando valorizar as chamadas *Soft Sciences*. Contudo, “o cartão de admissão convencional de uma nova ciência implica a existência prévia de uma matéria substancial sobre a qual se chegou a um consenso” (ZIMAN, 1979, p. 81). Nesse contexto, embora a Comunidade Científica tenha autonomia para constituir os componentes que visem garantir o seu funcionamento, a institucionalização destes passa pelo processo de aceitabilidade pelos legisladores que definem o que é aceitável para ser considerado científico e o que não é.

Face ao exposto, foram analisadas e apresentadas, de maneira não exaustiva e não sistemática, teorias que representam uma perspectiva estrutural da ciência, no contexto da constituição e da institucionalização, com base nos escritos Whitley (1974), Bunge (1980), Alfonso-Goldfarb e Ferraz (2002), Parlemitei e Polity (2002) e Bazi e Silveira (2007). Tal base teórica responderá: quais são os componentes necessários para que uma comunidade científica seja constituída internamente e, posteriormente, quais as condições para que, a partir de tais componentes, ela seja reconhecida como Campo Científico. Em seguida, serão feitas inferências sobre os componentes estruturais que constituem a Comunidade Científica do Secretariado Executivo, respondendo: quais dos componentes descritos pelos autores estão presentes no Secretariado Executivo e como essa Comunidade demonstra, a partir deles, capacidade de ser institucionalizada?

A partir das respostas, este ensaio objetivou realizar apontamentos sobre o contexto do Secretariado Executivo no Brasil sob a ótica estrutural da ciência expressada pelos autores supracitados. Para isso, foram analisadas três categorias de componentes presentes nessa estrutura: atores (docentes e pesquisadores), instrumentos (eventos científicos e periódicos científicos) e

instituições (instituições de ensino com cursos de Graduação e Associação de Pesquisa). Tais componentes figuram como objeto de análise por se configurarem como os únicos componentes necessários para o estabelecimento e manutenção da condição científica de qualquer disciplina, cujas finalidades são essencialmente acadêmicas, que estão presentes, atualmente, no Secretariado Executivo no contexto Brasileiro. Contudo, no decorrer do texto, são feitas considerações sobre as implicações da ausência dos demais componentes no processo de institucionalização da área.

Além dessa seção, este ensaio é composto por mais três. A segunda apresenta concepções gerais sobre a estrutura da ciência e dos campos científicos em uma perspectiva de Constituição e Institucionalização, sob a ótica dos autores supracitados. A terceira situa as idiosincrasias dos componentes estruturais presentes do Secretariado Executivo, tecendo-se considerações sobre a dinâmica destes no processo de Institucionalização do Campo. Por último, a quarta seção apresenta breves considerações resultantes dos apontamentos anteriores.

## **2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE INSTITUCIONALIZAÇÃO ESTRUTURAL DA CIÊNCIA**

O entendimento da institucionalização anunciado nesse trabalho deriva da concepção de Ciência orientada a atribuir critérios que concedem a uma disciplina as credenciais de científica. Nesse sentido, Bazi e Silveira (2007, p. 129) propuseram um conceito de ciência que envolve a necessidade de haver componentes estruturais para a sua formação e reconhecimento. Para eles, Ciência é “[...] um conjunto de componentes, claros, definidos e organizados [...] construídos por meio de processos que se validam pelo compartilhamento de informações produzidas”. Sob essa perspectiva, Alfonso-Goldfarb e Ferraz (2002) ao narrarem o processo de institucionalização da Ciência no Brasil, acentuam que quatro componentes são a base para que um Campo se estabeleça como científico: ensino, pesquisa, divulgação científica e aplicação do conhecimento.

O ensino é sustentado por uma estrutura compostas por Instituições com Cursos de Graduação, Docentes e Pesquisadores, responsável por formar novos profissionais e despertar o interesse de novos atores para a pesquisa, garantindo, assim a manutenção do Campo. A pesquisa representa o mais importante pilar nesse processo, visto que, de acordo com Bunge (1980, p.35), “O processo de pesquisa é que constitui os Campos de pesquisa ou científicos”. Pragmaticamente, ela é sustentada por uma estrutura composta por Instituições com cursos de Pós-Graduação, Pesquisadores e Agências de Fomento. Eles são responsáveis por produzir insumo para o ensino, formação de novos pesquisadores e produção de novos conhecimentos, garantindo novas descobertas que, por sua vez, alcançarão a sociedade, conduzindo ao terceiro e quarto pilares: divulgação científica e aplicação do conhecimento. Estes representam o elo entre a ciência e a sociedade, efetivando o caráter social da ciência e a responsabilidade social do pesquisador (ZIMAN, 1979). Eles são responsáveis por sustentar o ensino básico e superior; a indústria de bens e serviços por meio das inovações; as demandas governamentais, como

insumo para formulação de políticas públicas por meio da criação de indicadores em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e pela vulgarização da ciência (CALLON, 1933 apud SANTOS, 2003).

Por fim, sob uma ótica estrutural mais ampla, Bunge (1980) propõe um conceito de ciência que denota dois tipos de estruturas: ciência é um sistema de **ideias** e **ações** que se formam por processo. Tal concepção denota a formação de dois sistemas interdependentes. O primeiro é a sua razão de ser, pois “toda pesquisa consiste na investigação de alguma coisa” (BUNGE, 1980, p. 41). Esse é o seu sistema conceitual, que consiste em um propósito filosófico que justifique a sua formação e é representado por uma problemática de investigação, que conduzirá a definição dos objeto e objetivos, que, alicerçados em bases ontológica e epistemológica, definirão a metódica de abordagem e demarcarão o seu contexto de atuação, suas fronteiras e suas relações disciplinares.

Em consonância com este, se forma um segundo sistema, alicerçado na Comunidade Científica, responsável por criar condições para que os componentes do sistema conceitual sejam produzidos, comunicados, divulgados, aplicados e atualizados, além de estabelecer mecanismos de regulação e controle. Este é o seu sistema concreto/material. Inspirados em Bunge (1980), Bazi e Silveira (2007), propuseram que um conjunto de componentes são necessários para possibilitar tais ações: Cursos de Graduação e Pós-Graduação; Entidades Profissionais; Entidades de Pesquisa; Eventos Profissionais e Científicos; Periódicos Científicos especializados; Colégios Invisíveis; e Frentes de Pesquisa. Vale ressaltar que o conhecimento produzido por um campo carrega consigo os efeitos da sua organização concreta/material (SILVA, 2002). Isso significa que uma organização concreta/material frágil resultará em uma organização conceitual também insuficiente (WIHTLEY, 1974).

De maneira resumida, e utilizando os componentes propostos pelos autores aqui utilizados, além da interferência das autoras deste trabalho, pode-se dizer que, para garantir o funcionamento de um Campo Científico, é necessária a existência de três categorias de componentes: atores, instrumentos e instituições. Tais categorias, suas respectivas atuações para o funcionamento do Campo e componentes estão apresentadas no Quadro 1.

**Quadro 1** – Categorias de componentes estruturais da ciência

CATEGORIA	ATUAÇÃO	COMPONENTES
<b>ATORES</b>	Responsáveis por promover e operacionalizar as atividades de ensino e pesquisa de um campo. Também estão presentes nas demais categorias exercendo diferentes papéis.	Professores Pesquisadores Núcleo intelectual que institucionalizado que demarcam as frentes de pesquisa
<b>INSTRUMENTOS</b>	Promove a comunicação científica, meio pelo qual a comunidade estabelece seus objetivos, amplia o seu conhecimento, mantém os padrões de pesquisa, harmoniza os interesses, promove a competição e a cooperação e estimula à inovação (KNELLER, 1980), além de difundir	Periódicos científicos Eventos científicos Eventos profissionais

	descobertas e tendências, atualizar seus saberes, manter os membros conectados entre si e, por fim, cumprir o seu papel social por meio da popularização da ciência.	Mídias de divulgação científica
<b>INSTITUIÇÕES</b>	São espaços para a atuação, regulamentação, controle, aplicação metodológica e formação de novos atores.	Instituições de ensino e pesquisa com cursos de Graduação e Pós-Graduação) Órgãos de fomento Entidades profissionais Entidades de pesquisa

Fonte: elaborado pelas autoras.

Vale ressaltar que para que uma disciplina seja reconhecida como científica, contar com uma estrutura composta por tais componentes não é suficiente. Diante dos pressupostos da ciência pós-moderna, a formação dos Campos Científicos sofre influências do modo complexo de se fazer ciência, em que ela passa a ser parte de uma estrutura social, política e econômica em uma dinâmica de inter-relações (MERTON, 1970; BOURDIEU, 2004). Por isso, a comunidade não é capaz de promover sua própria institucionalização. Esta é atribuída pelas instituições reguladoras que representam o papel de um legislador autorizado a estabelecer condições que determinam se um discurso faz parte de uma Comunidade e se a Comunidade pode ser inserida no conjunto de disciplinas consideradas científicas (LOYRTAD, 1984, apud MUELLER, 2006).

Nesse sentido, assim como Bunge 1980 atribui a constituição da ciência aos sentidos conceitual e concreto/material, Whitley (1974) e Parlemiti e Polity (2002) sugerem que sua Institucionalização também ocorre em duas direções indissociáveis: social e cognitivo. A primeira corresponde à comprovação da capacidade que o Campo, a partir da sua estrutura concreta/material, tem de produzir conhecimento relevante, se comunicar, atualizar seus saberes, demarcar suas frentes de atuação e garantir a sua manutenção. Tudo isso com autonomia e autossuficiência, não dependendo, majoritariamente, da utilização de atores, meios, espaços e instrumentos de outros Campos para funcionar. A segunda diz respeito ao consenso atribuído aos aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos; à legitimação da pertinência dos problemas e das problemáticas; a aceitabilidade das soluções encontradas e do reconhecimento que a metódica é adequada para abordar os fenômenos em torno do objeto.

Na próxima seção, são apresentados componentes da constituição atual do Secretariado Executivo no Brasil, considerando os aspectos da estrutura concreta/material, realizando-se apontamentos sobre como as suas configurações atuais permitem ou obstaculizam o seu processo de Institucionalização pelos órgãos de fomento à pesquisa.

### 3 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAL ESTRUTURA CIENTÍFICA DO SECRETARIADO EXECUTIVO NO BRASIL

Nesta seção serão feitos apontamentos sobre os componentes concretos/matérias, com finalidade essencialmente acadêmicas, que estão presentes no Campo do Secretariado Executivo no Brasil: instituições de ensino com Cursos de Graduação, considerando a modalidade Bacharelado das Instituições Públicas; docentes; pesquisadores; periódicos e eventos científicos.

Ressalta-se a ausência de Programas de Pós-Graduação (PPGs), que, segundo Bunge (1980) é o principal institucionalizador da pesquisa científica. A ausência desse espaço institucionalizado para a realização de pesquisas sólidas dificulta a busca por respostas centrais para a sedimentação do Secretariado Executivo como ciência, sobretudo no contexto do seu objeto de estudo, seus domínios e fronteiras, e suas bases ontológicas e epistemológicas.

Ressalta-se, também, a ausência de um núcleo intelectual institucionalizado que, no Brasil, em Campos bem estabelecidos, são representados pelos Bolsistas de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Eles são “considerados os maiores detentores de prestígio e reputação acadêmica dentro do Campo Científico. Essa condição decorre do fato de possuírem um capital científico acumulado e reconhecido como legítimo” (CAFÉ *et al.*, 2011). Por isso, eles são capazes de abrir as suas frentes de pesquisa, estabelecendo tendências que demarcam o núcleo dos seus domínios. Contudo, isso não significa que áreas que não contam com Bolsistas de Produtividade não possuam um conjunto de pesquisadores estabelecendo suas frentes, pois aceitação e reconhecimento dos componentes do sistema social de um campo acontecem, antes de tudo, pela própria comunidade, por via consensual (BUNGE, 1980). Sendo assim, no contexto do Secretariado Executivo, ainda não foi realizado um estudo que apontasse esse núcleo intelectual.

Assim como a institucionalização da ciência no Brasil se deve à chegada e desenvolvimento das universidades, (ALFONSO-GOLDFARB; FERRAZ, 2002), Bíscoli e Bilert (2013) concordam que foi também o surgimento do Curso Superior em Secretariado Executivo que iniciou o processo de institucionalização desse Campo no País. Em uma lógica evolutiva, foi a partir deles que os demais componentes estruturais passaram a ser demandados para garantir o funcionamento e desenvolvimento do Campo, seja profissional ou científico.

Destarte, de acordo com os dados do Ministério da Educação (MEC), há, atualmente, 15 Instituições Públicas de ensino que ofertam Cursos de Bacharelado em Secretariado Executivo – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Universidade Federal da Bahia – UFBA; Universidade Federal do Ceará – UFC; Universidade Federal de Sergipe – UFS; Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Universidade Federal de Roraima – UFRR; Universidade Estadual do Pará – UEPA; Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Mato Grosso – IFMT; Universidade Federal de Viçosa – UFV; Universidade do Estado do Paraná – UNESPAR; Universidade Estadual de

Maringá – UEM; Universidade Estadual de Londrina – UEL; Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO; Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Estas estabelecem o componente inicial para o funcionamento do Secretariado enquanto ciência, sobretudo por serem instituições públicas, visto que elas são reconhecidas como *lócus* institucional de excelência na produção e transmissão do conhecimento já produzido ou em fase de construção (ZIMAN, 1979), por receberem insumos governamentais para tal.

Silva e Barros (2010) consideram que elas são capazes de promover dois importantes componentes para o desenvolvimento da cientificidade: a pesquisa e a formação docente. Este último é um dos principais antecedentes para que o Campo impulse pesquisas direcionadas ao desenvolvimento dos seus aspectos conceituais (MAÇANEIRO, 2011). Entretanto, conforme Cruz e Correia (2020), ainda há cursos de Bacharelado em Secretariado Executivo em Instituições Públicas funcionando sem docentes com formação específica. As autoras observaram que, entre os cursos que contam com tais docentes, há uma média de menos de quatro por Curso, declinando para menos de três quando se trata daqueles que são titulados Doutores.

Outro conseqüente que está no cerne da insuficiente atuação docente é a falta de autonomia para o estabelecimento de PPGs especializados. A partir de um estudo sistemático, Cruz (2018) sugeriu que o Secretariado Executivo tem características conceituais para ser enquadrado na área de Avaliação de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, para realização de proposta de novos cursos de Pós-Graduação. Contudo, de acordo com as normativas apresentadas no respectivo Documento de Área, nenhuma Instituição conta com um Corpo Docente suficiente para sustentar áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa em uma Pós-Graduação especializada. A autora indica duas instituições que estão mais próximas a atenderem tais exigências: a UFS e a UNICENTRO.

A diversidade da formação *Stricto Sensu* dos seus pesquisadores também é decorrente de ausência de PPGs. Cruz e Correia (2020) identificaram 26 formações distintas em nível de Mestrado e 12 em nível de doutorado. Um dos reflexos dessa diversidade é na dispersão da produção científica, tanto em seu escopo temático quanto em seus meios de comunicação científica. Uma das hipóteses apontadas por Maçaneiro e Kuhl (2013) é que, enquanto houver vínculo Institucional com os PPGS, a produção científica deve estar alinhada as suas Áreas de Concentração e as Linhas de Pesquisa, o que é comprovado pelo baixo número de dissertações e teses defendidas no âmbito do Secretariado Executivo por profissionais da área (MAÇANEIRO; KUHL, 2013; SOUZA; GALINDO; MARTINS, 2013; ROSSI, MARTINS; MOREIRA, 2017; CRUZ; CORREIA, 2018) e pelo aumento da descaracterização da produção científica conforme o aumento do nível de formação dos profissionais de Secretariado Executivo (MAÇANEIRO E KUHL 2013).

No contexto da comunicação científica, esta tem sido realizada tanto de maneira formal quanto informal. Na primeira, destacam-se dois eventos essencialmente acadêmicos, o Encontro Nacional de Estudantes de

Secretariado - ENESEC e o Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado – ENASEC. A participação de estudantes, docentes e pesquisadores nesses eventos tem sido essencial para a manutenção de uma Comunidade Científica que ainda se encontra no processo de adequação da cultura da produtividade. Contudo, sem desprezar o contributo dos trabalhos publicados nos anais dos eventos para o fortalecimento científico do Secretariado, sabe-se que no contexto prioritário e meritocrático da ciência atual, comunicar conhecimento por meio de veículos certificados funciona como um dos principais acumuladores de Capital Científico (BOURDIEU, 2004). E é nesse contexto que a comunicação formal, feita por meio dos Periódicos Científicos, assume o protagonismo em um sistema de avaliação complexo e permeado por regras (MEADOWS, 1999).

Neste sentido, a produção periódica altamente avaliada é o principal critério utilizado para distribuição de recursos para financiamento de pesquisa. Assim, quanto maior o número de produção intelectual publicada em veículos de comunicação com altos prestígio e reputação e indexados nas bases de dados que promovem os índices bibliométricos (Fator de Impacto, Índice-h e *CiteScore*), maior será o investimento governamental e, por vezes, da esfera privada para o desenvolvimento de atividades de Ciência Tecnologia e Inovação - CT&I.

Nesse contexto, o Campo do Secretariado Executivo no Brasil conta, atualmente com três periódicos especializados avaliados pela CAPES – *Revista de Gestão e Secretariado*; *Secretariado Executivo em Revista*; e *Revista Expectativa* – e um periódico orientado às Ciências Sociais aplicadas, sugerido pela Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado – ABPSEC como uma opção especializada, a *Revista Capital Científico*. As suas classificações no estrato Qualis variam entre C (mínima) e B2 (máxima). Soma-se a eles a *Revista Scribes: Brazilian Journal of Management and Secretarial Studies*, que, até a conclusão desse manuscrito, ainda não se encontrava avaliada pelo Sistema Qualis Periódicos da CAPES.

Considerando as crescentes demandas de publicação, a quantidade e a baixa qualidade dos periódicos especializados dificultam a participação do Secretariado Executivo no sistema de recompensa estabelecido, no Brasil, pelo CNPq e pela CAPES e indica falta de autonomia para garantir a formalização das comunicações entre os membros da comunidade. Um levantamento realizado por Cruz e Correia (2020) identificou que no, último Quadriênio de Avaliação (2013-1016), 51 docentes entre Mestres e Doutores vinculados às Instituições Públicas recorreram a um total de 104 periódicos para publicar 209 artigos.

Por fim, um dos componentes mais recentes dessa estrutura, a ABPSEC, como uma entidade de pesquisa, foi estabelecida no ano de 2013 e representou uma virada de página para o Campo. Conforme Wenningkamp et al. (2017), ela beneficiou a Comunidade Científica em seus aspectos científicos, social/psicológico, cultural, político e de externalidade. A partir de então, o Campo vivencia a emergência de uma revolução estrutural, fruto dos incentivos promovidos pelos objetivos da Associação:

I - Promover o desenvolvimento do ensino de pós-graduação e da pesquisa em Secretariado, contribuindo para sua consolidação e

aperfeiçoamento, bem como estimular experiências novas na área; II - Promover o intercâmbio e a cooperação entre cursos de graduação, programas de pós-graduação, professores, estudantes e demais pesquisadores da área; III. Difundir a produção de trabalhos científicos e acadêmicos na área secretarial; IV - Estimular as atividades de pós-graduação e pesquisa em Secretariado para responder às necessidades concretas das instituições de ensino superior, do mercado de trabalho, bem como das comunidades locais e regionais, valorizando a cultura nacional e as culturas locais; V - Identificar temas prioritários de pesquisa em Secretariado no país, promovendo o seu desenvolvimento; VI - Agir junto às agências de coordenação e de financiamento da pós-graduação e da pesquisa no país, procurando garantir a participação democrática das bases nas decisões; VII - Contribuir para o aperfeiçoamento profissional, particularmente no nível acadêmico e científico; VIII - Promover o intercâmbio e a cooperação com associações e entidades congêneres.

Percebe-se, então, que a ABPSEC tem cumprido um papel de garantir os incentivos para que as ações da comunidade continuem e se intensifiquem na direção de alcançar o reconhecimento científico. A próxima seção apresenta as últimas considerações sobre o que foi posto.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Objetivou-se realizar apontamentos sobre o contexto do Secretariado Executivo no Brasil sob a ótica estrutural da ciência expressada por Whitley (1974), Bunge (1980), Alfonso-Goldfarb e Ferraz (2002), Parlemite e Polity (2002) e Bazi e Silveira (2007), a partir de três categorias de componentes presentes nessa estrutura concreta/material: atores (docentes e pesquisadores), instrumentos (eventos científicos e periódicos científicos) e instituições (instituições de ensino com cursos de Graduação e Associação de Pesquisa).

Como resultado das reflexões, percebeu-se que, por um lado, o processo de institucionalização científica teve seu marco com o estabelecimento do ensino superior em Secretariado Executivo ofertado pelas universidades públicas e que estas continuam sustentando o que se pode apontar como um propulsor que demanda os demais componentes da estrutura. Por outro lado, embora haja um movimento no sentido de estabelecimento e fortalecimento dos demais componentes, na conjuntura atual, o Secretariado Executivo ainda apresenta lacunas em sua constituição.

Devido à ausência da PPGs, a comunidade demonstra falta de autonomia e autossuficiência para formar seus pesquisadores e desenvolver pesquisas que respondam as suas problemáticas mais essenciais. Ela depende, majoritariamente, dos espaços de do apoio e de pesquisadores de outras comunidades para que essas pesquisas sejam realizadas. A baixa quantidade de periódicos bem como a baixa classificação destes no estrato Qualis também demonstra falta de autossuficiência para garantir a comunicação entre os membros da comunidade, atualizar seus saberes e para disputar espaço no sistema de recompensa de acordo com as regras

anteriormente citadas, estabelecidas pelos órgãos de fomento à pesquisa. O trabalho realizado pela sua Associação de pesquisa tem um papel fundamental para promover a continuidade das ações que visam o fechamento de tais lacunas.

Contudo, não se pode negar os avanços em torno da construção dessa estrutura, nem desprezar as particularidades do seu processo de constituição. Ainda que Maçaneiro (2012) considere que as discussões em torno dos aspectos epistemológicos do Secretariado seja um esforço de poucos, há que se considerar que os fatores que delinearam esse cenário não produziram incentivos para que os membros da comunidade ganhassem autossuficiência, em termos de números e formação, para garantir que essas lacunas fossem rapidamente fechadas.

Considerando-se o ano de início do Bacharelado em Secretariado Executivo, anterior ao movimento de evolução da pesquisa e da Pós-Graduação no Brasil e ao período de massificação do ensino universitário, bem como o caráter extremamente profissional dos objetivos desse Campo, nascido sob um paradigma exclusivamente técnico, era de se esperar que o interesse dos profissionais pela carreira acadêmica, pela produção científica e pela busca pela natureza do seu conhecimento se intensificassem apenas após as discussões resultantes da Consulta Pública de 2009 que ameaçou o encerramento dos Cursos de Bacharelado. Ainda assim, embora esse seja um marco reconhecido, o Secretariado ainda vive um momento de formação novos pesquisadores e de inserção de docentes especializados nos Cursos das Universidades públicas para garantir a continuidade de suas ações.

Assume-se também que, ao longo do tempo, o Campo continuou vivendo as características do paradigma que o originou, além de estar imbuído em um contexto científico mais amplo que pode negligenciar Campos periféricos, fora do núcleo tradicional e prioritário, a partir de um entendimento político e econômico de se fazer ciência. Naturalmente, tal contexto faz com que algumas áreas de conhecimento se desenvolvam em detrimento do atrofiamiento de outras. Porém, o mesmo paradigma científico que hierarquizou as ciências de acordo com a sua posição no sistema de recompensa, é o que também valoriza, teoricamente, os estudos de disciplinas cujas bases epistemológicas ainda não estão bem estabelecidas, visto que elas possuem propriedades importantes para o funcionamento do todo em uma dinâmica complexa.

Por fim, frente à ausência de dois componentes estruturais, aos consequentes dessa ausência e às fragilidades apontadas nos componentes presentes, o que se pode refletir, mas não defender consensualmente, é que a constituição científica do Secretariado Executivo ainda é um processo inacabado, porém, com as primeiras bases lançadas. Dessa forma, a sua institucionalização pelos órgãos de fomento à pesquisa poderá ser efetivada pelo resultado dessa organização interna, que evoluirá conforme os incentivos e articulações dos membros dessa comunidade sejam contínuos.

Deixa-se caminho para uma reflexão: caso o Secretariado Executivo seja, imediatamente, reconhecido pelo CNPq como uma subárea das Ciências Sociais Aplicadas, como aponta o estudo de Cruz e Correia (2020), significaria que o seu processo de estruturação estaria concluído ou seus agentes

precisariam continuar em busca do seu processo de sedimentação concreta, fortalecendo suas Instituições, seus atores e seus instrumentos? Como trabalhos futuros, seria interessante uma análise profunda e sistemática que respondesse como essa estrutura concreta tem delineado o conhecimento do Campo, realizando-se os primeiros apontamentos sobre os seus componentes cognitivos/conceituais.

## REFERÊNCIAS

ALFONSO-GOLDFARB, A. A; FERRAZ, M. H. M. Raízes históricas da difícil equação institucional da ciência no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 3-14.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA EM SECRETARIADO. **Estatuto**. Disponível em: <http://www.abpsec.com.br/abpsec/index.php/a-associacao/estatuto>. Acesso em: 04. jan. 2019.

BAZI, R. E. R.; SILVEIRA, M. A. A. Constituição e institucionalização da ciência: apontamentos para uma discussão. **Transinformação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 129-137, 2007.

BÍSCOLI, F. R. V.; BILERT, V. S. S. A evolução do Secretariado Executivo: caminhos prováveis a partir dos avanços da pesquisa científica e dos embates teóricos e conceituais na área. **Revista Expectativa**, [s. l.], v. 7, n. 12, p. 9-42, 2013.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: BOURDIEU, P.; ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. Tradução: Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução: Denice Barbara Catani. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições de Educação Superior e Cursos cadastrados**. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 09 maio 2020.

BUNGE, M. **Ciência e desenvolvimento**. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo; EDUSP, 1980.

CAFÉ, A; CARVALHO, K; MENEZES, V; ODDONE, N. A elite acadêmica da sociologia da Sociologia no Brasil e sua produção científica. **Inf. Inf**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 19-29, jul/ago, 2011.

CRUZ, R. W. R. **Indicadores sobre o Campo do Secretariado Executivo no Brasil: reconhecimento científico e possibilidades para a Pós-Graduação Stricto-Sensu**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

CRUZ, R. W. R.; CORREIA, A. E. G. C. Produção de Conhecimento em Secretariado Executivo no Brasil: análise temática das teses e dissertações dos docentes das Universidades Públicas. **Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria**, Rio de Janeiro, v. 6, 4 p., jul. 2018.

CRUZ; R. W. R; CORREIA, A. E. G. C. C. Apontamentos sobre o Campo do Secretariado Executivo no Brasil: identidade científica e reconhecimento. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 58-82, 2020.

KNELLER, G. F. **A ciência como atividade humana**. Tradução: Antônio José de Souza. Rio de Janeiro: ZAHAR. São Paulo: EDUSP, 1980.

MAÇANEIRO, M. B. A construção da identidade científica em Secretariado Executivo. In DURANTE, D. G. (org.). **Pesquisa em Secretariado**: cenários, perspectivas e desafios. Passo Fundo: EDIUPF, 2012. p. 75-97.

MAÇANEIRO, M. B. Antecedentes, Consequências e Desafios da Cientificidade da Área de Secretariado Executivo. **Revista Expectativa**, v. 10, p. 9-26, 2011.

MAÇANEIRO, M. B.; KUHL, M. R. Estado da Arte e o Rumo do Conhecimento Científico em Secretariado Executivo: Mapeamento e Análise de Áreas de Pesquisa. **Revista de Gestão e Secretariado**, [s. l.], v. 4, p. 157-188, 2013.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MERTON, R. K. O efeito Matheus na ciência. In: MERTON, R. K. **A sociologia da ciência 2**. Madrid: Alianza Editorial, 1977, cap. 20, p. 554-578.

MERTON, R. K. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MUELLER. S. P. M. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, 2006.

PARLEMITI, R.; POLITY, Y. Dynamiques de l'institutionnalisation sociale et cognitive des sciences de l'information. In: BOURE, R. (ed). **Les origines des Sciences de l'information et de La communication: regards croisés**. Paris: PUS, 2002. p. 95-123.

ROSSI, E; MARTINS, C. B; MOREIRA, K. D. Representatividade do Secretariado em Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* por meio do mapeamento de teses e dissertações. In: Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado, 5, 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade São Judas, 2017.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, R. N. M. Indicadores estratégicos em ciência e tecnologia: refletindo a sua prática como dispositivo de inclusão/exclusão. **Transinformação**, v. 15, n. 3 esp., p. 129-140, 2003.

SILVA, E. L. A construção do conhecimento científico: o processo, a atividade e a comunicação científica em um laboratório de pesquisa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, 2002.

SILVA, J. S.; BARROS, C. M. P.; SOUSA, E. F. Docência em Secretariado: a valoração da experiência extraclasse. **Revista Expectativa**, [s. l.], v. 9, n. 1, p.43-60, 2010.

SOUZA, E. C. P; GALINDO, AG.; MARTINS, C B. A produção acadêmico-científica no campo do Secretariado: mapeamento das dissertações e teses produzidas no período de 1999 a 2013. **Revista de Administração Geral**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 154-173, 2015.

WENNINGKAMP, K. R. et al. A Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC) à luz da Teoria da Ação Coletiva. **Capital Científico**, vol. 15 n. 2, abril/jun, 2017.

WIHTLEY, R. Cognitive and Social Institutionalization of Scientific specialities and research areas. In: **WIHTLEY, R. Social Processes of scientific developmentment**. London: Routledge Kegan, 1974.

ZIMAN, J. **Conhecimento Público**. São Paulo: Edusp, 1979.

**PRODUTIVIDADE NA PESQUISA  
SECRETARIAL EM TEMPOS DE CRISE:  
REFLEXÕES E POSSÍVEIS CAMINHOS  
FRENTE À PANDEMIA DE COVID-19**

Priscila Eny Souza Oliveira  
Douglas Ribeiro de Moura  
Raul Vitor Oliveira Paes  
Marcelo de Souza Correia

## **PRODUTIVIDADE NA PESQUISA SECRETARIAL EM TEMPOS DE CRISE: REFLEXÕES E POSSÍVEIS CAMINHOS FRENTE À PANDEMIA DE COVID-19**

Priscila Eny Souza Oliveira  
Douglas Ribeiro de Moura  
Raul Vitor Oliveira Paes  
Marcelo de Souza Correia

### **1 INTRODUÇÃO**

A produtividade afeta diretamente o desempenho dos indivíduos e está relacionada não só à organização e à criação de hábitos profissionais, como também envolve os momentos de lazer e de descanso, abrangendo a vida pessoal. Nesse sentido, a performatividade dos sujeitos tende a refletir em sua qualidade de vida geral. A procrastinação, por sua vez, apesar de costumeiramente ser vista como um aspecto negativo, pode ser aliada da produtividade em tempos de crise, no sentido de oportunizar o recarregamento das energias e o estabelecimento de prioridades com base no equilíbrio de todas as áreas da vida.

Estudos recentes apontam que diminuir o volume de horas trabalhadas não representa uma queda na produtividade, no entanto, Allen (2015) acredita que mesmo as pessoas que têm muitas atividades para cumprir podem ser produtivas, ter a mente em ordem e manter o controle, com positividade e tranquilidade, podendo viver e trabalhar com alto grau de produtividade e eficiência.

Para além de fatores pessoais no desenvolvimento de características de produtividade, é necessário ponderar acerca das situações de crise (ou seja, fatores externos) em contextos sociais, como a revelada no ano presente (2020) em virtude do estado de emergência de saúde pública ocasionado pela pandemia da doença viral Covid-19 causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 (BRASIL, 2020; ROSSONI, 2020), o que exigiu uma profunda mudança nos modos de produção e de trabalho das pessoas, organizações e sociedade em geral, incluindo os profissionais da educação e pesquisa (ROSSONI, 2020). Desse modo, é comum que a produtividade dos indivíduos seja afetada, causando paralisação, dificuldade de concentração, desmotivação, excesso de atividades e de informações, entre outras situações desfavoráveis que afetam o interesse no processo de criação e desenvolvimento de conteúdo criativo e inovador.

Ainda sobre o contexto da pandemia como ilustração de situações de crise, ela remodelou drasticamente os espaços de trabalho e produção profissional e científica, fazendo com que tais ambientes sejam as nossas próprias residências, em virtude da necessidade de isolamento social imposta (ROSSONI, 2020), o que leva às reflexões pessoais de comportamento dos indivíduos sobre situações novas que impactam em seu cotidiano.

Nessas ocasiões, também é comum que os indivíduos tenham dificuldades de promover o autocuidado, já que são momentos que podem afetar a saúde mental e emocional a níveis alarmantes, atrapalhando e até

impedindo a realização de trabalhos que exigem maior concentração e planejamento, como é o caso da pesquisa científica.

Por outro lado, a crise pode gerar oportunidades de consumo e de produção de novos conteúdos e, para além disso, permitir a divulgação científica em meios e ferramentas diversificados e estratégicos para o avanço da pesquisa. Na área secretarial, por exemplo, a pandemia possibilitou, para além da colaboração e produção científica, a realização de diversos eventos *on-line* sobre a carreira em plataformas como o *YouTube*, o *Google Meet*, o *Instagram* e o *Zoom*.

Partindo de breves comparações entre os universos acadêmico e profissional no Secretariado, durante muito tempo, o secretário foi considerado um trabalhador multitarefa. Hoje, acredita-se que esse tipo de profissional pode ter dificuldades para concluir todas as suas atividades. Assim, convém que o foco do indivíduo seja em tarefas específicas e bem delimitadas, o que possibilita a realização de todas as etapas de cada atividade executada, incluindo a atividade de pesquisa e produção científica na área.

Com base no exposto, surge a seguinte problemática de pesquisa: É possível criar oportunidades de geração e divulgação de conteúdos relevantes na pesquisa secretarial em momentos de crise? Como objetivo de pesquisa pretende-se discutir a capacidade e a oportunidade de produção e divulgação da pesquisa científica no Secretariado em períodos de crise, por meio de estratégias eficazes de produtividade.

O presente ensaio justifica-se pela necessidade de compreensão do novo momento social, organizacional e de adaptação ao cenário de pandemia e crise que assola comunidades e sociedades (ROSSONI, 2020) a partir de possibilidades de métodos e direcionamentos de trabalho e produção apropriadas para esse contexto, bem como por ser um assunto novo, que carece de estudos e aprofundamentos, assim como oportuniza diferentes reflexões, percepções e aprendizagens.

A estrutura do trabalho inicia por esta introdução, composta pela apresentação da problemática, dos objetivos, da justificativa e da contextualização. O ensaio prossegue com as reflexões teóricas acerca das reflexões de produtividade e hábitos de crise, além da apresentação de possíveis métodos e ferramentas para gestão do tempo com foco na produtividade. Por fim, as considerações finais são expostas com a organização das referências utilizadas.

## **2 FENÔMENOS DE PRODUTIVIDADE PESSOAL E HÁBITOS INDIVIDUAIS EM SITUAÇÕES DE CRISE**

Em momentos de crise, é comum que os indivíduos abandonem a rotina e se deixem guiar pelos acontecimentos. Mas a pesquisa precisa continuar e avançar, mesmo em tempos difíceis (JUSTMAN, 2020; ROSSONI, 2020). Nessas situações, velhos hábitos podem reaparecer ou novos hábitos podem surgir, bons ou ruins, a depender da postura dos sujeitos. Alguns hábitos são mais fáceis de analisar e substituir, outros são complexos e prolongados, exigindo maior esforço de estudo para compreensão. Por fim, existem os hábitos que nunca mudam completamente (DUHIGG, 2012).

Para Covey (2014), o caráter é composto pelos hábitos que a pessoa desenvolve e os hábitos podem ser modificados, mas para isso é preciso muita dedicação e esforço. Hábitos são a interseção entre o conhecimento - o que fazer, a habilidade - como fazer, e o desejo - querer fazer (COVEY, 2014).

Segundo Duhigg (2012), um hábito não pode ser destruído, mas pode ser substituído. Para isso, é preciso inserir uma nova rotina. Para Barbosa (2012), somente quando o indivíduo elimina da rotina os hábitos que não funcionam e estabelece novos padrões é que ele consegue assumir o controle da sua vida e, conseqüentemente, produzir novas rotinas.

Para manter um hábito por um longo tempo, diz Duhigg (2012), é preciso acreditar que a mudança é possível e isso ocorre com mais facilidade quando se tem o apoio de um grupo. Na pesquisa científica, é possível ter esse tipo de amparo, o que torna o processo mais fácil e acessível, ainda que em tempos de pandemia ocorra de forma virtual, em razão da virtualização da comunicação (SUŁKOWSK, 2020).

Um aspecto relevante para o gerenciamento do tempo envolve, segundo Barbosa (2012), o processo de não só priorizar e delegar tarefas, mas também acompanhar o andamento dos trabalhos e ajudar a outra pessoa quando necessário. E isso pode ser feito também à distância, como o momento exige. Assim, a gestão do tempo deve ser pensada em equipes, e não individualmente.

Ter uma boa rotina é um dos aspectos fundamentais para a manutenção de bons hábitos, pois faz com que os indivíduos reajam às situações da vida com organização e foco. Vieira (2015) conceitua a rotina como fazer sempre o mesmo (ou seja, programação de ações contínuas em um mesmo período de modo permanente), algo que ele não julga nem positivo nem negativo; entretanto, o autor acredita que, quando se acrescenta excelência à rotina, os indivíduos conseguem produzir de cinco a dez vezes mais que a média, com mais tranquilidade e tempo para usufruir de outras experiências.

Rossoni (2020) aponta dois desafios com os quais os pesquisadores que estão trabalhando em casa precisam lidar. O primeiro consiste na separação entre trabalho e vida particular, com possibilidade de aumento do estresse e da cobrança para ser produtivo. O segundo, em tentar se beneficiar da aprendizagem gerada pelo isolamento social para desafiar mecanismos de controle do trabalho do pesquisador, já que, mesmo em casa, ele continua se dedicando e contribuindo para a pesquisa.

Entretanto, dificuldades e crises podem gerar oportunidades, mas como enxergá-las? Acreditamos que com planejamento adequado, definição de objetivos, metas para o alcance dos propósitos, além da criação de rotina, incluindo um cronograma de atividades no dia e realizando rituais em momentos específicos, o que demonstraremos a partir de técnicas e métodos práticos mais adiante.

No caso da pesquisa, podem ocorrer rituais de início e de finalização da escrita e de estudos definidos, com pausas programadas e que podem ser diferentes para cada indivíduo, a depender dos momentos do dia. Nos horários de mais energia, o ideal é realizar tarefas mais complexas; nos de menos energia, é interessante focar em atividades simples. Para Allen (2015, p. 247),

é recomendável que cada indivíduo “mantenha um inventário de coisas que exigem pouco esforço mental ou capacidade criativa”, para fazer quando se sentir pouco disposto. Nesse sentido, o autor define três principais critérios para escolher as próximas ações: contexto, tempo e energia.

Para tanto, o autoconhecimento é fundamental para reagir de acordo com as necessidades e pretensões individuais, já que, segundo Duhigg (2012), existem milhares de fórmulas, mas cada indivíduo é responsável por entender aquela que melhor funciona para si.

Nessas horas, o indivíduo precisa valorizar a qualidade do material em detrimento da quantidade produzida, o que envolve descanso e tempo apropriados. Mais uma vez, é preciso ressaltar, como o fez Sirgy *et al.* (2001), que a qualidade de vida depende da harmonia entre o tempo de trabalho e o período destinado às atividades de lazer, e que o excesso do primeiro tende - por razões naturais - a gerar uma produção de baixa qualidade.

Em relação ao local de escrita, convém que esteja organizado de modo que o indivíduo consiga trabalhar com energia e sem distrações ou interrupções. Segundo Allen (2015), o ambiente de trabalho doméstico deve ser o mais parecido possível ao da empresa/instituição, o que pode proporcionar oportunidades exitosas de produtividade. Por algum tempo, é interessante ainda eliminar distrações físicas e digitais, tais como celular, televisão e quaisquer outras interferências que possam gerar dificuldade de concentração e aprendizagem. Eliminar notificações no celular nos momentos de maior necessidade de concentração e foco é uma das estratégias que podem ser adotadas e facilitar a produção.

Para Allen (2015), com o avanço da tecnologia e o desenvolvimento de equipamentos móveis, as pessoas adquiriram a habilidade de gerenciar virtualmente as suas vidas; mas, para isso, precisam aprender a gerir todas as opções disponíveis nos dispositivos a partir de uma boa metodologia de captura, esclarecimento e organização, utilizando um conjunto de aplicativos e ferramentas adequados para lidar com as informações. Segundo o autor, é preciso ter cuidado para não transformar os dispositivos e aplicativos em fontes de distrações improdutivas e estresse.

Alguns materiais podem facilitar a vida do pesquisador, como fones de ouvido, música, temporizador, *post-its*, pastas físicas e digitais, blocos de nota, cadernos de anotação, quadros brancos, *flip charts*, entre outros. O *look* ou a vestimenta utilizada para a escrita também deve ser adequado, não importa o ambiente, pois ajuda a manter o foco e a disciplina necessários para que as ideias fluam. Evidentemente, não é preciso vestir-se de forma excessivamente formal. O que sugerimos é tentar utilizar vestimentas que tragam uma sensação de trabalho, de forma a possibilitar o engajamento nas tarefas.

É importante também adotar algumas estratégias de organização, tais como: organizador de notas e referências para ideias e inspirações úteis para o desenvolvimento da pesquisa e organização de pastas de estudo e consulta. Manter organizados os arquivos e registros, utilizando classificações arquivísticas, como cronológica ou por assunto, também ajuda a localizar o material de imediato. Allen (2015, p.132) enxerga a necessidade de se manter “um sistema de arquivamento pessoal e à mão - tanto físico quanto digital”. Como dicas, sugere a manutenção de arquivos de referências gerais

imediatamente acessíveis, além da organização de um sistema alfabético, da facilitação na criação de uma nova pasta e da certificação quanto ao espaço disponível para o fácil arquivamento. Aconselha ainda o etiquetamento de pastas e a limpeza de arquivos pelo menos uma vez por ano (ALLEN, 2015).

Atualmente, existem diversos aplicativos que podem auxiliar na organização e na produtividade, vários métodos e técnicas que facilitam a vida do indivíduo e permitem o fluir das ideias. Como exemplos, poderíamos citar o *Google Keep*, o *Todoist*, o *Trello* e o *Evernote*. Para além desses, há ainda vários outros, adaptáveis às necessidades de cada pessoa.

Vieira (2015) sugere a utilização de uma agenda extraordinária, na qual existe um estilo de vida abundante, em que o indivíduo optará por comportamentos e hábitos que mudarão resultados, relações e a si mesmo. Para tanto, o indivíduo necessita manter-se focado no que é importante, sem se cobrar em excesso para cumprir todas as tarefas, mas percebendo que é um estilo de vida a ser construído aos poucos, com planejamento, decisões e ações.

Um aspecto fundamental a ser observado, em especial nos momentos de crise, é a saúde mental, que precisa estar em equilíbrio e proporcionar inteligência emocional para suportar as adversidades. Ademais, adotar um estilo de vida saudável proporciona a energia e a disposição adequadas para o bom andamento da pesquisa. Barbosa (2012) afirma que a produtividade está totalmente relacionada ao equilíbrio, conceituado pelo autor como a orientação da vida de forma a atender as prioridades profissionais e pessoais, em todas as suas dimensões. Allen (2015) acredita que a prioridade é relativa e deve ser considerada a partir do contexto, tempo e energia pessoal. Dessa forma,

As pessoas com prática emocional bem desenvolvida têm mais probabilidade de se sentirem satisfeitas e de serem eficientes em suas vidas, dominando os hábitos mentais que fomentam sua produtividade; as que não conseguem exercer nenhum controle sobre sua vida emocional travam batalhas internas que sabotam a capacidade de concentração no trabalho e de lucidez de pensamento (GOLEMAN, 2005, p.65-55).

A mudança começa de dentro para fora, individualmente, com paradigmas, caráter e motivos pessoais. As vitórias particulares precedem as públicas (COVEY, 2014). Barbosa (2012) menciona que a identidade precisa ser considerada nos processos de gestão de tempo, para que o indivíduo descubra alguns aspectos fundamentais, como: quem é de verdade, quais as pessoas que importam para ele, o que deseja e qual a sua missão.

Outro aspecto consiste em ater-se ao que se está produzindo, com disponibilidade e atenção, sem se preocupar com ações passadas ou futuras, o que ajuda o indivíduo a se dedicar à tarefa e a se envolver com o momento presente, com atenção e foco (ALLEN, 2015). Barbosa (2012) acredita que é necessário esquecer do tempo e focar no presente e na vida.

Covey (2014) acredita que o grau de proatividade depende de perceber onde o indivíduo concentra seu tempo e sua energia. Diante disso, o autor menciona dois círculos: o da preocupação e o da influência. O primeiro consiste nas situações em que não se pode interferir, enquanto o segundo

refere-se às situações sobre as quais podemos tomar uma atitude. Desse modo, os indivíduos proativos tendem a focar no Círculo de Influência, modificando aquilo que é possível, ao invés de perder energia naquilo que não podem alterar, já que as situações são externas e fogem ao controle do indivíduo.

Por fim, cabe lembrar dos sentimentos e pensamentos prósperos e que inspiram positividade, como a gratidão e a certeza do merecimento, assim como a comemoração e a fascinação por cada conquista alcançada, ajudando a tornar o processo de escrita mais leve e descomplicado. O sistema de recompensa por cada passo cumprido também torna o processo mais tranquilo e exitoso, com a certeza de que avanços estão acontecendo, gerando leveza e naturalidade.

### **3 DAS REFLEXÕES PARA AS PRÁTICAS POSSÍVEIS: MÉTODOS, MODELOS, TÉCNICAS E FERRAMENTAS DE PRODUTIVIDADE COM FOCO EM PESQUISA**

Barbosa (2012) menciona que a produtividade envolve, em primeiro lugar, a metodologia, que ensina um modelo mental baseado em um novo padrão de uso do tempo; logo em seguida vem a ferramenta, que dá suporte à aplicação do método e sustenta o novo modelo; e, por fim, vem a persistência, com muito treinamento do modelo mental, através de práticas de ações constantes até chegar no resultado pretendido.

O autor propõe um modelo que promova o uso da tecnologia de forma inteligente, com conexão em qualquer lugar e integração do sistema de produtividade pessoal através dos diversos meios e dispositivos existentes: agenda de papel, caderno, *tablet*, telefone celular, *internet*, *notebook*, entre outros dispositivos (BARBOSA, 2012).

Assim, o modelo proposto por Barbosa (2012) é o da Tríade do Tempo, no qual há a divisão das atividades em três critérios: importante, urgente e circunstancial, em que nenhum dos aspectos da tríade acontece ao mesmo tempo. Assim, a esfera da importância refere-se às atividades significativas na vida do indivíduo e que geram resultado a curto, médio ou longo prazo. A urgência agrupa as atividades para as quais o tempo é curto ou já está no limite. E a esfera das circunstâncias reúne as tarefas desnecessárias. Cada indivíduo possui uma Tríade do Tempo diferente, podendo ser maior para um lado, a depender de aspectos como idade, maturidade, condição social, cargo, entre outros fatores. O foco da metodologia consiste em conduzir os indivíduos a se dedicarem mais à esfera da importância em detrimento das demais.

Além desse modelo, um dos métodos de produtividade mais conhecidos é o *Getting Things Done* (GTD), criado por Allen (2015) e que possui três objetivos: (1) capturar tudo o que deve ser realizado ou que é útil num sistema lógico e confiável; (2) educar o indivíduo para tomar decisões, com base em um inventário das “próximas ações” a implementar ou negociar no momento certo; e (3) organizar e coordenar todo esse conteúdo, reconhecendo os vários níveis de comprometimento consigo mesmo e com os outros, a qualquer momento.

Allen (2015) destaca que a qualidade de vida dos indivíduos melhorou, em contrapartida, os níveis de estresse aumentaram, pelo excesso de ações e oportunidades proporcionadas e, ao mesmo tempo, as sensações de perda de controle temporal estão presentes de modo que há casos de profissionais que já não administram bem seu tempo (LIMA; JESUS, 2011). Com o método GTD, promete-se um estado de relaxamento e controle ao indivíduo, em todos os níveis e a qualquer momento.

Allen (2015) afirma que o melhor modo de um indivíduo administrar todas as atividades é gerenciando suas ações, definindo as prioridades e fazendo escolhas corretas sobre o que realizar em cada momento. Assim, é preciso definir qual o resultado desejado e quais ações precisa tomar para chegar a ele.

A grande mudança consiste nos procedimentos de extração das ideias mentais e anotação imediata, pois a mente só recorda das pendências em momentos que o indivíduo não consegue fazer nada a respeito, como quando está dormindo ou descansando. Além disso, quando o indivíduo armazena várias ideias na cabeça, tende a não conseguir resolver nenhuma delas, o que promove estresse e insatisfação. Utilizar a memória como agenda deixa o indivíduo ansioso e preocupado, o que acaba sendo prejudicial à produtividade (ALLEN, 2015; BARBOSA, 2012).

Assim, são necessários cinco passos para dominar o fluxo de trabalho e gerenciar uma atividade: (1) capturar, tirando tudo da cabeça e registrar; (2) esclarecer, decidindo o que precisa ser realizado pelo indivíduo, o que pode ser delegado para outra pessoa e o que pode ser adiado para próximas ações; (3) organizar, inserindo cada coisa no seu lugar; (4) refletir, examinando todas as ações definidas e as opções disponíveis, aumentando a eficácia das escolhas; e (5) engajar, decidindo efetivamente quais ações tomar (ALLEN, 2015).

Uma das ideias defendidas por Allen (2015) é a revisão semanal, em razão do turbilhão de atividades nas quais os indivíduos se envolvem e que geram a necessidade de se revisar continuamente o trabalho e as ações desenvolvidas. A revisão semanal ajuda a reagrupar as atividades e aguça o foco nos projetos importantes, consistindo em rever todas as ações para liberar pensamentos e se orientar para a semana seguinte, gerenciando todo o fluxo de trabalho de modo cíclico (ALLEN, 2015).

Allen (2015) enfatiza ainda o poder dos *checklists* ou listas específicas, que devem ser atualizados continuamente, e servem como aliados para melhorar a produtividade pessoal e aliviar a pressão mental, voltados para cada situação, sejam transitórios, criados para uma situação específica, como a escrita de um artigo científico; sejam permanentes, como um plano de exercícios físicos para contribuir com a saúde física e mental.

Outra técnica muito utilizada para focar nas metas é a Técnica Pomodoro, criada por Francesco Cirillo no final de 1980 (CIRILLO, 2019), que consiste na divisão de tarefas em blocos de 25 minutos, com intervalos de cinco minutos e, após concluir quatro blocos, a realização de um intervalo maior, de 15 a 30 minutos. Interessante apontar que, segundo o autor, ele desenvolveu a técnica durante os primeiros anos de faculdade, de acordo com as experiências pessoais para melhorar a sua produtividade nas ações acadêmicas.

Por fim, convém mencionar que independente do método, modelo, técnica ou ferramenta utilizada, é interessante que o profissional/pesquisador de Secretariado compreenda que são apenas elementos facilitadores e que podem ser aperfeiçoados ao longo do tempo. O principal nesse processo é começar a se organizar e construir novos hábitos, para o aumento da produtividade e, em consequência, do desempenho e engajamento do profissional com a pesquisa, já que o perfeccionismo em excesso e a falta de organização contribuem para os mecanismos de atrapalho e adiamento das ações pretendidas.

### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente ensaio teórico se propôs a discutir e a refletir sobre a produtividade da pesquisa secretarial em tempos de crise, tendo como exemplo atual a pandemia provocada pela doença viral Covid-19 e seus desdobramentos, com a discussão da capacidade e a oportunidade de produção e divulgação da pesquisa científica no Secretariado, por meio de estratégias de produtividade. Acreditamos, portanto, que o objetivo foi alcançado, uma vez que reflexões sobre produtividade e hábitos em tempos de crise foram elucidados, apontando, principalmente, para possibilidades de criação de hábitos de produtividade para a pesquisa secretarial em tempos de crise e apresentação de possíveis ferramentas e métodos de auxílio à produtividade para geração e compartilhamento de conteúdo atinente à pesquisa secretarial.

Entendemos que o presente ensaio pode contribuir para o enfrentamento do momento atual, mas não apenas. Como já dito, situações extraordinárias geram hábitos que podem ser adotados de maneira permanente. Logo, entendemos que as sugestões e as ferramentas voltadas à criatividade e ao bem estar dos estudantes e pesquisadores secretariais poderão auxiliá-los daqui para frente, mesmo com o fim da atual pandemia ou com o surgimento de novas crises, afinal problemas e conflitos continuarão a aparecer no pós-pandemia.

Esperamos com esse ensaio gerar uma cultura de empoderamento ao profissional da área secretarial, de modo que continuem com o foco voltado para ação e práticas de pesquisa acontecerem, independente dos métodos e teorias que possam adotar.

Em um esforço conjunto voltado ao desenvolvimento da pesquisa em nossa área, acreditamos contribuir para uma melhor prática profissional e para o avanço de estudos que consigam refletir sobre o fazer e o agir secretarial com qualidade, mesmo em tempos difíceis. Como limitações, assimilamos que nem todos os colegas poderão se apropriar das sugestões aqui apresentadas. Seja pela dinamicidade de seu trabalho, seja por limitações de cunho financeiro e/ou tecnológico, é preciso entender que há muitos universos dentro do Secretariado e que pretender uma universalização de práticas incorreria em erro.

Todavia, e com vistas a superar essas dificuldades, sugerimos que sejam realizados estudos que consigam dimensionar o acesso dos profissionais de Secretariado às tecnologias em momentos de crise, como o

atual. Além disso, levantamentos sobre a empregabilidade e as condições de trabalho oferecidas em situações de isolamento social também se fazem interessantes, de forma a transparecer se há um aumento ou uma diminuição no número de trabalhadores ativos, assim como elucidar as condições oferecidas para o trabalhador em situações de crise, seja com auxílio financeiro para a aquisição de equipamentos, seja com o suporte técnico para a realização de atividades. Como não poderia deixar de ser, é preciso também aprofundar as pesquisas que lidam com o Secretariado Remoto, que tendem a crescer em períodos de afastamento social.

Diante de tudo isso, encerramos este ensaio com a sensação de dever cumprido e com a certeza de que o Secretariado se mostrou, mais uma vez, indispensável enquanto profissão e capaz de se reinventar em situações difíceis, por sua grande adaptabilidade e capacidade de lidar com mudanças.

### REFERÊNCIAS

ALLEN, D. **A arte de fazer acontecer**. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

BARBOSA, C. **A tríade do tempo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019**. 2020. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2020/lei/L13979.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/L13979.htm). Acesso em 29 set. 2020.

CIRILLO, F. **A Técnica Pomodoro**. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

COVEY, S. R. **Os 7 Hábitos das pessoas altamente eficazes**. Rio de Janeiro: Bestseller, 2014.

DUHIGG, C. **O poder do hábito**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

GOLEMAN, D. **Inteligência emocional: A teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

JUSTMAN, Q. Keeping the Wheels of the Scientific Endeavor Turning during the COVID-19 Pandemic. **Cell Systems**, v. 10, n. 4, p. 307, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cels.2020.03.007>

LIMA, M. do C. F.; JESUS, S. B. Administração do Tempo: um estudo sobre a gestão eficaz do tempo como ferramenta para o aumento da produtividade e *Work Life Balance*. **Revista Gesec**, v. 2, n. 2, p. 121-144, maio 2012. Disponível em: <https://revistagesec.org.br/secretariado/article/view/48/109>. Acesso em: 03 out. 2020. doi:<https://doi.org/10.7769/gesec.v2i2.48>.

PINTO, L. B.; PAULA, A. V. de; LOBATO, C. B. de P.; BOAS, A. A. V. Sentidos do Trabalho - Um Estudo Exploratório com Trabalhadores do Polvilho em

Minas Gerais. **Revista Pretexto**, v. 16, n. 4, p. 65-81, 2015. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/pretexto/article/view/2529/artigo%204%20-%204%202015.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

ROSSONI, L. Editorial: Covid-19, Organizações, Trabalho em Casa e Produção Científica. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 19, n. 2, p. 158-168, 2020. Disponível em: <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/3256/1099>. Acesso em: 29 set. 2020. doi:<https://doi.org/10.21529/RECADM.2020ed2>.

SIRGY, M. J.; EFRATY, D.; SIEGEL, P.; LEE, Dong-J. A new measure of quality of work life (QWL) based on need satisfaction and spillover theories. **Social Indicators Research**, v. 55, p. 241-302, 2001. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1010986923468>. Acesso em: 28 set. 2020.

SUŁKOWSKI, Ł. Covid-19 Pandemic; Recession, Virtual Revolution Leading to De-globalization? **Journal of Intercultural Management**, v. 12, n. 1, p. 1-11, 2020.

VIEIRA, Paulo. **O poder da ação: faça sua vida ideal sair do papel**. São Paulo: Editora Gente, 2015.

# **O PROFISSIONAL DE SECRETARIADO EM MEIO AO AVANÇO DA TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**

Elaine Thais da Silva Lima  
Enio Snoeijer  
Juliana Cidrack Freire do Vale  
Elaine Rossi

## O PROFISSIONAL DE SECRETARIADO EM MEIO AO AVANÇO DA TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Elaine Thais da Silva Lima  
Enio Snoeijer  
Juliana Cidrack Freire do Vale  
Elaine Rossi

### 1 INTRODUÇÃO

A existência da subcontratação da mão de obra pelo Estado brasileiro remonta ao séc. XIX, nas iniciativas que garantiam o acesso de migrantes pobres europeus à atividade rural das grandes plantações, de caráter sazonal (DRUCK; SENA; PINTO; ARAÚJO, 2018). O lugar da terceirização no mundo do trabalho, no entanto, obteve novos contornos nas diferentes fases históricas do capitalismo, norteadas pelas racionalidades e modos de produção a ele associados (DRUCK, 2011).

Embora a terceirização tenha suas raízes reconhecidas nas práticas antigas de subcontratação de serviços, os estudos sobre terceirização nas Ciências Sociais se concentram a partir da década de 1990, quando o mundo do trabalho foi fortemente impactado por um processo de reestruturação capitalista apoiado pela hegemonia das finanças (MARCELINO; CAVALCANTE, 2012). A cultura de curto prazo, expressa neste contexto, ultrapassa as fronteiras dos contratos de trabalhos, afetando a trajetória profissional e outras esferas da vida dos trabalhadores (SENNETT, 2015).

A década de 1990, também, deu início a um período de transformações nas políticas de trabalho no campo da Administração Pública brasileira. A Reforma do Estado, iniciada em 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi construída em consonância com políticas neoliberais, cujas premissas remetem a um Estado gerencial, em que a privatização e a terceirização assumem um papel central (DRUCK *et al.*, 2018).

Naquele período, o Decreto 2.271/1997 estabeleceu a possibilidade de execução indireta de “atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade” (BRASIL, 1997). O quadro de serviços passíveis de contratação indireta não contava com a designação dos profissionais do campo secretarial.

Em 2018, esse panorama foi alterado, com a publicação do Decreto 9.507/2018 (BRASIL, 2018b), pela determinação de serviços, cuja execução são preferencialmente objeto de contratação indireta, passou a ser delegada ao Ministro de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e, em posterior reestruturação administrativa, ao Ministro de Estado da Economia. Três meses após a publicação deste Decreto, o “secretariado, incluindo o secretariado executivo” (BRASIL, 2018b, p. 517) integrou o rol de serviços relacionados à contratação indireta pela Portaria nº 443/2018 (BRASIL, 2018c).

Além disso, a terceirização de postos de trabalho, antes ocupados por servidores públicos concursados, passou a ser uma alternativa em órgãos como as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Essa possibilidade é

pontuada por Leal, Moreira, Souza e Rodrigues (2019) e Gomes, Durante, Barros e Pontes (2019), ao considerarem a publicação do Decreto nº 9.262/2018 (BRASIL, 2018a), que trata da extinção de cargos e do veto da abertura de novos concursos públicos para o preenchimento de vagas no campo secretarial no âmbito dessas Instituições. Também, a adesão das IFES à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) precisa ser considerada como uma possível alternativa de ingresso de profissionais de secretariado terceirizados no âmbito dessas Instituições.

Diante deste contexto, neste ensaio visamos refletir sobre a relação entre a terceirização e a precarização do trabalho, frente à atuação do profissional de secretariado nas IFES. Ao apreender que, nesses espaços de trabalho, a terceirização dos serviços secretariais é fruto de regulamentação recente, abordaremos estudos que refletem sobre a trajetória de outras categorias profissionais nas IFES, as quais dialogam com as experiências mais avançadas de terceirização do campo secretarial em órgãos da Administração Pública. Embora nossos argumentos encontrem fundamentação em investigações científicas, dados extraídos de contratos, termos de referência e relatórios foram incorporados ao texto para contextualizar os argumentos defendidos.

Devido a abrangência do tema, nossas reflexões foram direcionadas às mudanças que a terceirização imprime no contexto do trabalho, principalmente, no que se refere ao curto prazo decorrente da natureza dos contratos e às transformações na cultura de organização do trabalho. Entendemos que o debate acerca do mundo do trabalho é fundamental, por um lado, pela responsabilidade que as Instituições de Ensino mantêm com o atendimento de demandas mercadológicas e, por outro, pelo compromisso com a formação de profissionais críticos frente às complexas relações econômicas, sociais e políticas em que exercerão suas profissões.

Após esta contextualização do tema, abordaremos a profissão de secretariado em meio ao fenômeno de terceirização, que avança na Administração Pública. Discutiremos, também, a relação entre terceirização e precarização a partir do curto prazo dos contratos de execução indireta de serviços e das transformações na cultura de organização do trabalho, com base em experiências voltadas a essa modalidade contratual. Por fim, apresentaremos breves considerações e as referências que embasaram nossa investigação.

## **2 OS PROFISSIONAIS DE SECRETARIADO EM MEIO À EXPANSÃO DA TERCEIRIZAÇÃO**

No Brasil, o fomento à terceirização ocorreu no governo militar (1967) na tentativa de frear o crescimento descontrolado da estrutura administrativa do Estado, conforme tratado no Decreto n. 200/1967 (BRASIL, 1967). Neste decreto, por meio do Capítulo III, artigo 10, inciso 1º, a descentralização poderá ocorrer: a) dentro dos quadros da Administração Federal, distinguindo-se claramente o nível de direção do execução; b) da Administração Federal para as unidades federadas, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante

convênio; c) da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões (BRASIL, 1967).

A terceirização é “um fenômeno velho e novo ao mesmo tempo”, afinal esteve presente em diferentes fases históricas do capitalismo; a novidade está na posição de “uma verdadeira epidemia sem controle” que esse fenômeno ocupa no capitalismo flexível (DRUCK *et al.*, 2018, p.115). Nesse contexto, Lima (2010) reflete sobre a terceirização, como fruto da reorganização dos modos de produção decorrentes das mudanças econômicas no movimento capitalista, ao final do século XX. Para o autor, essas transformações marcam a reconfiguração das relações capital-trabalho em que o desenvolvimento das forças produtivas é associado aos avanços tecnológicos e as novas formas de organizar a produção e a força de trabalho.

Essa reconfiguração das relações capital-trabalho é expressa no seguinte conceito de terceirização:

Terceirização é todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta. Ou seja, é a relação onde o trabalho é realizado para uma empresa, mas contratada de maneira imediata por outra. [...] Entre o trabalhador e a atividade que ele desenvolve para o benefício da produção ou do serviço de uma empresa, há outra empresa, cujos recursos provêm da primeira e cujos lucros são auferidos a partir da intermediação de força de trabalho (MARCELINO, 2007, p. 57-58).

A intermediação da força de trabalho, no entanto, reflete na própria ocupação dos trabalhadores. A perspectiva de carreira, associada a uma organização, passou a ser considerada desvantagem para o trabalhador (ANTUNES; DRUCK, 2015). Os autores pontuam que, no caso dos trabalhadores mais qualificados, a permanência em um emprego duradouro é associada à “falta de flexibilidade e motivação para a mudança” (p.21).

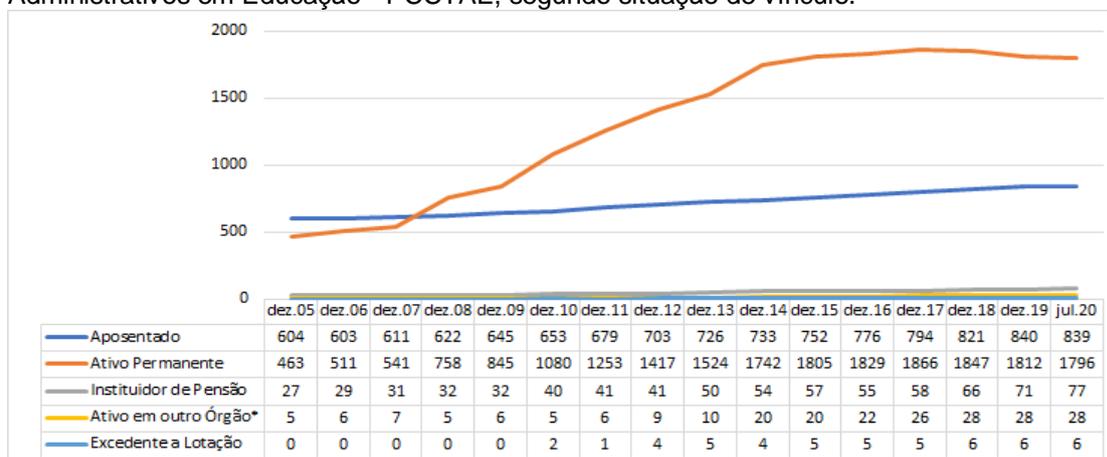
Para Sennett (2015), a ênfase na flexibilidade acarreta um novo significado ao trabalho. Segundo o autor, a carreira, cujo sentido original em língua inglesa vinculava-se às estradas de carruagens, deu espaço ao *job*, termo que em inglês do século XIV se refere à parte de algo maior. A flexibilidade reconstrói as relações de trabalho a partir da perspectiva do *job*. No entanto, essa abordagem acarreta um custo ao trabalhador que, para Sennett (2015), está associado à corrosão do caráter.

Esse cenário aponta a terceirização como um dos indícios de precarização, no qual a instabilidade dos vínculos afeta as narrativas de vida e as expectativas profissionais dos trabalhadores. A própria nomenclatura *terceirizado* passou a ser substantivo de designação, que demarca a racionalidade que fundamenta esses contratos (VASCONCELOS, 2020).

O contexto da profissão do(a) Secretário(a) Executivo(a) nas IFES nos retrata a flexibilidade a que Sennett (2015) se refere, que leva ao debate da racionalidade por trás dessa modalidade contratual, como bem lembrado por Vasconcelos (2020). Introduzido no quadro das IFES em 1987, a partir do enquadramento funcional do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE) e, posteriormente, presente no Plano de Carreiras dos cargos técnico-administrativos em educação (PCCTAE) (SOUSA, 2014; LEAL; SILVA; DALMAU, 2014), o cargo de Secretário(a) Executivo(a)

apresentou um crescimento de servidores ativos no período de dez/2005 a dez/2017, que elevou esse quantitativo de 463 para 1.866 profissionais (GRÁFICO 1).

**Gráfico 1 - Secretário(a)s Executivo(a)s vinculados ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, segundo situação de vínculo.**



Fonte: Dados obtidos do Painel Estatístico de Pessoal (BRASIL, 2020b).

\*Dados registrados sob a nomenclatura "Cedido" em extração de dados anteriores à dez/2017.

Dado que a abertura de concursos para a contratação de Secretário(a)s Executivo(a)s nas IFES foi vedada pelo Decreto nº 9.262/2018 (BRASIL, 2018a) e, posteriormente, os serviços passaram a ser, preferencialmente, objeto de execução indireta (BRASIL, 2018a), a queda no quantitativo de profissionais concursados para esse cargo será acentuada por futuras aposentadorias, exonerações, entre outros. Essa afirmação é reforçada pelo quantitativo de Secretário(a)s Executivo(a)s com situação de vínculo “Ativo Permanente” após dez/2018 (GRÁFICO 1). Esse contexto, nos leva a refletir sobre o futuro dos profissionais de secretariado nessas Instituições, assunto que abordaremos a seguir.

### 3 O SECRETARIADO EXECUTIVO: DIANTE DE UM PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NAS IFES

Percorridos mais de vinte meses da incorporação do secretariado como foco da contratação indireta de serviços, perguntamos-nos: essa modalidade de contratação ocorre atualmente nas IFES? Sob quais condições? Quais os impactos que essa transformação causará na profissão secretarial? Perguntas complexas, para as quais gostaríamos de provocar reflexões iniciais ao abordar o fenômeno de terceirização que avança, embora de forma não homogênea, em diferentes carreiras e organizações.

Em uma investigação no Painel de Preços do Governo Federal, relativa ao período de jan/2019 a jul/2020, foram encontrados dois contratos firmados no âmbito das IFES sob o código de serviço “16578-Secretária”, ambos relacionados à Universidade Federal do Pará (UFPA). Ainda, há o registro de uma licitação promovida pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) para provisão de vagas no Hospital Universitário Maria Aparecida

Pedrossian, vinculado à Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Note-se que nenhum dos registros faz menção à contratação de profissional com formação superior.

Constatada a ocorrência desses registros de licitação no campo secretarial, entendemos como fundamental a retomada dos debates propostos por Gomes *et al.* (2019) e Leal *et al.* (2019) para compreender possíveis impactos do fenômeno da terceirização desta profissão no âmbito das IFES. Para isso, partiremos das relações estabelecidas por Franco, Druck e Selligmann-Silva (2010) e Druck (2011) entre o fenômeno da terceirização e a precarização do trabalho.

Para os autores, a instabilidade de vínculos e intensificação do trabalho, dada as estratégias de gestão, estão entre as diferentes faces e dimensões pelas quais o processo de precarização pode ser reconhecido no trabalho contemporâneo. Com base nessas dimensões, a relação entre terceirização/precarização será aqui pensada em duas perspectivas: o curto prazo dos contratos de execução indireta de serviços e as transformações na cultura de organização do trabalho a que são submetidos os profissionais contratados a partir dessa modalidade.

Embora a execução indireta de serviços secretariais nas IFES brasileiras caracterize uma alternativa recente de contratação, alguns apontamentos podem ser realizados. Os dois contratos firmados pela UFPA, sob a descrição do serviço “16578-Secretária”, tinham como prazo o período de três meses. Segundo a Instituição, “as profissionais não foram contratadas como secretárias, elas apenas desenvolveram atividades auxiliares, ajudando em uma demanda específica, alguns servidores desta unidade” (UFPA, 2020, n.p.).

Já o contrato firmado entre um dos HUs, cujas universidades aderiram à EBSEH, apresenta como objeto a contratação de quinze postos de trabalho para Técnicos em Secretariado. O contrato foi firmado em fev/2020, sendo os profissionais admitidos em mar/2020, com exceção de apenas um trabalhador, cujo mês de contratação é de ago/2018 (HUMAP; UFMS, 2020).

A situação deste trabalhador nos remete aos achados de Druck *et al.* (2018), ao investigar os contratos de serviços de limpeza, vigilância e portaria na Universidade Federal da Bahia. Segundo as autoras, a vigência do curto prazo contratual pode não caracterizar uma relação de curto prazo entre o trabalhador e as organizações envolvidas. Uma das descobertas do estudo foi que a permanência dos trabalhadores após a alteração das empresas intermediadoras é uma prática comum na Instituição. Há um acordo tácito entre contratada e contratante, que resulta no que as autoras intitulam “servidores terceirizados” (p.134).

Formam-se, nesse sentido, subgrupos de trabalhadores (DRUCK; DUTRA; SILVA, 2019), em que os profissionais terceirizados são mais vulneráveis no tangente à instabilidade nas relações contratuais e às garantias trabalhistas. Enquanto o longo prazo nas relações entre trabalhadores e organizações foi uma das características pontuadas por Druck *et al.* (2018) nas profissões com uma cultura de execução indireta de serviços já estabelecida nas IFES, os contratos localizados no Painel de Compras do Governo Federal,

com objeto direcionado ao campo secretarial nas IFES, refletem o caráter introdutório do tema.

Outro aspecto relevante no debate sobre a relação entre o fenômeno da terceirização e a precarização do trabalho é a transformação na cultura de organização do trabalho a que são submetidos os profissionais vinculados à essa modalidade contratual. Ao refletirem sobre a extinção de cargos e vedação da abertura de concurso público para o provimento dos cargos de secretário(a) executivo(a) no âmbito do Poder Executivo Federal, Leal *et al.* (2019) e Gomes *et al.* (2019) descartam a obsolescência desse cargo. Leal *et al.* (2019) pontuam que a justificativa divulgada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (atual Ministério da Economia), na oportunidade, se constituía por argumentos genéricos, que impossibilitam à relação com as estruturas e dinâmicas de trabalhos dos órgãos afetados.

Nesse debate, parece-nos que Gomes *et al.* (2019) retomam uma discussão fundamental pontuada por Camargo, Nascimento, Bühner, Martinelli e Bahls (2015), a compreensão do secretariado como função ao invés de uma profissão, que deprecia o papel desempenhado pelo profissional. Esse entendimento nos parece se confirmar na perspectiva do Ministério da Economia. Em Termo de Referência recente, voltado ao preenchimento dos seguintes postos, são apontados: 557 Técnicos em Secretariado, 50 Secretário(a)s Executivo(a)s, 15 Secretário(a)s Executivo(a)s Bilíngues e 02 Encarregados Gerais no âmbito do próprio Ministério. O órgão afirma que os serviços a serem contratados “destinam-se à realização de atividades auxiliares, instrumentais ou acessórias” (BRASIL, 2020a, p.1).

Ainda, o documento destaca:

As atividades serão exercidas por profissionais devidamente capacitados e registrados para tal e são de cunho estritamente administrativo e compreendem basicamente o auxílio na realização de tarefas cotidianas simplórias (BRASIL, 2020a, p.2)

A relação do Secretariado às atividades acessórias atende às vedações legais impostas pela IN SEGES 05/2017 (BRASIL, 2017), que estabelece em seu Art. 9º as atividades/funções que não serão objeto de execução indireta na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional:

I - atividades que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - as atividades consideradas estratégicas para o órgão ou entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - as funções relacionadas ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

Parágrafo único. As atividades auxiliares, instrumentais ou acessórias às funções e atividades definidas nos incisos do caput podem ser

executadas de forma indireta, sendo vedada a transferência de responsabilidade para realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado (BRASIL, 2017).

Essa manifestação nos leva a refletir sobre os impactos que a terceirização causará no perfil profissional do(a) Secretário(a) Executivo(a). Observamos que as Diretrizes Nacionais Curriculares para o Curso de graduação em Secretariado Executivo (BRASIL, 2005, p.2) prevê, entre as competências do profissional, uma “visão generalista da organização” e a “utilização do raciocínio lógico, crítico e analítico, operando com valores estabelecendo relações formais e causais entre fenômenos e situações organizacionais”.

Na contramão do profissional idealizado pelas Diretrizes, a terceirização está pautada na lógica do trabalho fragmentado. Filgueiras e Cavalcante (2015) nos recordam que a terceirização divide o processo de trabalho, mas a essência do controle produtivo permanece com a organização contratante. Nesse sentido, a atuação profissional está vinculada às duas organizações com as quais o trabalhador se relaciona, ambas imprimem sua marca na identidade do profissional.

Outro aspecto voltado às transformações na cultura do trabalho descrito por Druck (2011) é a intensificação do trabalho, verificada pelo estabelecimento de metas inalcançáveis, aumento em jornadas de trabalho, polivalência, etc. Contexto de precarização do trabalho, que nas palavras de Carvalho (2014), não se refere exclusivamente à precarização da força de trabalho enquanto mercadoria, mas à precarização do ser, no sentido compreendido por Lukács (2013) como o homem que trabalha, para quem o trabalho possui papel fundamental na construção da identidade.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste ensaio fizemos uma reflexão sobre a relação entre a terceirização e a precarização do trabalho, tendo como pano de fundo a atuação do profissional de secretariado nas IFES face ao avanço da terceirização na administração pública federal. Nossas análises foram direcionadas às mudanças que a terceirização imprime no contexto do trabalho, a partir do curto prazo dos contratos de execução indireta de serviços e das transformações na cultura de organização do trabalho.

Uma vez que a abertura de concursos para a contratação de Secretário(a)s Executivo(a)s nas IFES foi vedada pelo Decreto nº 9.262/2018 e que os serviços passaram a ser, preferencialmente, objeto de execução indireta, conforme a Portaria nº 443/2018 (BRASIL, 2018c), essa profissão, que já havia se consolidado no período de dez/2005 a dez/2017, passou a receber um novo significado do trabalho por meio de intermediação, a terceirização, cuja perspectiva de carreira passa a ser considerada desvantajosa ao trabalhador.

Nesse sentido, compreendemos que esse cenário pode apresentar a terceirização como um dos indícios de precarização do secretariado enquanto profissão, em que a intermitência e instabilidade de vínculos empregatícios pode afetar diretamente as expectativas de carreira desses

profissionais, muito embora a execução indireta de serviços secretariais nas IFES brasileiras, nessa modalidade, se caracterize como uma alternativa recente de contratação.

Assim sendo, observamos indícios das premissas expostas nos contratos e registros de licitações encontrados por meio da nossa pesquisa, que demonstra a vulnerabilidade resultante da instabilidade nas relações contratuais e nas garantias trabalhistas frente à vigência de curto prazo do vínculo entre trabalhadores e instituições envolvidas.

Já em relação à transformação na cultura organizacional do trabalho, a que são submetidos os profissionais terceirizados, consideramos que a compreensão das atribuições contidas em Termo de Referência recente, voltado ao preenchimento de postos de trabalho na área secretarial, deprecia o papel desempenhado por esse profissional, frente a compreensão do secretariado como função ao invés de profissão, que corroboram com os estudos aqui retomados.

Portanto, verificamos com essa pesquisa que a terceirização segue no sentido contrário à formação adquirida pelo profissional de secretariado, idealizado pelas Diretrizes Nacionais Curriculares para o curso de graduação em Secretariado Executivo. Além disso, as competências adquiridas na academia passam a ser subutilizadas em função da lógica do mercado de trabalho fragmentado pela terceirização, o que leva à precarização da profissão pela ausência de perspectiva de carreira por esse profissional.

Com base na reflexão da relação entre terceirização e precarização do trabalho exclusivamente pela ótica da duração dos contratos e das transformações na organização do trabalho, entendemos que estudos futuros voltados ao efeito do fenômeno da terceirização na subjetividade do trabalhador e os novos significados que surgem nesse contexto são necessários.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R.; DRUCK, G. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**. Ano XVIII, nº 34, 2015.

BRASIL. Decreto nº 200 de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 fev. 1967. Seção 1, Suplemento, p. 4.

BRASIL. Decreto nº 2.271 de 7 de julho de 1997. Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 jul. 1997. Seção 1, p. 14.293.

BRASIL Ministério da Educação. **Resolução nº 3, de 23 de junho de 2005**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em

Secretariado Executivo e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO (MP). SECRETARIA DE GESTÃO (SEGES). Instrução Normativa nº 5 de 26 de maio de 2017. Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 mai. 2017. Edição 100, Seção 1, p. 90.

BRASIL. Decreto nº 9.262 de 9 de janeiro de 2018. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2018a. Seção 1, p. 5.

BRASIL. Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018. Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 set. 2018b. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Portaria nº 443 de 27 de dezembro de 2018. Estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 dez. 2018c. Seção 1, p. 517.

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Termo de Referência - Processo Administrativo nº 12600.110171/2019-84. Protocolo 03006.012272/2020-42. **Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-Sic)**. Brasília, DF, 2020a.

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Painel Estatístico de Pessoal - PEP**. Brasília, 2020b. Disponível em <https://www.painel.pep.planejamento.gov.br>. Acesso em 22 set. 2020.

CAMARGO, M.; NASCIMENTO, L. BÜHRER, V.; MARTINELLI, G.; BAHLS, T. A evolução da área secretarial às ciências da assessoria. **Revista Expectativa**, Paraná, v. 14, n. 14, 2015.

CARVALHO, A. M. P. A Precarização Estrutural do Trabalho na Civilização do Capital em Crise: o precariado como enigma contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, Número Especial, p. 225-239, julho de 2014.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Cad. CRH [online]**, v.24, n.1, p. 37-57, 2011.

DRUCK, G.; SENA, J.; PINTO, M. M.; ARAÚJO, S. A terceirização no serviço público: particularidades e implicações. In: CAMPOS, A. G. (org.). **Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate**. Brasília: Ipea, 2018.

DRUCK, G. DUTRA, R. SILVA, S. C. A Contrarreforma Neoliberal e a Terceirização: a precarização como regra. **Caderno CRH**. Salvador, vol. 32, n. 86, p.289-305, Maio/Ago. 2019.

FILGUEIRAS, V. A.; CAVALCANTE, S. M. Terceirização: debate conceitual e conjuntura política. **Revista da ABET**, v. 14, n. 1, Janeiro a Junho de 2015.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Rev. bras. Saúde ocup.**, São Paulo, v. 35 n. 122, p. 229-248, 2010.

GOMES, L. A. S.; DURANTE, D. G.; BARROS, C. M. P., PONTES, E. S. Implicações do Decreto 9.262/2018 na Administração Pública Federal e na Profissão de Secretariado Executivo. *In*: ENCONTRO NACIONAL ACADÊMICO DE SECRETARIADO EXECUTIVO, 6, 2019, Minas Gerais. **Anais [...]**. Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa, 2019, p. 1-19.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO MARIA APARECIDA PEDROSSIAN (HUMAP). UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Empregados Terceirizados**. Disponível em: <http://www2.ebserh.gov.br/web/humap-ufms/empregados-terceirizados>. Acesso em 22 set. 2020.

LEAL, F. G.; SILVA, A. C. F.; DALMAU, M. B. L. Análise das Avaliações dos Concursos Públicos Realizados pelas IFES para o Cargo de Secretário-Executivo sob a Ótica da Gestão por Competência. **Revista de Ciências da Administração**, v. 16, n. 40, p. 191-207, dez. 2014.

LEAL, F. G.; MOREIRA, K. D.; SOUZA, S.; RODRIGUES, L. M. A. Para além do discurso dominante: ressignificando as motivações para a supressão do cargo de secretário-executivo nas Instituições Federais de Ensino Superior. *In*: ENCONTRO NACIONAL ACADÊMICO DE SECRETARIADO EXECUTIVO, 6, 2019, Minas Gerais. **Anais [...]**. Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa, 2019, p. 1-10.

LIMA, J. C. A. Terceirização e os Trabalhadores: revisitando algumas questões. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2010, vol. 13, n. 1, pp. 17-26.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. v. II. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARCELINO, P.; CAVALCANTE, S. Por uma definição de Terceirização. **Cad. CRH [online]**, v.25, n.65, p. 331-346, 2012.

MARCELINO, P. Afinal, o que é terceirização? Em busca de ferramentas de análise e de ação política. **Pegada**, v.8, n.2, p.55-70, 2007.

SENETT, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 16ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SOUSA, E. R. **Perfil e realidade laboral do secretário executivo no contexto das universidades públicas federais brasileiras**. 2014. 200 p. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Contratos e Termos de Referência. Protocolo 23480.018710/2020-98 **Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-Sic)**. Brasília, DF, 2020.

VASCONCELOS, Y. L. Alicerces da precarização existencial no mundo do trabalho. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 19, n. 221, p. 66-80, 28 mar. 2020.

# **REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NO CAMPO SECRETARIAL**

Cibele Barsalini Martins  
Juliana Cidrack Freire do Vale  
Stefani de Souza

## REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NO CAMPO SECRETARIAL

Cibele Barsalini Martins  
Juliana Cidrack Freire do Vale  
Stefani de Souza

### 1 INTRODUÇÃO

Vários autores afirmam que a pesquisa no campo secretarial vem crescendo na última década (MARTINS, *et al.*, 2017; DURANTE, 2017; SANCHES; SCHMIDT; DIAS, 2014; SOUZA *et al.*, 2015; TODOROV *et al.*, 2015; MARTINS, *et al.*, 2014) e, com isso, observa-se o surgimento de alguns questionamentos dos indivíduos que são impactados de forma direta ou indiretamente por essa atividade. Assim, neste ensaio discutimos a importância da pesquisa no campo do Secretariado Executivo. A escolha desse tema deu-se principalmente pelos questionamentos dos discentes sobre a importância da pesquisa, algo que consideramos peculiar para estudantes dos cursos de graduação, uma vez que durante a atuação de uma das autoras deste ensaio, em 19 anos como docente no ensino superior, não identificou tal questionamento sobre o assunto em outros cursos de graduação da área de Ciências Sociais Aplicadas e em outras áreas que atuara.

Talvez esses questionamentos se sucederam porque os professores do campo secretarial perceberam que a pesquisa deveria fazer parte da formação dos futuros secretários, ideia defendida por Cantarotti (2016). Nesse sentido, criaram e colocaram em prática iniciativas para discutir esse tema em vários momentos da graduação e não somente no final, quando os estudantes de alguns cursos devem realizar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), momento em que os professores se deparam com estudantes aflitos para desenvolverem uma pesquisa, de forma obrigatória.

Atualmente, percebemos que nos cursos de secretariado executivo há a tendência dos estudantes se envolverem com a pesquisa já nos anos iniciais, em atividades propostas em algumas disciplinas ou pela iniciação científica e, até mesmo, pela iniciativa do estudante em querer participar dos eventos acadêmicos do campo. Esse fato pode ser constatado nos anais de eventos, como no Encontro Nacional de Estudantes de Secretariado (ENESEC) e no Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado (ENASEC). Nesses anais, vários dos artigos completos ou resumos têm como autores ou coautores estudantes da graduação de diversas fases da formação, como exemplos de estudantes que desenvolveram as pesquisas no primeiro ano do curso.

Mas, voltando à problemática desta pesquisa, vemos que ainda é comum que estudantes questionem seus professores ou convidados a ministrarem palestras ou cursos, sobre a importância da pesquisa no secretariado. Alguns são até mais enfáticos ao dizerem que não conseguem visualizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão como relacionadas aos problemas sociais e profissionais atuais. Ou seja, para alguns, o que é colocado em prática nas instituições de ensino, e mais particularmente no curso de secretariado executivo, não é visível a sua aplicabilidade na

sociedade e, até mesmo, não conseguem compreender como a pesquisa pode ajudá-los a entrar e se manterem no mercado de trabalho.

Esse cenário nos fez lembrar de uma pesquisa realizada por Martins *et al* (2010). Na época, os autores atuavam em um curso de secretariado executivo, com turmas em todas as fases, em quatro *campi* de uma universidade particular e a maior parte do corpo docente se mostrava motivada com a quantidade de estudantes matriculados. Porém, com o passar do tempo, foi sentido que alguns estudantes não entendiam a importância de se envolverem nas atividades propostas no curso e pela universidade. Com a divulgação dos resultados da pesquisa, os discentes identificaram como o primeiro ano do curso promovera mudanças significativas em suas vidas, nos âmbitos profissional e pessoal. Com essa constatação, voltaram a ficar motivados, cooperaram na divulgação do curso e de seus benefícios. Esse fato gerou um aumento significativo na quantidade de estudantes, o que pôde ser constatado na pesquisa de Martins *et al.* (2015), quando os autores demonstraram que durante os anos de 2006 a 2011, nesse curso, 1.085 discentes haviam concluído o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Diante da experiência docente e das investigações científicas voltadas à temática, este ensaio visa apresentar uma reflexão sobre a importância da pesquisa secretarial desde a graduação. Essa pesquisa se justifica por considerarmos que o avanço de uma profissão está intimamente relacionado com o desenvolvimento de pesquisas. Esse pensamento coaduna com Nogueira e Oliveira (2013), já que as autoras compreendem que a pesquisa é uma das forças motrizes para o desenvolvimento das profissões e também com as visões de Todorov *et al.*, (2015); Sanches, Schmidt e Dias (2014) e Arruda, Antunes e Santos (2017), ao julgarem que o campo do secretariado busca consolidar as pesquisas. Assim, com o presente ensaio, pretendemos colaborar para a continuidade dessa discussão, como também para se clarear um pouco mais a visão das pessoas sobre a importância da pesquisa no campo secretarial, que, conforme Calazans (2002), as pesquisas geram benefícios acadêmicos, profissionais e pessoais.

Este ensaio está estruturado em quatro seções. Na primeira, composta por esta introdução. Na segunda, temos o referencial teórico, em que discutimos alguns aspectos sobre a importância da pesquisa secretarial. Por fim, apresentamos as considerações transitórias e a lista das referências utilizadas no manuscrito.

## 2 A PESQUISA CIENTÍFICA

A pesquisa está intimamente relacionada à formação do conhecimento e ao processo de inovação e desenvolvimento. Conforme Sanches, Schmidt e Dias (2014); Souza *et al* (2015) e Vigorena *et al.* (2017), tem havido um amplo debate sobre a importância da pesquisa científica nos âmbitos acadêmico, político e mercadológico. Para as autoras, e conforme Schmidt e Sanches (2011), a pesquisa científica fornece contribuições sociais, ao pesquisar, analisar e investigar problemas sociais e, quando propõe soluções acompanhadas de ações efetivas.

No que diz respeito à formação do estudante de secretariado, o desenvolvimento de pesquisas científicas pode contribuir para o desenvolvimento do perfil desejado do egresso. De acordo com as competências requeridas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Secretariado Executivo, o bacharel dessa área deve ter uma postura crítica e reflexiva, bem como uma formação generalista e humanista (BRASIL, 2005).

Para Arruda, Antunes e Santos (2017), o processo de produção do conhecimento pode seguir diferentes direções. Em princípio, divide-se em duas categorias: a pesquisa literária e a pesquisa empírica. A primeira produzida pela investigação e compilação dos dados e conhecimentos disponíveis na literatura científica. A segunda, caracteriza-se pela obtenção de dados e pela realização de análises de acompanhamento dos dados obtidos.

Quanto à abordagem, têm-se as pesquisas qualitativa e a quantitativa. A primeira é utilizada quando pretende-se compreender uma experiência específica, para isso, observa-se o indivíduo ou o fenômeno no ambiente natural e, a segunda, aplica-se quando se buscam generalizações sobre um fenômeno, por meio de amostras representativas. Observa-se, porém, que uma abordagem não exclui a outra, pelo contrário, elas podem se complementar - abordagem mista - e gerar resultados mais completos sobre o que foi pesquisado (GODOY, 1995; CRESWELL, 2007 e VIGORENA *et al.*, 2017).

Embora os métodos quantitativos e qualitativos possuam entre suas características os esforços para descobrir novas informações ou novas relações, bem como verificar e expandir o conhecimento existente, o caminho a ser percorrido em cada um deles é distinto, o que pode ser observado, por exemplo, por meio das diferentes técnicas de coletas de dados. Para Arruda *et al.* (2017), os dois métodos servem ao propósito de ampliar o fluxo de conhecimentos na área secretarial e já é uma exigência aos secretários envolvidos com a academia conhecer os tipos de pesquisas, métodos e técnicas. Para Vigorena *et al.* (2017), os pesquisadores do campo secretarial necessitam aprimorar seus métodos de pesquisas. Nascimento (2017) constatou fragilidades em alguns trabalhos publicados em três eventos acadêmicos de secretariado, no que diz respeito aos procedimentos adotados e outros pontos na estruturação, os quais o considerou como “um quadro bastante preocupante” (p. 199).

Vale destacar que essas definições servem para todas as áreas e campos de conhecimento. Nesse ensaio em específico, trata do campo secretarial, em que a pesquisa está em processo de consolidação. E, nesse sentido, na próxima seção, é discutida a importância da pesquisa nesse campo.

### 3 APONTAMENTOS ACERCA DA PESQUISA NO CAMPO SECRETARIAL

Para Martins *et al.*, (2017); Souza *et al.*, (2015); Sanches, Schmidt e Dias (2014) e Martins *et al.* (2014), a pesquisa no secretariado executivo ainda é recente e a maioria das atividades desenvolvidas para esse fim iniciou no final da década de 2000, ou seja, há aproximadamente 12 anos, com iniciativas

vindas de todas as regiões do Brasil. Tem-se, como exemplo, composições de grupos de pesquisas, criações e publicações de novas revistas científicas, realizações de eventos acadêmicos, publicações de artigos, livros e, principalmente, o envolvimento de estudantes da graduação nessas atividades. Observou-se, ainda, o aumento da busca de continuidade da formação em cursos *lato* e *stricto sensu*, com o foco no desenvolvimento de pesquisas sobre o campo secretarial. Antes disso, grande parte das publicações do campo secretarial era de livros e manuais técnicos, com poucas produções científicas (MARTINS *et al.*, 2017).

Barros e Silva (2017) afirmam que o Secretariado Executivo não se manteve à margem das mudanças do ensino superior nacional e que esse posicionamento é decorrente não só da participação desse profissional no âmbito organizacional, mas, sobretudo, pelo fomento de pesquisas que suscitam questões cruciais que contribuem com a consolidação do Secretariado como área de conhecimento.

Destacamos que o secretariado deseja ser reconhecido como área de conhecimento e que já aconteceram várias iniciativas para conquistar esse objetivo, mas, até o momento, este não fora atingido. Dentre essas iniciativas, a mais recente foi promovida, em meados do ano corrente (2020), pela Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC), com apoio da comunidade acadêmica e dos órgãos representantes da profissão, com solicitações aos órgãos de fomento, junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para inclusão do campo secretarial nas tabelas das área de conhecimento/avaliação. Tal iniciativa foi motivada com a publicação da Portaria nº 71/2020, que constituiu uma comissão especial, com a finalidade de propor e atualizar a classificação das áreas de conhecimentos (BRASIL, 2020), mas, até a elaboração deste ensaio esses órgãos não responderam às solicitações.

Esse reconhecimento pode trazer várias contribuições para o desenvolvimento do campo secretarial, como exemplo, a criação de programas *stricto sensu* em secretariado, pois, conforme Piccoli *et al* (2016), o secretariado sofre perdas com a ausência dos programas *stricto sensu* para o aprofundamento das pesquisas secretariais. Rossi, Martins e Moreira (2017) observaram que os egressos dos cursos de secretariado enfrentam uma barreira para encontrar linhas de pesquisas compatíveis com o campo secretarial, como também, em encontrar professores que aceitem orientar trabalhos sobre o secretariado. Mesmo assim, já existem iniciativas com esse objetivo, como as Análises de Propostas de Cursos Novos (APCN), realizadas pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), o que também amplia a possibilidade de conseguir fomento para as atividades de pesquisas.

O exposto reforça a nossa percepção da necessidade de continuidade das discussões sobre a importância da pesquisa no campo secretarial. E, pelo foco da proposta desse ensaio, citamos os pensamentos de Calazans (2002), quando destaca que por meio do desenvolvimento de pesquisas, os benefícios gerados são acadêmicos, profissionais e pessoais e de Baptista (2009), ao afirmar que a formação de um sujeito crítico e autônomo, que consegue fazer

relações e compreender que os fatos cotidianos estão relacionados ao desenvolvimento do conhecimento. Já segundo as pesquisas de Carminatti e Scopinho (2011); Nascimento e Cardoso (2014); Souza *et al.* (2015) e Galindo *et al.* (2018), a atividade de pesquisa é uma condição necessária para a ampliação da capacidade de trabalho de qualquer profissional, pois, pode ser caracterizada pela ampliação do referencial teórico-empírico para os indivíduos.

Nogueira e Oliveira (2013) evidenciaram que uma das principais características da pesquisa científica é o desenvolvimento do conhecimento, que por consequência também gera evolução de uma profissão. Enquanto que para Muller e Sanches (2014), a pesquisa também se caracteriza como uma das formas de difusão da visibilidade dos profissionais foco das pesquisas. Os autores também alegam que dentro do campo do secretariado executivo, a pesquisa científica deve se fazer presente, para contribuir com a criação de novos saberes sobre o campo, e complementar os saberes já existentes sobre a profissão e suas inúmeras formas de atuação. Quanto à visibilidade, os autores Todorov *et al.* (2015) realizaram uma pesquisa para demonstrar como uma revista científica fornece subsídios para a manutenção de um curso de bacharelado como o secretariado executivo.

Ademais, Souza *et al.* (2015) destacaram que a pesquisa atinge diretamente a formação dos alunos e as atividades docentes, pois, quando o docente consegue integrar seu ensino à pesquisa e à extensão, ele se mantém atualizado e conectado às mudanças recentes trazidas pelo conhecimento. Nesse sentido, viabiliza a atualização dos temas propostos nos planos de ensino e das práticas na formação dos futuros profissionais, já que as pesquisas fortalecem o tripé ensino, pesquisa e extensão e, conseqüentemente, contribuem para a sustentabilidade da profissão e da carreira profissional, com o desenvolvimento do conhecimento que é colocado à disposição para a transformação e avanço da sociedade.

Tem-se também a afirmação de Nascimento e Fialho (2016), de que não é possível desassociar a pesquisa secretarial das práticas secretariais ou atuação dos profissionais, pois, o processo de conceituação do campo de secretariado tem origem na atuação profissional e Pinho (2017) defende que é por intermédio das pesquisas que os sujeitos estabelecem diferentes relações com o conhecimento. Mas, para Oliveira e Durante (2016), para se implantar a cultura de desenvolvimento de pesquisas no secretariado, é preciso envolver os estudantes, uma vez que o discente que desenvolve pesquisa durante a graduação, desenvolve habilidades distintas e continua pesquisando nos níveis posteriores à graduação. Na pesquisa citada, as autoras verificaram se nas matrizes curriculares dos cursos de secretariado executivos existiam disciplinas voltadas para as pesquisas e constataram que na maioria dos cursos existem pelo menos uma disciplina para esse fim.

Com o apresentado, verificamos que a pesquisa desempenha um papel fundamental na formação do campo de conhecimento, na formação e atuação de profissionais, que podem atuar em diferentes setores da sociedade, pois, é por meio dela que são desenvolvidos novos conhecimentos, que podem contribuir para o desempenho profissional, a evolução da profissão e a sua valorização. Para Sabino e Marchelli (2009), a atuação do profissional de

secretariado executivo fundamenta-se na ciência administrativa, para esses autores, durante o desempenho profissional são aplicadas várias teorias simultâneas e geram a interdisciplinaridade e a interação de conhecimentos múltiplos.

Em resumo, as contribuições da pesquisas podem ser acadêmicas, profissionais, pessoais, para a formação de um sujeito crítico e autônomo, expandir a capacidade de trabalho de qualquer profissional, ampliar o quadro teórico-empírico, no desenvolvimento do conhecimento, na evolução de uma profissão, na difusão, visibilidade, a complementar os saberes já existentes e a estabelecer diferentes relações com o conhecimento. Ainda, complementamos que, as pesquisas capacitam os profissionais em sua atuação profissional, uma vez que, para desenvolvê-las, os pesquisadores aprendem a consultar fontes seguras, o que evita, ou pelo menos diminui, as possibilidades de emissão de opiniões sem conhecimento prévio sobre o assunto e como consequência podem aumentar as probabilidades de conquistar a confiança dos indivíduos que eles se relacionam.

#### **4 CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS**

O campo de atuação secretarial é amplo e ainda necessita de mais respostas. Há temas de interesse que merecem ser explorados em maior profundidade, tanto na área acadêmica, quanto no ambiente corporativo. Assim, neste ensaio optamos por identificar alguns aspectos sobre a importância da pesquisa secretarial, uma vez que não há a pretensão de esgotar o tema, mas sim de contribuir com essas discussões.

Pelas reflexões apresentadas concluímos que as pesquisas contribuem sobremaneira com os indivíduos, os profissionais, as profissões, as organizações e com o desenvolvimento das nações. Também constatamos que ainda há muito trabalho pela frente, com vários assuntos a serem explorados com mais profundidade e com pesquisas teóricas, empíricas, qualitativas, quantitativas ou mistas, pois, o campo secretarial, mesmo com o aumento das pesquisas nos últimos anos, está longe de esgotar qualquer assunto relacionado a ele. Tal constatação alinha-se aos pensamentos de Souza *et al.* (2015) e Arruda, Antunes e Santos (2017).

Mas, especificamente sobre as indagações dos estudantes da graduação em Secretariado Executivo sobre a importância da pesquisa no campo secretarial, tomamos a liberdade de responder que ela irá contribuir para que a formação seja mais ampla e ao mesmo tempo profunda, uma vez que os “achados” das pesquisas podem oferecer o suporte necessário para uma atuação crítica e reflexiva, com a capacidade de criar suas próprias concepções teóricas de forma autônoma, flexível e emancipadora.

Também serão capazes de criar objetivos palpáveis de serem alcançados, com avaliações e planejamentos dos caminhos mais apropriados para atingi-los, sejam eles acadêmicos, profissionais ou pessoais, além de conseguirem enxergar as relações entre a teoria e a prática. Quanto a essas relações, deixamos um exemplo importante, porém básico, para uma boa atuação do profissional, que é a necessidade de saber identificar como a estrutura organizacional funciona, suas diretrizes organizacionais e, assim,

analisar qual é a melhor forma de atuação. Para isso, terão que resgatar assuntos tratados nas disciplinas, nas atividades de pesquisas e de extensão, os temas relacionados à Gestão Secretarial, Organização de Sistemas e Métodos, Administração, entre outros.

Para saber mais sobre isso, recomendamos a leitura do artigo de Nascimento e Cardoso (2014) que traz apontamentos sobre a “Teoria e prática em secretariado: a importância da administração para o diagnóstico de atividades acadêmico-profissionais sob as perspectivas de discentes da UEPA” e também “O aprendizado teórico-prático e a segurança na aplicação de conhecimento acadêmico-profissionais em secretariado” de Galindo *et al.* (2018).

Por fim, em se tratando este trabalho de um ensaio teórico, conseqüentemente as proposições apresentadas não foram testadas empiricamente. Porém, o que poderia ser considerado como uma limitação, pode servir como *insight* para compor uma agenda para pesquisas futuras sobre a importância da pesquisa secretarial desde a graduação. Sugere-se, assim, a coleta de dados empírica com estudantes de graduação de secretariado de diferentes instituições de ensino, ou seja, de cursos com currículos distintos, que incentivem a pesquisa em diferentes níveis e fases, para conhecer as suas percepções sobre a importância da pesquisa. Também é desejável que futuras investigações explorem o fenômeno por meio do olhar dos coordenadores, colegiados e Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) desses cursos de secretariado, que são os responsáveis pela estruturação dos currículos.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, A. S.; ANTUNES C. K. S; SANTOS, V. B. A pesquisa científica como ferramenta de (re)construção do Secretariado Executivo: opções metodológicas e fenômenos da complexa realidade secretarial. In: ANDRADE, C. K. S.; Nascimento; E. P. do. (Org.). **O conhecimento científico em Secretariado: reflexões sobre a produção acadêmica da área secretarial**. 1. ed. João Pessoa: Ideia Editora, 2017, p. 11-67.

BAPTISTA, M. A. O. **Formação do senso crítico no ensino superior: perspectivas em um curso de Pedagogia**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2009. Disponível em: [http://bdtd.unoeste.br:8080/tede/bitstream/tede/847/1/Dissertacao\\_MariaAlessandra\\_2012\\_PUBLICAR.pdf](http://bdtd.unoeste.br:8080/tede/bitstream/tede/847/1/Dissertacao_MariaAlessandra_2012_PUBLICAR.pdf). Acesso em 05 set 2020.

BARROS, C. M. P.; SILVA, J. S. A contribuição dos trabalhos de conclusão de cursos para o desenvolvimento da pesquisa científica em secretariado executivo. In: ANDRADE, C. K. S.; Nascimento; E. P. (Org.). **O Conhecimento científico em Secretariado: reflexões sobre a produção acadêmica da área secretarial**. 1. ed. João Pessoa: Ideia Editora, 2017, p. 245-286.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 3, de 23 de junho de 2005**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em

Secretariado Executivo e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação, CAPES. **Portaria nº 71, de 10 de junho de 2020**. Cria a comissão especial destinada a propor e atualizar a classificação de áreas de avaliação no âmbito da CAPES e seus objetivos e competências. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-71-de-10-de-junho-de-2020-261701008>. Acesso em 05 de set. 2020.

CALAZANS, J. (Org.). **Iniciação científica: construindo o pensamento crítico**. São Paulo: Cortez, 2002.

CANTAROTTI, A. Formação, mercado de trabalho e pesquisa científica em secretariado: por onde começamos? In: DURANTE, D. G.; MARTINS, C. B.; CANTAROTTI, A. (Org.). **Pesquisa em Secretariado: reflexões acerca da construção do conhecimento**. Fortaleza: Edições UFC, 2016, p. 41-68.

CARMINATTI, M.; SCOPINHO, R. A. Estudos científicos na área de secretariado. **Revista das Faculdades Integradas Claretianas**, v. 4, n. 4, p. 136-148, 2011.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto**. Tradução de Luciana de O. da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DURANTE, D. G. Produção científica em secretariado executivo: características e relevância dos trabalhos publicados no encontro nacional acadêmico de secretariado. In: Antunes, C.; Nascimento, E. **O conhecimento científico em Secretariado**. João Pessoa: Ideia Editora, 2017, p. 202-244.

GALINDO, A. G.; SOUZA, E. C. P.; MARTINS, C. B.; CORRÊA, L. C. S. O aprendizado teórico-prático e a segurança na aplicação de conhecimentos acadêmico-profissionais em secretariado. **Revista Expectativa**, v.17, n.1, jan./jun., p. 78-107, 2018.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, FGV, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr, 1995.

MARTINS, C. B.; GENGHINI, L. A.; VICENTE, I.; TERRA, P. M. M. Prováveis influências do primeiro ano do curso de secretariado executivo bilíngue no cotidiano dos estudantes. **Revista de Gestão e Secretariado**. São Paulo, v. 1, nº 2, p. 53-77, 2010.

MARTINS, C. B. *et al.* Retrato dos periódicos científicos de Secretariado no Brasil. **Eccos Revista Científica**. São Paulo, n. 34, p. 63-83, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71532890004>. Acesso em: 06 set. 2020.

MARTINS, C. B.; TERRA, P. M. M.; KIEHN, M.; KNISS, C. T. Formação em

consultoria organizacional: uma análise prática. **Revista Capital Científico**. v. 13, n. 3, 2015.

MARTINS, C.; B, LEAL. F. G.; SOUZA. E. C. P.; TODOROV, M. C. A. A busca da cientificidade do Secretariado no contexto brasileiro: aspectos históricos e contemporâneos. **Revista Gestão em Análise**, Fortaleza, v. 6, n. 1/2, p. 270-286, 2017.

MULLER, R.; SANCHES, F. C. Pesquisa acadêmica em Secretariado Executivo: um estudo de caso na Revista Expectativa. **Revista Expectativa**, v. 13, n. 1, 2014. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/10149>. Acesso em 06 set. 2020.

NASCIMENTO, E. P. A produção científica em eventos acadêmicos de Secretariado Executivo. In: ANDRADE, C. K. S.; Nascimento; E. P. (Org.). **O conhecimento científico em Secretariado**: reflexões sobre a produção acadêmica da área secretarial. 1. ed. João Pessoa: Ideia Editora, 2017, p.173-244.

NASCIMENTO, M. I. B.; CARDOSO, A. J. G. Teoria e prática em secretariado: a importância da administração no diagnóstico de atividades acadêmico-profissionais sob a perspectiva de discentes da Universidade do Estado do Pará. **Revista Expectativa**. v. 13, n. 1, p. 68-88, 2014.

NASCIMENTO, M, I, B.; FIALHO, R. O. B. Reflexões construtivistas sobre a construção do conhecimento em secretariado executivo. In: DURANTE. D. G; MARTINS, C. B.; CANTAROTTI, A. (Org.). **Pesquisa em Secretariado**: reflexões acerca da construção do conhecimento. Fortaleza, Edições UFC, 2016, p. 9-39.

NOGUEIRA, R. M. C. D. P. A; OLIVEIRA, J. S. F. Profissionalismo e secretariado: história da consolidação da profissão. **Revista de Gestão e Secretariado - GeSec**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 01-24, 2013.

OLIVEIRA, N. V.; DURANTE, D G. Os cursos de secretariado executivo incentivam a pesquisa? In: DURANTE. D. G; MARTINS, C. B.; CANTAROTTI, A. (Org.). **Pesquisa em Secretariado**: reflexões acerca da construção do conhecimento. Fortaleza, Edições UFC, 2016, p. 69-96.

PICCOLI, A. L.; GONÇALVES, J. F. T; SOARES, S. V.; MARTINS, C. B. Secretariado executivo e a pesquisa acadêmica: uma análise sobre a necessidade da criação de cursos *stricto sensu*. In: DURANTE. D. G;

PINHO, M. J. Ciência e ensino: contribuições da iniciação científica na educação superior. **Avaliação**, v. 22, nº 3, p. 658-675, 2017.

ROSSI, E; MARTINS, C. B.; MOREIRA, K. D. Representatividade do secretariado em programas de pós-graduação *stricto sensu* por meio do

mapeamento de teses e dissertações. **Revista Expectativa**, v. 16, nº 2, p. 120-143, 2017.

SABINO, R. F.; MARCELLHI, P. S. O debate teórico-metodológico no campo do secretariado: pluralismos e singularidades. **Cadernos Ebape.BR**. Rio de Janeiro, v. 7, nº BR, nº 4, p. 612-621, 2009.

SANCHES, F.; SCHMIDT, C., DIAS, A. Os avanços da pesquisa em secretariado executivo: uma análise dos periódicos científicos nacionais. **Revista Capital Científico**, v. 12, nº 4, 1-16, 2014.

SCHMIDT, C.; SANCHES, F. Editorial. **Revista Expectativa**. Toledo, v. 10, n. 1 p. 7-8, 2011.

SOUZA, E. C. P.; BARBOSA, J. M.; CORRÊA, L. C. S.; MARTINS, C. B. A importância da pesquisa científica sob a ótica de discentes de secretariado executivo: antigos dilemas, novos olhares. **Revista Capital Científico**. v. 13, n. 3, p 61-75, 2015.

TODOROV, M. C. A.; KNISS, C. T.; SILVA, A. O. MARTINS, C. B. Análise da implementação de um periódico científico conforme a área de conhecimento da comunicação do PMBOK. **Revista Competitividade e Sustentabilidade É ComSus**, Paraná, v. 2, n. 1, p. 110-118, 2015.

VIGORENA, D. A. L.; KNIE, D. C.; BATTISTI, P. S. S.; DENUZI. V. S. S. Contribuição para o tratamento estatístico de dados em pesquisas na área de secretariado executivo. In: ANDRADE, C. K. S.; Nascimento; E. P. (Org.). **O Conhecimento científico em Secretariado**: reflexões sobre a produção acadêmica da área secretarial. 1. ed. João Pessoa: Ideia Editora, 2017, p. 68-107.

**UM NOVO TRATADO SOBRE A FORMAÇÃO  
SECRETARIAL: PARA UM  
DESENVOLVIMENTO INTERDISCIPLINAR E  
POLITÉCNICO**

Jefferson Sampaio de Moura

## UM NOVO TRATADO SOBRE A FORMAÇÃO SECRETARIAL: PARA UM DESENVOLVIMENTO INTERDISCIPLINAR E POLITÉCNICO

Jefferson Sampaio de Moura

### 1 INTRODUÇÃO

No Brasil temos três níveis de formação em secretariado: o Técnico em Secretariado, o Curso Superior de Tecnologia em Secretariado e o Bacharelado em Secretariado Executivo. Ainda que a Lei de Regulamentação nº 7377/1985 não comente sobre a formação tecnológica, aquela realizada em cursos superiores de tecnologia, é possível inseri-la no contexto legal, uma vez que a legislação não especifica a modalidade de curso superior que habilita para o secretariado executivo. Tais formações se dão de acordo com uma série de normativas, como a lei supracitada, o Código de Ética da Profissão, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e o perfil estabelecido nos Catálogos Nacionais de Cursos Superiores de Tecnologia e de Cursos Técnicos.

De acordo com isso, o objetivo da presente análise é de propiciar uma reflexão acerca da formação secretarial, com foco na formação politécnica e interdisciplinar, uma educação para o trabalho que forma em aspectos além dele, com foco no desenvolvimento integral do sujeito e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos tenham o direito de ter uma vida digna de ser vivida (MACHADO, 1989; FRIGOTTO, 2012; FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012). Em consonância, busca-se responder a problemática relacionada à que medida é possível pensarmos em uma formação secretarial para além da visão funcionalista, abrangendo os aspectos sociais, históricos e culturais por trás da atuação.

A pesquisa justifica-se ao suscitar um debate importante para a compreensão dos limites e demandas da formação em secretariado, por uma via funcionalista (LEAL; SANTOS; MORAES, 2017), relacionada às práticas rotineiras e funcionais da atuação secretarial, ao observarmos as funções desempenhadas e demandadas para esse profissional pelo mundo do trabalho; e humanitária, pensando em uma análise que surja da autocompreensão do sujeito secretário como estratégia de colocação e formação especializada, bem como o desenvolvimento de um perfil crítico, de modo a potencializar a sua atuação por meio da inovação, superação dos cenários de violência e violação de direitos e realização profissional. A análise não pretende apresentar ou propor elos de aproximação e pontos de distanciamento entre as duas vias, mas sim uma análise articulando-as à prática e formação em secretariado.

O presente ensaio é construído em duas fases de análise, a primeira está relacionada à reflexão das normas que orientam a formação secretarial e a teoria interdisciplinar secretarial enquanto instrumento de formação; e a segunda sobre a observância dos preceitos da formação crítica secretarial, onde serão trabalhos os conceitos de *práxis* e politecnicidade. Após as fases de análise, é realizada uma síntese, para fins de conclusão e orientações finais.

## 2 PRIMEIRA FASE DE ANÁLISE É POR UMA TEORIA INTERDISCIPLINAR QUE ORIENTE A FORMAÇÃO

O argumento de que o cerne da atuação da(o) secretária(o) está na assessoria é constante nos textos da área, sejam os que trabalham aspectos teóricos, quanto os aplicados que direcionam para a compreensão de competências específicas desses profissionais. A partir desse argumento, foram estabelecidos os perfis desejáveis para os egressos dos cursos de formação em secretariado, dispostos na Lei de Regulamentação da Profissão, nº 7.377/1985 (BRASIL, 1985); no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, para o curso Superior de Tecnologia em Secretariado; no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, para o Técnico em Secretariado; e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) estabelecidas para os cursos de bacharelado em Secretariado Executivo. Pelo fato dos cursos de bacharelado terem uma tradição histórica, vista a criação do primeiro curso desta modalidade em 1970 (SABINO, 2017), observemos, em especial, o perfil apresentado em suas DCNs (BRASIL, 2005):

I - capacidade de articulação de acordo com os níveis de competências fixadas pelas organizações; II - visão generalista da organização e das peculiares relações hierárquicas e inter-setoriais; III - exercício de funções gerenciais, com sólido domínio sobre planejamento, organização, controle e direção; IV - utilização do raciocínio lógico, crítico e analítico, operando com valores e estabelecendo relações formais e causais entre fenômenos e situações organizacionais; V - habilidade de lidar com modelos inovadores de gestão; VI - domínio dos recursos de expressão e de comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou inter-grupais; VII - receptividade e liderança para o trabalho em equipe, na busca da sinergia; VIII - adoção de meios alternativos relacionados com a melhoria da qualidade e da produtividade dos serviços, identificando necessidades e equacionando soluções; IX - gerenciamento de informações, assegurando uniformidade e referencial para diferentes usuários; X - gestão e assessoria administrativa com base em objetivos e metas departamentais e empresariais; XI - capacidade de maximização e otimização dos recursos tecnológicos; XII - eficaz utilização de técnicas secretariais, com renovadas tecnologias, imprimindo segurança, credibilidade e fidelidade no fluxo de informações; e XIII - iniciativa, criatividade, determinação, vontade de aprender, abertura às mudanças, consciência das implicações e responsabilidades éticas do seu exercício profissional.

Observa-se nas DCNs dos cursos de bacharelado, uma relação estreita entre as práticas que os profissionais de secretariado devem dominar após sua formatura e, ainda que indiretamente, as práticas de outras áreas do conhecimento que perpassam a formação profissional em secretariado, como por exemplo linguística, psicologia, administração, gestão da informação e relações públicas. Essa articulação interdisciplinar dá o tom da formação e do

fazer secretarial e lhe garante aspectos multi-identitários, perpassando todo o campo teórico da área.

Alguns teóricos defendem a delimitação e o estabelecimento de uma epistemologia própria da profissão (HOELLER, 2006; NONATO JUNIOR, 2009), já outros advogam na defesa de que o campo teórico secretarial é de caráter interdisciplinar (SABINO; MARCHELLI, 2009; NASCIMENTO, 2012; DURANTE, 2012. Na presente pesquisa, defende-se a interdisciplinaridade da formação secretarial, percebida como a plena articulação dos conteúdos específicos que formam e estabelecem uma formação com visão global para os estudantes de secretariado.

O processo de teorização das práticas secretariais, respeitando a interdisciplinaridade da área, rompe a ideia de perfil único possível em secretariado e a compreensão superficial das técnicas adotadas pelo profissional em seu cotidiano. Passa-se a pensar em campos e áreas possíveis para a atuação secretarial, já que esse caráter garante o desenvolvimento de habilidades e aquisição de conhecimento de diversas áreas do conhecimento.

Ao refletir sobre campos e possibilidades, esse processo possibilita teoria aplicada para o desenvolvimento de **nível técnico**, ao apresentar os processos e sistemas relacionados às práticas rotineiras; e **humano-social**, ao permitir ao estudante a identificação de postos de trabalho que melhor se adequam ao seu perfil, questionando estruturas que violam direitos e/ou estabelecem relações violentas dentro do local de trabalho, rompendo assim os processos de alienação do sujeito trabalhador.

Ao romper essa alienação do sujeito trabalhador, compreendida aqui como a formação profissional que não possibilita ao sujeito a compreensão das relações de trabalho e sociais que perpassam a sua atuação e influenciam no seu bem-estar e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, bem como de uma vida digna para todos, rompendo estruturas violentas, a exclusão social e a violação de direitos humanos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, é possível estabelecer relações mais saudáveis para os profissionais de secretariado, evitando demissões, frustrações e doenças psíquicas.

### **3 SEGUNDA FASE DE ANÁLISE É UMA FORMAÇÃO CRÍTICA EM SECRETARIADO PARA ALÉM DA TÉCNICA**

O campo de atuação secretarial é amplo, sendo que a assessoria administrativa pode ser ofertada a qualquer empresa que apresenta demandas administrativas. O profissional com formação pode atuar tanto em multinacionais como em escritórios de pequeno porte, sendo este o diferencial competitivo da área na era da hiperespecialização (MORIN, 2006). A formação em secretariado pode possibilitar a construção de um profissional global, capaz de atuar como secretária(o) em qualquer empresa, de qualquer ramo.

Com base nesse pressuposto, a adaptabilidade passa a ser uma habilidade básica deste profissional, entendida neste trabalho como a capacidade do sujeito em se adequar às mudanças demandadas a ele. Essa adaptabilidade, quando não trabalhada de modo crítico, pode causar a alienação do sujeito, que se permite ser violentado e descaracterizado com base em um discurso hegemônico que estabelece um perfil padrão de atuação.

Essa alienação do sujeito pode ocorrer tanto na formação como na prática profissional dentro das organizações. Na realidade, a primeira interfere diretamente na segunda. Quando há o incentivo à desapropriação identitária do estudante de secretariado em prol da construção do perfil que é desejado pelo mercado de trabalho, isso naturaliza a ideia da descaracterização como algo positivo e necessário. “Quem vive sob este modelo de educação não ‘recebe educação’, verdadeiramente, ‘padece educação’” (BITTAR, 2007, p. 321).

Constituiu-se, ocultamente, um *lócus* específico para esse profissional, geralmente relacionado à assessoria executiva formal de alta gestão, e com base nele o ensino é padronizado com as demandas de mercado relacionadas tão somente a ele. Esse enviesamento do perfil é percebido em diversos livros da área, que se postulam em formato de manual (DURANTE; SANTOS, 2010). Isso é tão notório que o professor Marco Aurélio Nunes de Barros, ao prefaciar o livro Guia do Secretariado – Técnicas e Comportamento, de Denize Rachel Veiga, sinaliza uma preocupação sua em relação ao entendimento da obra pelo público: “confundi-lo com um simples manual seria o erro mais primário que se poderia cometer” (VEIGA, 2007, p. 14). Poderíamos tecer uma série de análises sobre o que este discurso transmite, mas deixemos isso para uma outra oportunidade.

É na formação que se baseia tão somente na padronização e adaptação ao mercado que se fertiliza o discurso da resiliência, adaptabilidade e inteligência emocional como ferramentas necessárias para o exercício secretarial. Ora, são mesmo, já que o processo de formação parte da demanda, não do perfil identitário do estudante. Vale dizer que esta pesquisa não anula o caráter funcional da profissão, mas parte da ideia de que a reflexão teórica das questões que constituem o ramo de atuação secretarial ultrapassa os parâmetros objetivos e imediatistas.

A formação em secretariado necessita de ofertar ferramentas que possibilitam a(o) estudante e, futuramente a(o) profissional de secretariado, refletir de modo crítico a sua prática. Pensar formação profissional no secretariado é trazer à tona a necessidade do desenvolvimento de habilidades técnicas, atitudinais e relacionais ao tempo em que o discente é levado à constante reflexão das questões sociais que estão por trás da construção simbólica do ser e atuar secretarial. Vejamos: a proposta é provocar a reflexão crítica durante o processo de formação, de modo a possibilitar o que Paulo Freire (1979) chama de *práxis*, a total compreensão da prática, as relações que a permeiam, as ideologias por trás do fazer, a utilidade da ação e o papel social do sujeito manifestado por meio do trabalho que ele desenvolve.

Kosik (2002) traz, ainda, uma reflexão muito pertinente em relação ao que estamos falando sobre essa *práxis*:

A *práxis* é ativa, é atividade que se produz historicamente – quer dizer, que se renova continuamente e se constitui praticamente - [...] sendo o modo específico de ser do homem, a *práxis* com ele se articula de modo essencial, em todas as suas manifestações, e não determina apenas alguns dos seus aspectos ou características. A *práxis* se articula com todo o homem e o determina em sua totalidade (KOSIK, 2002, p. 222 – 223).

Com base nisso, a formação em secretariado precisa trazer uma nova roupagem que vai além da padronização dos sujeitos. Ao propormos a reflexão crítica como ferramenta didático-pedagógica na formação profissional em secretariado, a instituição e os docentes estão contribuindo para a construção de um sujeito trabalhador mais consciente e, conseqüentemente, com maior propriedade crítica para questionar suas práticas dentro das organizações, sem limitações e imediatismos.

[...] a formação técnico-científica de que precisamos é muito mais do que puro treinamento ou adestramento para o uso de procedimentos tecnológicos. No fundo a educação de adultos como a educação em geral não pode prescindir do exercício de pensar criticamente a própria técnica [...] A compreensão crítica da tecnologia é a que vê nela uma intervenção crescentemente sofisticada no mundo a ser necessariamente submetida a um crivo político e ético [...] Uma ética, a serviço das gentes de sua vocação ontológica, a do ser mais e não de uma ética estreita e malvada, como a do lucro, a do mercado [...] (FREIRE, 2000, p. 101-102).

Para se propiciar essa formação crítica, pensemos em dois passos. O primeiro está relacionado à necessidade de maleabilidade das instituições de ensino no que se refere ao perfil do egresso que deseja formar, pois ao trabalhar com a criticidade nos processos formativo, é preciso valorizar a identidade dos sujeitos envolvidos nele.

O segundo passo refere-se à necessidade de refletir os perfis de atuação em secretariado, de modo crítico e sem hierarquizações, para que o discente consiga identificar a trajetória que deseja seguir dentro da área, ao tempo em que estabelece fluxos mais efetivos e condizentes com o seu perfil pessoal e seu plano de carreira.

A partir do sujeito, delimitamos o perfil daquele egresso. Passamos a falar então em perfis possíveis, abrindo o leque de atuação, evitando práticas didático-pedagógicas que limitem e descaracterizem os sujeitos. Essa delimitação individualizada exige do docente em Secretariado maior cuidado no planejamento didático-pedagógico e maior dedicação na construção de mediações intencionalizadas que favoreçam o real desenvolvimento do sujeito para uma melhor atuação no mercado secretarial.

Ao partirmos do sujeito para refletirmos a profissão, rompemos a estrutura meramente funcionalista da formação e atuação secretarial. Como consequência disso, teremos processos educativos mais humanizados e coerentes com uma ciência social aplicada, em que a prática é observada, questionada e refletida no contexto social. Interpretar a profissão de secretariado no contexto das ciências sociais é compreender que o fazer secretarial é forjado nas relações sociais e que a ação não é à parte do sujeito, mas parte constituinte dele.

Nesse sentido e por esse sentido, **os pilares epistemológicos da formação em secretariado** passam a se constituir na plena articulação das relações do sujeito secretário com o meio às influências do meio para a formação desse profissional. A formação se dá em uma via de mão dupla: a(o) profissional de secretariado se forma para uma atuação específica, respeitando o que é demandado pelo mercado para essa atuação, e ao mesmo tempo

mantém-se em uma postura crítica que lhe permite refletir sua prática, diariamente, propondo novas formas de se fazer, rompendo estruturas que violentam, exploram e descaracterizam a sua ação.

Pensando nessa proposta epistemológica, a formação secretarial que conversa com a atuação no mercado de trabalho toma uma roupagem que vai além do técnico, mas propicia e possibilita a compreensão dos aspectos humanitários e comportamentais dentro da profissão. O fazer técnico, que não é anulado em uma atuação estratégica, toma roupagem politécnica por meio de uma educação politécnica (MACHADO, 1989), aquela que educa para o trabalho e para além dele, com foco no desenvolvimento integral do sujeito e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos tenham o direito de ter uma vida digna de ser vivida.

[...] a educação politécnica traduz os interesses da classe trabalhadora na crítica à fragmentação dos conhecimentos, à separação entre educação geral e específica, entre técnica e política, e à divisão entre trabalho manual e intelectual; além disso, afirma o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno na relação entre educação, instrução e trabalho, da perspectiva desenvolvida por Marx e Engels e apropriada pelas experiências socialistas (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, p. 277).

É com base nessa proposta que as técnicas secretariais transcendem para uma complexidade politécnica, em que o fazer não é vazio, mas contextualizado com os aspectos locais, sociais e históricos relacionados ao posto de trabalho do sujeito secretário e ao próprio sujeito. Tais técnicas, como práticas, passam também a ser encaradas como fazer gerencial. Por exemplo, a organização de eventos, encarada como uma técnica secretarial, exige do profissional habilidades de nível técnico, como o conhecimento relacionado à ordem de precedência, à composição de mesa, harmonização das cores e decoração de acordo com o perfil do evento, à construção do roteiro do cerimonial, dentre outros; em uma perspectiva crítica e humanizada, essa técnica passa a ser analisada também em relação às habilidades comportamentais (relacionais e atitudinais) exigidas para esse profissional no seu exercício, como a habilidade de relacionamento com sua equipe, a divisão estratégica das funções de acordo com o perfil de seus colaboradores, o pensamento estratégico em relação aos imprevistos que possam vir a surgir, a adaptabilidade de acordo com o orçamento financeiro estabelecido, a mediação de conflitos dentro da equipe, a inovação em relação ao mercado e o que ele tem demandado, a proatividade necessária para o desenvolvimento das atividades, dentre outros aspectos.

Quando se fundamenta em uma perspectiva meramente funcionalista (LEAL; SANTOS; MORAES, 2017), a formação corre o risco de perder o teor social da atuação e ficar presa aos parâmetros técnicos relacionados ao fazer e às demandas do mercado, sem refletir as possibilidades de transcendência secretarial possibilitada pelo próprio profissional de secretariado, agente e sujeito fundamental que nutre a profissão dentro do seio das organizações.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos formativos como um todo têm sido tema de debate em diversas áreas do conhecimento, não se privando somente ao campo da didática e das práticas de ensino. Isso se dá devido às demandas específicas dos cursos de formação. O secretariado, não obstante dessa realidade, também apresenta demandas específicas.

Ao pensarmos que estamos ofertando uma formação globalizada na era da hiperespecialização (MORIN, 2006), já que a formação em secretariado permite a atuação em qualquer empresa que apresente demandas administrativas, os desafios apresentam-se ainda maiores, já que os processos formativos precisam garantir o desenvolvimento de habilidade e competências específicas da assessoria administrativa ao tempo em que necessita de trabalhar a criticidade do profissional para que ele seja capaz de adaptar as suas atividades às demandas das organizações, respeitando o perfil da empresa e as demandas da área, bem como evitando a violação de direitos e processos de violência no âmbito de sua atuação.

Isso é o que chamamos de formação interdisciplinar e crítica, em que o caráter formativo vai além da formação técnica, abrangendo assim outras demandas sociais e humanas (MACHADO, 1989; FRIGOTTO, 2012; FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012). Formação riquíssima que pode ser, e vemos como uma necessidade urgente, ofertada nos cursos de secretariado.

O objetivo de refletir sobre a formação secretarial, pelo olhar interdisciplinar e politécnico foi cumprido, ainda que algumas ideias para pesquisas futuras tenham surgido no processo de construção desse ensaio.

Para fins de registro, sugere-se estudos mais aprofundados sobre como tem se dado a formação em secretariado brasileira dentro das instituições formais de ensino, se há ou não a presença e/ou previsão do desenvolvimento politécnico em seus documentos básicos e em suas práticas diárias. Ainda apresenta-se como importante, maior fortalecimento dos debates e pesquisas relacionados à formação secretarial, já que é na formação e pela formação que o sujeito torna-se um profissional de secretariado.

Os desafios da formação em secretariado são grandes, sendo essa uma realidade. Trabalhar com possíveis perfis de atuação exige da instituição de ensino e do corpo docente um deslocar de olhar para perceber que não há uma atuação de maior complexidade ou com mais prestígio no secretariado. O que percebemos são diferenças salariais, diferenças entre os benefícios recebidos e diferenças institucionais. Fora isso, temos profissionais de secretariado prestando serviços de assessoria administrativa a um executivo ou a um setor. Sendo assim, é fundamental que trabalhem os aspectos listados nas normativas que orientam a formação em secretariado, ao tempo em que não hierarquizemos as possibilidades de atuação. Ao fazermos isso, o estudante terá um rico espaço fecundo para se encontrar no secretariado, não somente, sem excluí-la da lista de possibilidades, na assessoria executiva formal de alta performance.

O secretariado no Brasil tem procurado se estabelecer enquanto campo do conhecimento. Assim sendo, que façamos isso com um olhar humano, inovador, disruptivo, encarando a nossa realidade latinoamericana,

não tentando se encaixar em caixas que não nos contemplam em nossa abrangência de atuação e demandas específicas de formação. Então, se estamos no início, podemos iniciar com um modelo diferente, que busque não propagar discursos de violência, de violação de direitos humanos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, e que dignifique a profissão e os profissionais que nela se encontram.

## REFERÊNCIAS

BITTAR, E. C. B. B. Educação e metodologia para os direitos humanos: cultura democrática, autonomia e ensino jurídico. In: SILVEIRA, Rosa M. et.al. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Universitária, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CES nº 3, de 23 de junho de 2005 (2005). **Estabelece diretrizes curriculares nacional dos cursos de graduação em secretariado executivo**. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_05.pdf)>. Acesso em 24 jul 2020.

DURANTE, D. G. **A evolução da profissão secretarial por meio da pesquisa**. In: DURANTE, D. G. (Org.). Pesquisa em Secretariado: cenários, perspectivas e desafios. Passo Fundo: Ed. UPF, 2012.

DURANTE, D. G.; SANTOS, M. E. M. **Autonomia do secretário: uma questão de postura e de valorização profissional**. Secretariado Executivo em Revista, v. 6, p. 17-28, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação - cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

FRIGOTTO, G. Educação Omnilateral. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Trabalho como princípio educativo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

HOELLER, P. A. Fr. **A natureza do conhecimento em Secretariado Executivo**. Revista Expectativa, Toledo, v. 5, n. 5, p. 139-145, 2006.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEAL, F.; SANTOS, L.; MORAES, M. **Uma perspectiva paradigmática para o campo teórico-empírico do Secretariado Executivo**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE SECRETARIADO (COINS), 2017, São Paulo. Anais... São Paulo: COINS, 2017.

MACHADO, L. **Politecnia**, escola unitária e trabalho. São Paulo: Cortez, 1989.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina; 2006.

NASCIMENTO, E. P. **Pesquisa aplicada e interdisciplinaridade**: da linguística ao secretariado. In: DUARTE, D. G. (Org.). Pesquisa em Secretariado: cenários, perspectivas e desafios. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2012.

NONATO JÚNIOR, R. **Epistemologia e teoria do conhecimento em secretariado executivo**: a fundação das ciências da assessoria. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

SABINO, R. F.; MARCHELLI, P. S. **O debate teórico-metodológico no campo do secretariado**: pluralismos e singularidades. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 607-621, 2009.

SABINO, R. F. **A configuração da profissão de secretário em Sergipe**: educação, atuação e organização da área (1975 – 2010). 2017. 387 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

VEIGA, Denise Rachel. **Guia de Secretariado**: Técnicas e comportamento. São Paulo: Érica, 2007.

## **SOBRE OS AUTORES**

### **Aline Cantarotti**

Pesquisadora na área de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras, Estudos da Tradução com ênfase em ensino de tradução e Secretariado Executivo. Licenciada em Letras Português/Inglês, bacharel em Tradução e bacharel em Secretariado Executivo Trilíngue pela Universidade Estadual de Maringá. Especialista em Educação Profissional e EJA pelo Instituto Paranaense de Ensino. Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (2007). Doutorado em Estudos Linguísticos (Estudos da Tradução) pela Unesp - São José do Rio Preto. Docente efetiva na Universidade Estadual de Maringá, ministrando disciplinas da área de língua inglesa nos cursos de Letras e Secretariado Executivo. Atuou como coordenadora do curso de Secretariado Executivo Trilíngue da Universidade Estadual de Maringá de 2011 a 2014. Ministra cursos e palestras também na área de excelência da atuação do profissional de secretariado. Coordenadora do Projeto de Pesquisa GESET - Grupos de Estudos do Secretariado Executivo Trilíngue/UEM desde 2010. Coordenadora do Projeto de Pesquisa "Línguas estrangeiras e o ensino e aprendizagem para fins específicos na (a)diversidade: tradução, pedagogia do léxico e outros contextos". É parecerista das revistas Expectativa, Secretariado em Revista, GESEC - Gestão e Secretariado e em Revistas nas áreas de Letras/Línguas Estrangeiras e Ensino e Secretariado. Sócia-fundadora e membro do conselho fiscal da ABPSEC - Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado.

### **Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia**

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Pernambuco (1988), mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006), e doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012). Atualmente é professora Adjunto 4 da Universidade Federal de Pernambuco, atuando na graduação em Biblioteconomia, e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Participa dos grupos de pesquisa SCIENTIA e Organização e Representação do Conhecimento. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Processos de Disseminação da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: acesso à informação, organização de arquivo, bibliometria, cientometria, tratamento da informação, Política de Ciência, Tecnologia e Inovação.

### **Carla Maria Schmidt**

Pós-doutora pela FURB (2014). Doutora em Administração pela USP - Universidade de São Paulo (2010). Mestre em Administração pela FURB (2006). Possui Graduação em Secretariado Executivo Bilingüe pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2003). Atualmente é Professora Associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, atuando no Curso de Secretariado Executivo Trilíngue e no Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. É associada da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) e Sócia fundadora da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC). Também é Líder do Grupo de Pesquisa GPSEB. Tem experiência e interesse de pesquisa nas áreas de Secretariado, Administração e Economia com ênfase em estudos sobre Cooperação, Redes, Ações Coletivas, Empreendedorismo, Pesquisa Científica, Sustentabilidade e Egressos.

### **Cibele Barsalini Martins**

Doutora (2013) e Mestre (2004) em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Nove de Julho. Especialista (2001) em Qualidade nas Organizações (Lato sensu), graduada (2002) em Administração pela Universidade Nove de Julho e graduada (1997) em Secretariado Executivo pela Universidade São Judas Tadeu. Atualmente é Professora na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (desde maio de 2014), com atuação nos cursos de graduação e no Programa de Pós-Graduação em Administração. É avaliadora Institucional do INEP/MEC. Está como Coordenadora do grupo de pesquisa, criado em 2016, denominado "Pesquisa e Prática em Gestão e Secretariado - PPGSEC", vinculado ao Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. É membro da equipe do grupo de pesquisa "Gestão Estratégicas de Projetos Educacionais", vinculado a Universidade Nove de Julho - UNINOVE. É membro Fundador e membro do Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado - ABPSEC e também, avaliadora do banco de avaliadores institucionais do INEP/MEC. Atuou como: a) Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Administração do Centro Socioeconômico da UFSC (Gestão 2017-2019); b) Editora Científica da Revista Gestão e Secretariado entre os anos de 2010 a 2018, c) Coordenadora do curso de graduação em Administração no Centro Socioeconômico da UFSC (2016-2017); d) Coordenadora Nacional do Curso de Secretariado Executivo e professora adjunta na Universidade Paulista (2004 a 2010), e) professora na Universidade Nove de Julho (2000-2003 e 2011-2014) e Presidente da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado - ABPSEC (Gestão 2013-2015).

### **Cibelle da Silva Santiago**

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPB). Mestre em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável, UPE/2014. Especialista em Cerimonial e Protocolo, ESURP/2011. Graduada em Secretariado Executivo, UFPE/2010. Atualmente sou Professora Assistente II na Universidade Federal da Paraíba (2017); membro suplente do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE, 2020-2022) e Conselheira Fiscal da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (2019/2021). Atuei como Coordenadora do Curso de Secretariado Executivo Bilingue da UFPB (2018-2020); Professora substituta no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba (2016) e Professora substituta na Universidade Federal da Paraíba (2015-2016); tesoureira na Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC) na Gestão 2015/2017 e Gestão 2017/2019. Membro dos Grupos de pesquisas: 1. Gestão e Desenvolvimento (GEDES)/UEPA na Linha de "Desenvolvimento Sustentável"; 2. Membro do Grupo Interdisciplinar Latinoamericano de Estudos e Pesquisa em Secretariado Executivo (GILESEC)/UFPB. Tenho interesse nos temas: Eventos Sustentáveis, Gestão e Planejamento Ambiental, Técnicas Secretariais; Sustentabilidade ambiental, Educação Ambiental, Práticas sustentáveis; Assistência/Secretariado Remoto; Formação Docente e Pesquisa, Conhecimento científico em Secretariado, Ensino-aprendizagem

### **Doris Mariani Junges**

Bacharelado em Secretariado Executivo Bilingue pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1999) e Licenciatura Plena em Língua Portuguesa pela Universidade

Federal Tecnológica do Paraná (2014). As especializações estão voltadas para o universo educacional. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2009). Atuação profissional por 27 anos em funções técnicas e de gestão, em Instituição que realiza ações nas áreas de educação, cultura, saúde e lazer. Atuação como Coordenadora pedagógica em Instituição de ensino superior à distância. Professora colaboradora no curso de Secretariado Executivo da UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

### **Douglas Ribeiro de Moura**

Mestre em Letras na área de Estudos do Texto e do Discurso (2019) e Bacharel em Secretariado Executivo Trilíngue, Português, Francês, Inglês (2015) pela Universidade Federal de Viçosa/UFV. Na mesma instituição, foi professor substituto do Departamento de Letras entre os anos de 2015 e 2017. Tem experiência nas áreas de Secretariado Executivo e Análise do Discurso, atuando principalmente com os seguintes temas: secretariado executivo, arquivística, análise do discurso, discurso político, argumentação, semiolinguística e mídia. Atualmente é Secretário Executivo no Gabinete da Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, onde exerce a função gratificada de Coordenador de Arquivo, e Membro Efetivo da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado/ABPSEC.

### **Elaine Rossi**

Mestranda em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGA/UFSC). Graduada em Secretariado Executivo pela UFSC. Bolsista no departamento administrativo do Laboratório Bridge e membro discente do Grupo de Pesquisa Institucional: Pesquisa e Prática em Gestão e Secretariado (UFSC).

### **Elaine Thais da Silva Lima**

Doutorado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestrado em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Graduação em Secretariado Executivo Bilíngue - Port/Ing e Graduação em Administração, ambas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é Secretária Executiva na Universidade Federal de Santa Catarina. Faz parte do grupo de pesquisa registrado no CNPq: Pesquisa e Prática em Gestão e Secretariado (PPGSec/UFSC) e da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC). Desenvolve pesquisas em: Secretariado Executivo, Administração, Sociologia do Trabalho e Deficiência.

### **Enio Snoeijer**

Graduado em 2002 no curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ocupa o cargo de assistente em administração na UFSC desde 2012. Realizou curso de Especialização em Administração, Gestão Pública e Políticas Sociais na UNIESC em 2014. Graduado em Secretariado Executivo na UFSC (2019) com o recebimento do Mérito Estudantil pelo melhor índice de aproveitamento de curso. Mestre em Administração Universitária no Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária (PPGAU) da UFSC (2020). É membro do grupo Pesquisa e Prática em Gestão e Secretariado (PPGSec) da UFSC desde 2016 e Vice-Tesoureiro da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC) desde novembro/2019.

### **Fernanda Cristina Sanches-Canevesi**

Doutoranda em Educação (UEM). Mestre em Ciências Ambientais (Unioeste). Bacharel em Secretariado Executivo (Unioeste). Tecnóloga em Marketing (Uninter). Membro do Grupo de Pesquisa em Secretariado Executivo Bilíngue (GPSEB/Unioeste) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Escola, Família e Sociedade (UEM). Sócia efetiva e conselheira fiscal suplente da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC). Dedicar-se a atividades de docência no ensino superior com experiência nas disciplinas de Planejamento e Gestão Estratégica, Gestão de Eventos, Gestão de Documentos, Técnicas Secretariais, Metodologia Científica, Marketing, Estágio Supervisionado, Informática, Recursos tecnológicos e Fundamentos do Secretariado Executivo. Desenvolve pesquisas e palestras nas áreas de secretariado executivo, criatividade e inovação, educação e gestão ambiental, turismo rural, sustentabilidade e representações sociais.

### **Fernanda Landolfi Maia**

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Mestre em Educação pela PUC/PR com enfoque em Formação Continuada, Prática Pedagógica e Ensino Superior. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2013) e Secretariado Executivo pela Faculdade Internacional de Curitiba (2004). Atualmente é professora adjunta III, membro do GETS - Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Sociedade da Universidade Federal do Paraná, líder da linha: "Novas configurações do trabalho, profissões e educação" e coordenadora do GEPSEC - Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Secretariado (UFPR/SEPT). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: Intensificação e Flexibilização do Trabalho Docente e experiência na área de Gestão Secretarial atuando com as temáticas de estudos do trabalho em secretariado e gestão secretarial.

### **Ivanete Daga Cielo**

Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (2015) e mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001). Possui graduação em Secretariado Executivo Bilingue pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1994) e especialização em Desenvolvimento Gerencial, também pela UNIOESTE. É professora adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, atuando no curso de graduação em Secretariado Executivo e na pós-graduação lato sensu em Assessoria Executiva. Desenvolve pesquisas nas áreas de secretariado, gestão, agronegócio e empreendedorismo.

### **Jefferson Sampaio de Moura**

Mestre em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade de Brasília - UnB. Especialista em Docência do Ensino Superior (2016). Possui licenciatura em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Católica de Brasília (2016) e bacharelado em Secretariado Executivo Bilingue pela Faculdade Jesus Maria José (2012). Atualmente, é professor da educação básica, técnica e tecnológica no Instituto Federal de Brasília. É membro conselheiro do Comitê de Secretariado Executivo do DF – COMSECDF; membro do Pepitas Secretaries Club; e líder do Grupo de Pesquisa em Gestão, Assessoria, Secretariado e Sociedade - GAEXS. É membro da diretoria (Gestão 2019-2021) da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado - ABPSEC. Realiza pesquisas na área de secretariado, assessoria, teoria e epistemologia secretarial, mediação estética no planejamento pedagógico, metodologias ativas, educação em direitos humanos, educação para a cidadania e educação de jovens e adultos no contexto secretarial. Já ministrou curso de formação para as secretárias executivas da Presidência da República e, atualmente, escreve sobre a profissão de secretariado para o site [www.jeffersonsampaio.com](http://www.jeffersonsampaio.com)

### **Juliana Cidrack Freire do Vale**

Mestre em Administração e Controladoria (PPGA) pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Administração de Recursos Humanos e Graduada em Secretariado Executivo, ambos pela mesma Universidade. Membro do grupo de pesquisa registrado no CNPq: Pesquisa e Prática em Gestão e Secretariado (PPGSec) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente exerce o cargo de Secretária Executiva na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Interessa-se pelos seguintes temas: Estudos Organizacionais, Secretariado Executivo, Gestão Universitária, Comportamento Organizacional e Gestão de Pessoas.

### **Juliana Hortelã**

Doutoranda e Mestre em Letras/ Linguística - Linha de pesquisa Texto e Discurso da Universidade Estadual de Maringá. Bacharel em Secretariado Executivo Trilíngue pela UNESPAR-FECEA - Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana (2007). Especialista em Gestão Estratégica de Empresas (2010), e também Docência no Ensino Superior (2012), ambas pelo Instituto Paranaense de Ensino. Atualmente se dedica em pesquisas nas áreas de Estudos Linguísticos e Estudos do Secretariado Executivo. Trabalha especificamente desenvolvendo pesquisas em Análise do Discurso de linha francesa, utilizando essa teoria para contribuir nos estudos epistemológicos em Secretariado. Sendo assim, possui como tema de dissertação “Uma análise arqueogenealógica sobre as produções discursivas de um saber em

formação no/do secretariado”. Essa pesquisa visa analisar a regularidade discursiva sobre o discurso científico no/do Secretariado. É integrante dos grupos de estudos: Grupo de Estudo Foucaultianos GEF-UEM, e Grupo de Estudo em Secretariado Executivo Trilíngue - GESET-UEM. É Professora Assistente colaboradora do Departamento de Letras Modernas (DLM) - curso de Secretariado Executivo Trilíngue na Universidade Estadual de Maringá.

### **Karine Freitas Souza**

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Mestre em Análise Regional pela Universidade Salvador (UNIFACS), Pós-graduada em Gestão de Eventos pela Universidade Gama Filho (UGF), em Administração e Desenvolvimento de Recursos Humanos pela Faculdade Visconde de Cairú (FVC) e em Arte Integrativa pela Universidade Anhembi Morumbi (UAM), Graduada em Secretariado Executivo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É Professora Adjunta I na Escola de Administração da UFBA, docente do Curso de Secretariado Executivo e do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania - PROGESP/UFBA. É sócia efetiva da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC). É pesquisadora nos seguintes grupos: NIP - Núcleo Inanna de Pesquisa e Investigação de Teorias de Gênero, Sexualidades e Diferenças da PUC-SP; Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social-CIAGS/UFBA e Observatório Latino-Americano de Pesquisa em Secretariado Executivo (OLASEC/UFPE). Seus temas de interesse em pesquisa são: violências, imagens, história das mulheres e trabalho.

### **Katia Denise Moreira**

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre Profissional em Administração Universitária pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Gestão de Pessoas e Processos pela Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis (CESUSC). Graduada em Letras - Secretariado Executivo em Inglês pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É Assessora do Gabinete da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina, Professora Voluntária do Departamento de Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Presidente da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC)/Gestão 2019-2021 e Coordenadora do Grupo de Pesquisa Institucional: Pesquisa e Prática em Gestão e Secretariado (UFSC). Pesquisadora em Administração, Gestão Universitária e Secretariado. Avaliadora de trabalhos científicos em periódicos e eventos nacionais e internacionais. Autora de diversos trabalhos científicos publicados em periódicos e anais de eventos, dentre eles 17 premiados. Atuou também como Secretária-Geral da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC)/Gestão 2017-2019.

### **Ligya de Souza Moraes**

Bacharel em Secretariado Executivo Trilíngue, com habilitação em Francês/Espanhol, pela Universidade Estadual de Maringá. Mestranda em Políticas Públicas pela mesma instituição. Atualmente é auxiliar administrativo da Universidade Estadual de Maringá.

### **Luci Mari Aparecida Rodrigues**

Estudante de Doutorado em Administração na Universidade Federal de Santa Catarina

(UFSC) - linha de pesquisa: Gestão Universitária. Mestra em Administração e Especialista em Sistemas de Planejamento e Gestão Empresarial, ambos pela UFSC. Graduada em Secretariado Executivo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Secretária Executiva no Centro Socioeconômico da UFSC. Integrante do Grupo de Pesquisa e Prática em Gestão e Secretariado (PPGSec/UFSC) e da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC). Parecerista em periódicos científicos. Atuante em Comitês Científicos de eventos de Secretariado Executivo. Interesses de pesquisa: Gestão Universitária (universidades públicas), Secretariado Executivo (atuação profissional; epistemologia secretarial) e Gestão Estratégica (processo de formação e implementação de estratégias).

### **Marcelo de Souza Correia**

Possui graduação em secretariado executivo trilingue pela Universidade do Estado do Pará (2008) e mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012). Atualmente é pesquisador em núcleo de pesquisa da Universidade Federal do Amapá e professor assistente I da Universidade do Estado do Pará. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração da Produção, atuando principalmente nos seguintes temas: secretariado executivo, desenvolvimento profissional, gestão secretarial, rotinas administrativas e secretariado executivo trilingue.

### **Marcos José Valle**

Graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2001). Especialista em Filosofia com ênfase em Ética (PUC-PR 2004), é Mestre em Educação: Políticas Públicas e Gestão da Educação (UTP - PR 2009), Doutor em Sociologia do Trabalho (UFPR, 2016). Atualmente é Professor Pesquisador III no Centro Universitário Autônomo do Brasil - UniBrasil.

### **Priscila Eny Souza Oliveira**

Secretária Executiva no Gabinete da Reitoria da Universidade Federal do Pará (UFPA) desde 2014 e Professora Substituta das disciplinas Técnicas Secretariais, Redação Oficial e Empresarial e Estágio Supervisionado I e II no Curso de Secretariado Executivo Trilingue da Universidade do Estado do Pará (UEPA) desde 2019. Mestra em Gestão Pública pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA (PPGGP/NAEA/UFPA), 4ª Turma - 2015/2017. Especialista MBA em Assessoria Executiva à distância (EaD) pelo Centro Universitário Internacional UNINTER (2015). Bacharel em Secretariado Executivo Trilingue pela Universidade do Estado do Pará (2012) e Bacharel em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Pará (2010). Avaliadora de trabalhos científicos em livros e eventos nacionais. Ministra cursos de capacitação na área de Excelência no Atendimento ao Público. Possui interesse de pesquisa nas áreas: Gestão Secretarial, Assessoria Executiva, Gestão Pública, Secretariado Executivo, Aprendizagem Informal, Produtividade, Comunicação, Criatividade e Excelência no Atendimento ao Público.

### **Raul Vitor Oliveira Paes**

Secretário-Executivo na Escola de Música da Universidade Federal do Pará (EMUFPA/UFPA) e Professor Substituto nas disciplinas de Relações Públicas,

Cerimonial e Etiqueta e Estágio Supervisionado I e II no Curso de Secretariado Executivo Trilíngue da Universidade do Estado do Pará (SET/DART/CCSE/UEPA). Mestre em Gestão Pública pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA (PPGGP/NAEA/UFPA), 4ª Turma - 2015/2017. Secretário Geral da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado na Gestão 2015/2017, Vice-Tesoureiro da mesma Associação na Gestão 2017/2019 e Conselheiro Fiscal Efetivo na Gestão 2019/2021. Membro dos grupos de pesquisa: Gestão e Desenvolvimento, do Curso de Bacharelado em Secretariado Executivo Trilíngue da Universidade do Estado do Pará (GEDES/SET/CCSE/UEPA) e Grupo Interdisciplinar Latinoamericano de Estudos e Pesquisa em Secretariado Executivo do Curso de Bacharelado em Secretariado Executivo Bilíngue da Universidade Federal da Paraíba (GILESEC/SEB/CCAUE/UFPA). Especialista: MBA em Assessoria Executiva pelo Centro Universitário Internacional UNINTER (2014). Avaliador de trabalhos científicos em periódicos e eventos nacionais. Bacharel em Secretariado Executivo Trilíngue pela Universidade do Estado do Pará - UEPA (2012), sob o registro SRTE 694/PA. Possui interesse em pesquisa e trabalho nas seguintes áreas: Assessoria, Gestão Secretarial, Interdisciplinaridade, Secretariado Executivo, Secretariado e Assessoramento Remoto, Mapeamento de Processos, Gestão Pública, Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento.

### **Rúbia Wanessa dos Reis Cruz**

Doutoranda em Ciência da Informação e Mestre em Ciência da Informação, ambos no programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco. Bacharel em Secretariado Executivo, também pela Universidade Federal de Pernambuco. Membro do Grupo de Pesquisa SCIENTIA (CNPq/UFPE), na linha de pesquisa Institucionalização Cognitiva e Social da Pesquisa Científica. Integrante do Projeto de Pesquisa “Os Grupos de Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: mapeamento a partir do Diretório de Pesquisa do CNPq”; Membro efetiva da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado - ABPSEC. Membro do Corpo Editorial da Revista de Gestão e Secretariado - GESEC. Administradora da página “Secretariado Científico” no Instagram. Foi professora substituta no Curso de Bacharelado em Secretariado Executivo Bilíngue da Universidade Federal da Paraíba. Atuou como Instrutora em disciplinas ligadas as Técnicas Secretariais no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/PE. Possui interesses e atuação direcionados aos aspectos teóricos e práticos dos Estudos Métricos da Informação Científica (Bibliometria e Cientometria), Métricas alternativas e Divulgação Científica, Comunicação Científica, construção de indicadores em Ciência Tecnologia e Inovação (CT&I), Constituição e Institucionalização da Ciência. Atualmente, dá ênfase à construção de indicadores científico para estudos históricos, epistemológicos e Institucionais do Campo do Secretariado Executivo no Brasil.

### **Stefani de Souza**

Doutoranda em Administração na Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestre Profissional pelo Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Secretariado com ênfase em Gestão de Pessoas e Processos no Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUSC). Bacharel em Secretariado Executivo pela UFSC. Servidora Pública

Federal no cargo de Secretária Executiva, atuando como Chefe do Setor de Apoio Administrativo do Centro Tecnológico da UFSC. Participa do Grupo de Pesquisa Gestão Social e Administração Pública, liderado pelo Prof. Orientador Irineu Manoel de Souza, Dr. Membro do Grupo de Pesquisa Institucional: Pesquisa e Prática em Gestão e Secretariado (PPGSec/UFSC) e membro da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC), atuando como Conselheira Fiscal Suplente na Gestão 2019-2021.

**Tathiana Eliziário Cavalcante**

Graduação em andamento em Secretariado Executivo Bilíngue na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

**Tawan Nascimento Santos Conceição**

Graduando em Secretariado Executivo - UFBA. Pesquisador e bolsista PIBIC na área de estudos cinematográficos para os cursos de Secretariado Executivo, Administração e Gestão Social.

